

Relatório da Comissão
criada pelo Despacho 114/ME/88
do Ministro da Educação

A situação do professor em Portugal

APRESENTAÇÃO

Pelo Despacho 114/ME/88 determinou o Senhor Ministro da Educação, Eng. Roberto Carneiro, a criação de uma Comissão integrada por universitários de várias instituições, regiões e ramos científicos, para proceder ao estudo da situação do professor do ensino não-superior em Portugal.

O presente relatório pretende apresentar os resultados gerais desse estudo, que se destinam não só aos responsáveis pelo sector da educação em Portugal, mas também aos próprios professores e seus representantes sindicais, aos alunos e seus encarregados de educação, sem esquecer todos os que se interessam e estão envolvidos nos problemas da educação, designadamente os implicados nas ciências e na política da educação.

A este relatório geral outros relatórios parcelares se seguirão, versando mais pormenorizada e detalhadamente os vários aspectos em que o estudo se subdividiu, e apresentando os resultados em cada um deles conseguidos.

Tal como o explicitava o Despacho da constituição da Comissão, este trabalho sobre a situação dos professores pretendia, através de um conhecimento, tanto quanto possível rigoroso, do quadro em que os docentes exercem as suas funções, contribuir para uma dignificação da condição social dos professores e do seu papel, com o intuito de, por essa forma, conseguir também a motivação e o entusiasmo de todos os professores no desenvolvimento da sua missão e na participação na Reforma do Sistema Educativo, da qual depende, aliás de forma decisiva, o êxito da própria Reforma.

Obedecendo ao disposto no mesmo despacho, a Comissão procedeu ao levantamento, o mais exaustivo possível, da situação de todos os professores, incluindo os reformados, recorrendo a todos os dados disponíveis e possíveis sobre ela. Foram nesse sentido analisados quer as Estatísticas da Educação, quer os elementos existentes no banco de dados do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, quer os dados e documentos fornecidos pelos vários sindicatos dos professores, quer ainda os que resultaram de várias entrevistas a qualificados representantes da administração central e regional, dos sindicatos, dos professores, e ainda a reputados técnicos e especialistas em ciências da educação.

Mas perante a insuficiência ou pouca actualidade de alguns desses dados, procedeu a Comissão à aplicação de uma *Sondagem por amostra à Opinião Pública* sobre a imagem social dos professores e de um vasto *Inquérito por amostra aos professores* de todo o país — Continente e Regiões Autónomas

mas — obedecendo aliás a uma expressa recomendação nesse sentido do despacho ministerial.

A amostra da Opinião Pública, constituída por 1500 indivíduos, maiores de 15 anos, residentes em Portugal Continental, foi obtida por forma aleatória — pelo método Random-Route para a selecção do lar e pelo método Kish para o indivíduo — e não proporcional, sendo ponderada na fase de tratamento para efeito de representatividade do universo em estudo. A aplicação da sondagem, realizada entre 23 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 1989, mediante entrevista directa e pessoal na residência do entrevistado, com questionário pré-estruturado, foi da responsabilidade da ESEO — Estudos Socioeconómicos e de Opinião, Lda.

A amostra dos professores, constituída por 1500 indivíduos foi obtida por forma estratificada por regiões, por grau de ensino e situação activa, posteriormente reequilibrada em função do peso real no universo de cada estrato. Em cada região procedeu-se a uma selecção aleatória de escolas — com base nos ficheiros do Ministério da Educação — em quantidade suficiente para que não fossem, em caso algum, realizadas mais do que 10 entrevistas em cada escola. A aplicação do questionário, depois de sujeito a um pré-teste, foi realizada através de entrevistas pessoais, entre 17 de Março e 15 de Maio de 1989, por 106 entrevistadores, a cargo da Euroexpansão, SA.

Os dados obtidos quer através da *Sondagem* quer através do *Inquérito* relevam em muitos casos, como é compreensível, da sobreposição da realidade com o desejo, ou seja, muitas das respostas dadas, mais do que espelhar a realidade, traduzem a percepção subjectiva dessa realidade, muitas vezes eivada do desejo de que ela seja diferente do que é. Deverão pois ser entendidos dentro dos limites da sua significação.

Por vicissitudes alheias à própria Comissão, as conclusões deste estudo, cujos custos foram comparticipados pela Comissão das Comunidades Europeias, são apresentadas com um atraso de alguns meses. Esperamos contudo que os resultados gerais deste relatório, ao qual se seguirão os relatórios parcelares dos vários sectores e dimensões do estudo empreendido, possam satisfazer atempadamente os objectivos que lhe foram traçados.

A Comissão quer por último exprimir especiais agradecimentos a todos quantos, e foram muitos, quiseram colaborar na realização deste trabalho:

- ao Gabinete do Senhor Ministro da Educação, pelo apoio e acompanhamento dispensados, e em especial à Dr.^a Ana Maria Braga, pela disponibilidade sempre patenteada na prestação de esclarecimentos e na ajuda da solução de problemas surgidos;
- à Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Educação da Comissão das Comunidades Europeias, pelo apoio financeiro concedido a este estudo, e em especial à Sr.^a Dr.^a Rita Veiga da Cunha, pelo interesse posto na apresentação e aprovação do projecto que o viabilizou;
- à Senhora Secretária Geral do Ministério, Dr.^a Adelina Sá Carvalho, pelos esclarecimentos prestados e pelos documentos facultados;
- ao Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação pelo fornecimento de dados e informações relativas aos professores;
- à Time-Sharing, pelas facilidades concedidas no tratamento informático de muitos dos dados respeitantes aos professores;

- aos Directores e Sub-Directores Gerais, Directores Regionais e funcionários da Administração central e regional do Ministério da Educação que se prontificaram a ajudar e esclarecer a Comissão sob as mais variadas formas;
- aos dirigentes sindicais pelo bom acolhimento e colaboração prestados, bem como pelo imenso material informativo facilitado;
- aos especialistas em ciências de educação auscultados sobre o texto do questionário a aplicar aos professores;
- a todos os colaboradores permanentes ou esporádicos da Comissão, designadamente à Dr.^a Isabel Martins Madaleno, que secretariou as reuniões da Comissão durante um largo período do seu funcionamento, aos economistas Professores Doutores Pedro Telhado Pereira e Maria do Carmo Seabra, aos sociólogos Drs. Nelson Matias, Paulo Pedroso, Fátima Villa de Freitas e José Manuel Soares de Resende, que elaboraram relatórios parciais para a Comissão.

Manuel Braga da Cruz

(Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Alberto Romão Dias

(Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa)

João Formosinho Sanches

(CIFOP de Braga da Universidade do Minho)

Joaquim Bairrão Ruivo

(Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto)

José Carlos Seabra Pereira

(Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

José Joaquim Cordeiro Tavares

(Centro Regional do Porto da Universidade Católica e Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)

INTRODUÇÃO

1. Os professores têm vindo a assumir justamente uma crescente importância no panorama actual da educação em Portugal.

Se a reforma dos anos 70 foi fundamentalmente a reforma da expansão quantitativa, a que hoje cada vez mais se impõe, e que de vários lados se vai reclamando, terá que ser a reforma da melhoria qualitativa. E como tal será uma reforma onde os professores terão que assumir um papel preponderante, a ponto de se poder afirmar que sem eles não haverá reforma.

Esta exigência hodierna da qualificação do ensino, da procura de qualidade também em matéria de educação, decorre naturalmente da crescente exigência de qualidade de vida posta pelas modernas sociedades pós-industriais. As sociedades de produção que foram as sociedades industriais determinaram sobretudo crescimentos quantitativos em matéria de educação. As sociedades de consumo, que tendem cada vez mais a ser as sociedades pós-industriais, formulam agora exigências de tipo cada vez mais qualitativo.

2. Ora o melhor ensino que hoje se reclama só pode atingir-se com melhores professores. Se deles não depende *de todo* o êxito dos esforços reformadores, depende com certeza *sobretudo* o sucesso geral de uma reforma do ensino. Os professores são os agentes privilegiados da reforma que, por isso mesmo, deve começar por eles e deve ser levada a cabo com eles. Se não são os professores, mas sim os alunos, a razão final do ensino, e se não se lhes pode assacar toda a responsabilidade do sistema, deles porém depende muito o bom funcionamento de um e de outro, e por isso devem dar-se-lhes melhores condições de exercício da actividade profissional.

3. Ora, apesar do crescente processo de profissionalização que têm vindo a conhecer os professores nos últimos tempos, é cada vez mais difundida a percepção de que o seu estatuto socioprofissional se tem vindo progressivamente a degradar, sobretudo em termos do reconhecimento público e do prestígio social que é conferido à profissão. É importante, por isso, apurar antes de mais a consistência e a extensão desta percepção, compreendê-la nas suas múltiplas e subtis manifestações, na sua variedade de factores e nas complexas consequências que apresenta, quer ao nível do corpo profissional dos professores, quer ao nível do sistema de ensino.

I

CONDIÇÕES SOCIAIS DA PROFISSÃO DOCENTE

4. Os professores são, no exercício da sua profissão, profundamente condicionados pelo meio social em que a escola e o sistema de ensino estão inseridos. A percepção objectiva do seu estatuto social obriga por isso, em primeiro lugar, a fazer um levantamento das principais condições sociais que afectam a sua actividade. A evolução do seu prestígio e do reconhecimento que socialmente lhes é votado é determinada por factores muito variados, que vão desde a simples extensão numérica, à qualificação científica e profissional, passando pela composição sexual e etária do corpo profissional, pela distribuição espacial, pelas condições de vida e de mobilidade social que proporcionam, entre outras.

Convém pois começar por enumerar as principais tendências de evolução social do corpo docente para compreender até que ponto o estatuto profissional tem sido por ela afectado.

UM CRESCIMENTO QUANTITATIVO

5. O número de professores em Portugal tem vindo a crescer vertiginosamente nos últimos vinte anos. Pode mesmo dizer-se que assistimos a uma verdadeira explosão quantitativa do corpo docente, motivada pela maciça e rápida difusão da escolaridade iniciada com a Reforma Veiga Simão nos começos da década de 70 e prosseguida na década de 80.

Trata-se em primeiro lugar de um crescimento tanto em termos absolutos como relativos, já que os professores têm aumentado até mais do que os alunos: entre 1964/65 e 1984/85 o número de lugares docentes mais do que triplicou, ao passar de 45 000 para cerca de 140 000, enquanto o número de alunos não chegou a duplicar, pois passou de 1 264 624 em 1965/66 para 2 131 261 em 1984/85.

Tem sido também um crescimento progressivo, pois de 45 000 na primeira destas duas últimas décadas, passou a 50 000 na segunda. Este ritmo, que se intensificou sobretudo entre 1974 e 1979 (com mais 30 000) tende porém a desacelerar ligeiramente no presente.

Lugares docentes em Portugal (valores absolutos)

Quadro 1

	1964/65	1974/75	1979/80	1984/85	1986/87
Ensino Oficial	37 597	78 830	107 650	127 096	135 899
Ensino Particular	8 215	10 755	11 139	12 418	15 699
Total	45 812	89 585	118 789	139 514	151 588

Fonte: Estatísticas da Educação

6. Foi o ensino pós-primário, abrangendo tanto o preparatório como o secundário, aquele que nas últimas décadas mais intensamente cresceu.

Há vinte anos o ensino primário dispunha de 60% da totalidade de professores, e o preparatório e o secundário não excediam os 33,5%. Em 1984/85 a relação inverteu-se: o preparatório e o secundário passaram a contar com 55% dos professores e o primário apenas com 31,2% deles. Foi aliás nos dois níveis do preparatório e do secundário que se criou, de facto, a grande maioria dos novos lugares docentes nas duas últimas décadas (61 500 num total de cerca de 95 000). E tudo leva a crer que será neles que se continuará a elevar a procura de docentes que, por sua vez, deverá decrescer contrariamente no primário.

O corpo docente dos ensinos infantil e universitário também cresceu nos últimos vinte anos de 0,8% para 4,5% e de 4,2 para 6,5%, respectivamente. Foi aliás nestes dois níveis de ensino que ocorreu o maior crescimento do sector privado, que por sua vez regrediu no preparatório e secundário e estabilizou no primário.

Lugares docentes em Portugal segundo os sectores e os níveis de ensino (% em coluna)

Quadro 2

Nível de Ensino	1964/65			1974/75			1984/85			1986/87		
	Ofic.	Part.	Total	Ofic.	Part.	Total	Ofic.	Part.	Total	Ofic.	Part.	Total
Infantil	—	4.4	0.8	0.3	14.7	2.0	3.7	13.2	4.5	2.2	10.4	3.0
Primário	69.3	20.8	60.6	41.0	20.8	38.6	32.1	23.2	31.2	30.5	16.0	29.0
Preparatório	26.1	67.1	33.5	23.2	20.2	22.8	22.7	19.4	22.4	21.2	17.4	20.7
Secundário				29.7	37.3	30.6	33.4	25.3	32.6	39.0	39.6	39.1
Superior	3.8	5.9	4.2	4.2	4.2	4.2	6.1	9.9	6.5	5.8	10.5	6.3
Tipo	0.7	1.7	0.9	1.5	2.8	1.6	2.0	9.0	2.6	1.3	6.0	1.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

7. Este crescimento quantitativo, por não ter sido acompanhado, como genericamente se reconhece, por um correspondente crescimento qualitativo, veio compreensivelmente aumentar os problemas dos professores, contribuindo para que se acentuasse a sua desqualificação socioprofissional, e aumentasse também a heterogeneidade entre eles, designadamente por via das diferentes habilitações de acesso à profissão.

DIMINUIÇÃO DE HABILITAÇÕES E POSTERIOR TENDÊNCIA PARA A MELHORIA

8. O aumento da procura de educação escolar e a escassez de instituições de ensino vocacionadas para a formação de professores, que se verificou nos começos da década de 70, vieram permitir o acesso ao exercício da profissão docente, sobretudo no ensino preparatório e secundário, de jovens sem habilitação própria e, na maioria desses casos, também sem a habilitação de grau superior, o que veio contribuir fortemente para a degradação académica e profissional do estatuto dos professores.

Em 1973/74 a percentagem de professores do ensino secundário (precisamente o mais afectado por esta desqualificação) sem habilitação própria, atingia os 31%. E em 1981/82 os professores sem curso superior eram no preparatório 40% e no secundário 25%.

Em todo o caso tem-se vindo a assistir a uma progressiva rectificação dessa situação com a diminuição gradual quer dos professores do ensino secundário sem habilitações próprias, que baixaram em 1985/86 para 11,9%, quer dos professores do ensino preparatório e secundário sem curso superior que passaram, em 1986/87, para 20,3% no preparatório e 18% no secundário.

Professores em funções em estabelecimentos do ensino secundário, por anos lectivos e categorias de qualificação profissional (%)

Quadro 3

Continente

ANOS LECTIVOS	72/73	73/74	74/75	75/76	76/77	77/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85	85/86
Profissionalizados	26.5	28.4	27.1	27.2	33.3	42.6	49.3	50.9	50.9	48.0	50.6	50.5	49.5	51.5
Provisórios														
c/ hab. própria	48.7	40.6	43.5	48.9	44.5	36.4	32.9	32.8	32.9	35.9	33.5	36.5	38.5	36.6
s/ hab. própria	24.8	31.0	29.4	23.9	22.2	21.0	21.0	16.3	16.2	15.9	15.9	13.0	12.0	11.9

1985/86 inclui também os professores das escolas «C+S»

Fonte: GEP/ME

Professores dos ensinos preparatório e secundário por grau de ensino a que se encontram vinculados, segundo o grau de habilitação académica (%)

Quadro 4

	1981/82				1983/84				1986/87			
	TOTAL		Pre-parat- ório	Secun- dário	TOTAL		Pre-parat- ório	Secun- dário	TOTAL		Pre-parat- ório	Secun- dário
	V.A.	%			V.A.	%			V.A.	%		
Licenciatura	27 837	51.0	41.9	57.5	33 076	56.8	48.6	62.5	49 269	73.3	75.1	72.3
Bacharelato	9 437	17.3	17.7	17.0	6 124	10.5	9.2	11.4	9 043	13.5	12.2	14.2
Superior Inc.	3 009	5.5	3.1	7.3	3 208	5.5	3.7	6.8	5 054	7.5	5.1	9.0
Curso não sup.	14 249	26.2	37.3	18.2	15 833	27.2	38.5	19.3	3 821	5.7	7.6	4.5
secundário	—	—	—	—	1 243	2.1	2.0	2.2	2 100	3.1	3.2	3.0
outros cursos	—	—	—	—	14 590	25.1	36.5	17.1	1 721	2.6	4.4	1.5
Total	54 532	100.0	100.0	100.0	58 241	100.0	100.0	100.0	67 190	100.0	100.0	100.0

Fonte: Inquéritos do GEP às escolas, nos respectivos anos

9. Esta situação de existência de professores sem habilitação própria e sem curso superior generalizou-se mais em certas regiões e áreas de formação. Do ponto de vista regional são sobretudo as regiões mais desfavorecidas do interior e do Sul as que maiores percentagens conhecem de professores nessas circunstâncias. Mas também deste ponto de vista se tem vindo a assistir a uma rectificação progressiva da desqualificação ocorrida na década de 70.

**Grau académico dos professores dos ensinos preparatório e secundário,
segundo as regiões do Continente em 1981/82 e 1986/87 (%)**

Quadro 5

	Total		Norte Litoral		Norte Interior		Centro Litoral	
	1981/82	1986/87	1981/82	1986/87	1981/82	1986/87	1981/82	1986/87
Licenciatura	51,0	73,3	50,4	73,7	38,0	66,1	51,1	74,0
Bacharelato	17,3	13,5	17,9	16,6	18,1	13,1	17,6	14,3
Curso não superior	26,1	5,7	26,0	4,1	37,1	9,8	25,1	5,5
Superior Inc.	5,5	7,5	5,6	5,6	6,8	11,0	5,8	6,2

	Centro Interior		Estremadura		Alentejo		Algarve	
	1981/82	1986/87	1981/82	1986/87	1981/82	1986/87	1981/82	1986/87
Licenciatura	40,7	66,1	57,5	76,9	35,8	60,5	46,7	72,6
Bacharelato	17,3	13,0	16,9	11,7	15,0	11,6	18,4	12,3
Curso não superior	35,1	9,8	21,2	4,4	40,4	13,2	28,3	6,4
Superior Inc.	6,9	11,1	4,4	7,0	8,8	14,7	6,6	8,7

Inquéritos do GEP às escolas nos respectivos anos

**Percentagem de licenciados e «valores modais» da habilitação académica dos professores
dos ensinos preparatório e secundário, segundo as áreas de formação ***

Quadro 6

	1981/82		1983/84		1986/87	
	% Licenciados	Moda (1) (2)	% Licenciados	Moda (1) (2)	% Licenciados	Moda (1) (2)
Línguas e Literaturas	72,1		77,5		81,3	
Ciências Sociais e Humanas	86,3		91,3		92,3	
Ciências Exactas e Naturais	76,0		79,8		75,6	
Engenharias e Tecnol. Industriais	16,9	O 60,1	20,4	O 60,8	63,5	
Artes Plásticas, Arquitect. e Design	16,9	O 57,7	23,8	O 63,0	73,6	
Economia, Gestão e Contabilidade	46,0		53,0		63,9	
Educação Física e Desporto	21,2	B 58,7	34,6	B 40,4	38,6	B 52,1
Labores e Formação Feminina	0,0	O 99,8	0,6	O 99,1	89,8	
Saúde	72,5		70,2		78,9	
Madeiras, Const. Civil e Minas	23,5	O 45,9	35,1	O 39,3	43,4	
Música, Cinema e Teatro	0,3	O 65,2	21,4	O 59,2	64,6	
Ciências Agrícolas, Pecuária e Pesca	14,8	B 50,0	26,9	O 55,6	65,6	
Direito e Ciências Políticas	76,5		81,1		87,4	
Secretariado e Relações Públicas	1,1	O 85,7	2,2	O 90,2	55,9	

* Os «valores modais» apresentados são:

(1) A categoria de habilitação académica para a docência, com os símbolos B = Bacharelato e O = Outro curso não superior. Apresentam-se apenas quando não se trata da licenciatura

(2) A percentagem de professores corresponde a essa categoria modal

Do ponto de vista das áreas de formação são sobretudo as áreas mais profissionalizantes também as que menores percentagens de licenciados têm entre os professores, embora também aqui estejamos na presença de uma crescente qualificação dos professores.

JUVENILIZAÇÃO INICIAL E PERSPECTIVA DE ENVELHECIMENTO

10. A expansão do sistema de ensino ocorrida no início da década de 70, com o aumento maciço de professores, motivou um compreensível rejuvenescimento do corpo docente, sobretudo nos graus de ensino mais beneficiados por essa expansão quantitativa.

Mais recentemente, a diminuição gradual do ritmo de ingressos na profissão docente tem vindo compreensivelmente a provocar também um ligeiro envelhecimento na *base* da pirâmide etária do corpo docente. Este envelhecimento dá-se também a nível do *topo* da pirâmide, pois a permanência na profissão, apesar de encorajamentos vários para a antecipação da idade de reforma, tem vindo a manter-se dilatada.

O corpo docente mais envelhecido é o do ensino primário, precisamente aquele grau de ensino onde existe um excesso de professores e, por conseguinte, onde os ingressos se têm vindo a fazer com maior retracção, e onde a permanência em funções se tem visto mais prolongada por causa dos problemas que se têm posto a propósito das pensões e da reforma e também da ocupação activa dos idosos. A percentagem de professores do ensino primário com mais de 35 anos, que era em 1964/65 apenas de 38,7%, subiu em 1974/75 para 44,7% e é já em 1985/86 de 62,6%, tendendo hoje a agravar-se pelas perspectivas de redução quantitativa deste grupo docente.

Também em termos de anos de serviço o ensino primário revela ser o mais envelhecido, já que 76,7% dos seus professores têm mais de 11 anos de serviço, e só 8,3% deles têm menos de 2 anos. Numa altura em que se intensifica o combate ao insucesso escolar, sobretudo na escolaridade obrigatória, tal envelhecimento não pode deixar de constituir uma séria preocupação.

Em contrapartida, o mais jovem corpo docente é o do ensino pré-escolar, por ser precisamente o nível de ensino que está a conhecer neste momento a mais rápida expansão. É mesmo o único grau de ensino em rejuvenescimento actual, dado que foi o único em que a percentagem de professores com menos de 35 anos subiu dos 75,3% em 1974/75 para os 80,2% em 1985/86.

O envelhecimento do corpo docente, nos demais graus do ensino, varia consoante a intensidade da sua expansão. O preparatório, que se expandiu mais nos últimos anos do que os outros — unificado e secundário — conheceu por isso um mais intenso envelhecimento, vendo assim aumentar o número de professores com mais de 35 anos: de 35,1% em 1974/75 passou em 1985/86 para 48,5%.

Também por isso o preparatório é o nível de ensino que logo após o primário, tem maior percentagem de professores com mais anos de serviço: 53,4% com 11 e mais anos.

O unificado, que só agora vai ser abrangido pelo aumento da escolaridade obrigatória, conheceu um ritmo menos acentuado de expansão e também, por isso, de envelhecimento: a sua percentagem de professores com mais de 35 anos subiu apenas de 39,6% para 41,5% em 1982/83 e 1985/86. E é também o

que tem a maior percentagem de professores com menos tempo de serviço: 31,7% com menos de 2 anos.

É previsível porém que o estado deficitário deste grau de ensino em professores, e o acréscimo previsto de ingressos, em virtude do seu próximo desenvolvimento, venha a determinar ou um ligeiro rejuvenescimento ou, pelo menos, a sustentar o envelhecimento em curso.

Ao nível dos grupos disciplinares, no preparatório, o envelhecimento é maior entre os professores de Educação Musical e de Português e Estudos Sociais (21,6% e 16,8% com mais de 12 anos), enquanto no secundário o envelhecimento atinge sobretudo Matemática, Físico-Química e Português, Latim e Grego.

Distribuição dos professores por vários graus de ensino por grupos etários
Quadro 7

	Pré-escolar		Primário			Preparatório		Unificado		Secundário		
	1975/76	1985/86	1964/65	1974/75	1985/86	1974/75	1985/86	1982/83	1985/86	1964/65	1974/75	1985/86
Até 34 anos	75,3	80,2	61,3	55,3	37,4	64,9	51,4	60,5	58,5	41,1	59,6	50,9
Mais de 35	24,7	19,8	38,7	44,7	62,6	35,1	48,5	39,5	41,5	58,9	40,4	49,1

O maior problema decorrente do envelhecimento progressivo põe-se ao nível do ensino primário, onde a renovação e circulação etária dos professores se não está a processar. Corre-se o risco de ver envelhecido ainda mais um corpo docente que já tem acima dos 55 anos quase 10% e entre os 45 e 54 anos quase um quarto do total dos professores.

Distribuição dos professores dos vários graus de ensino por grupos etários
Quadro 8

	Pré-escolar		Primário		Preparatório		Unificado		Liceal Técnico	
	1982/83	1985/86	1982/83	1985/86	1982/83	1985/86	1982/83	1985/86	1982/83	1985/86
Até 24	27,2	22,2	6,2	3,4	9,9	5,7	11,3	8,9	9,1	6,3
24-34	46,8	58,0	37,9	34	51,1	45,7	49,2	49,6	46,3	44,6
35-44	16,9	13,1	27,9	29,4	22,9	29,6	22,6	25,4	24,8	27,4
45-54	9,1	6,7	19,6	23,7	9,8	11,8	10,5	10,1	11,8	12,9
+ de 55	—	—	8,3	9,5	6,2	7,1	6,5	6,0	7,9	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FEMINIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

11. O progressivo aumento de mulheres entre os professores é revelador de profundas transformações na profissão docente. O ingresso cada vez mais acentuado de mulheres na vida activa determinou uma maior feminização de algumas profissões, sobretudo daquelas que, pela sua natureza e tempos labo-

desempenhadas por mulheres, como a maternidade, a gestão doméstica e a educação dos filhos.

Este ingresso das mulheres na vida activa tem-se feito em muitos casos com discriminações salariais em relação ao sexo masculino. Apesar das declarações públicas consagrando a igualdade de sexos perante o trabalho, continua a entender-se de uma forma muito generalizada, que o salário da mulher é um complemento do do homem ou que não precisa de ser tão elevado como o do homem. Nesse sentido, a feminização implica de um modo geral diminuição salarial e deterioração do estatuto remuneratório contribuindo também desse modo para a degradação do estatuto socioprofissional.

A feminização da função docente tem assim também contribuído para uma degradação socioprofissional dos professores. O menor prestígio social atribuído a profissões exercidas por mulheres, não só em termos remuneratórios mas também sociais mais vastos, tem afectado o prestígio dos professores em geral. Para além disso, esta progressiva feminização não pode deixar de vir a fazer-se sentir nos modelos sociais transmitidos e suscitados pelo processo educativo.

Em termos globais a percentagem de mulheres tem vindo, com efeito, a subir: de 72,4% em 1964/65, passou a 73,5% em 1974/75 e atingiu já os 76,85% em 1985/86. Portugal tornou-se mesmo, com estas percentagens, num dos países da OCDE com mais alta taxa de feminização docente.

Percentagem de professores nos países da OCDE por níveis de ensino (1985/86)
Quadro 9

Pais	Pré-primário	Primário	Secundário Primeiro Ciclo	Secundário Segundo Ciclo Geral	Educação Especial
Austrália	—	71,6	—	48,1	73,8
Áustria	99,4	79,0	58,8	51,9	—
Bélgica	99,5	62,5	—	—	—
Canadá	—	81,7	—	37,1	—
Dinamarca	96,0	59,0	59,0	37,0	—
França	96,4	71,4	60,8	49,6	—
Alemanha	91,5	78,9	48,3	30,8	61,8
Grécia	100,0	47,9	62,6	46,9	59,2
Irlanda	75,7	75,3	—	—	—
Itália	95,0	88,9	67,6	62,5	—
Japão	88,1	56,1	34,5	21,9	49,2
País Basco	—	64,1	—	26,9	43,3
Nova Zelândia	—	70,7	—	46,8	—
Noruega	—	57,8	—	33,8	64,7
Portugal	—	—	—	—	—
Espanha	92,8	71,5	47,3	46,7	71,8
Turquia	99,4	41,8	32,1	39,3	40,1
Reino Unido	—	79,5	—	49,8	68,8
Jugoslávia	94,4	70,8	53,6	46,7	71,8

Fonte: OCDE (1988), *L'enseignement dans les pays de l'OCDE 1985-1986: Recueil d'informations statistiques*, Paris, Quadros 2-1, 2-4, 2-6 e dados fornecidos pelas autoridades nacionais

12. Esta feminização é tanto maior quanto mais inicial é o nível de ensino: aumenta de 61,8% no secundário complementar para 69,1% no preparatório, 1197

92,4% no primário e 98,7% no pré-primário, em 1985/86. O que confirma que, quanto menos prestigiado socialmente é o nível de ensino, mais feminizado ele está.

Taxas de feminização por anos e graus de ensino
Quadro 10

	1964/65	1974/75	1985/86
Infantil	100,0	97,8	98,7
Primário	87,1	91,3	92,4
Preparatório	—	66,2	69,1
Secundário Complementar	45,3	55,1	61,8

Por outro lado, a feminização, se bem que generalizada em todos os graus de ensino, tem progredido mais nos graus mais avançados do sistema de ensino. Há vinte anos, por exemplo, os homens eram ainda maioritários no ensino secundário (54,6%). Deixaram de o ser nos começos da década de 70, passando a 44,8% em 1974/75. E em 1985/86 viam-se reduzidos a quase apenas um terço dos professores do secundário.

Quanto ao ensino infantil, outrora totalmente leccionado por mulheres, embora se assistisse a algum ingresso nele de professores do sexo masculino até 1974/75, viu-se novamente refeminizado: de 97,8% há 10 anos passou para 98,7% de mulheres em 1985/86. O mesmo sucede quer com o ensino primário, cada vez mais leccionado por mulheres, que de 87,1% há vinte anos, já são 92,4% quer ainda com o ensino preparatório, que passou de 66,2% de mulheres em 1975/76, para 69,1% em 1985/86.

LITORALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE PROFESSORES

13. A região com maior número de professores é a região Norte, com cerca de 36%, devido sobretudo ao elevado número de professores do ensino primário (40,4%) e preparatório (35,4%).

Ms é ainda na Estremadura que se encontram as maiores percentagens de professores nos restantes graus do ensino, ou seja, desde o pré-escolar (34,6%) ao secundário (35,3%).

É também no Norte que se regista a maior concentração dos professores reformados (40,4%), professores estes que pertencem em maior número ao ensino primário (43,5%).

Do ponto de vista evolutivo, assiste-se a uma progressiva, embora irregular, concentração dos professores nas zonas do litoral (norte e centro), em detrimento das zonas do interior (norte e centro), e a uma maior concentração nas áreas urbanas, de que é indicador o crescimento da Estremadura, à custa da diminuição dos professores no Alentejo.

Com efeito, os professores do litoral norte e centro, que eram 39,6% em 1964/65, passaram a 42,1% em 1985/86, enquanto os professores do interior norte e centro baixavam de 17,4% em 1964/65 para 14,2% em 1985/86.

1198 Simultaneamente, cresceu a percentagem de professores na Estremadura de

27,4% em 1964/65 para quase 32% em 1985/86, em detrimento do Alentejo, que diminuiu, nesses mesmos anos, de 6,1% para 4,8%.

**Evolução dos lugares docentes do sistema de ensino,
por zonas regionais**

Quadro 11

	1964/65	1974/75	1979/80	1985/86
Litoral	39,6	41,3	39,4	42,1
Interior	17,4	14,3	14,5	14,2
Estremadura	27,4	31,0	32,8	31,7
Alentejo	6,1	5,4	4,9	4,8
Algarve	3,2	2,8	3,1	3,3
Regiões Autónomas	6,1	5,2	5,3	3,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Esta litoralização e concentração urbana tem-se registado mais acentuadamente sobretudo no ensino primário, mas também se registou, embora em menor escala, no ensino preparatório. No ensino primário, os professores do litoral cresceram de 41,6% em 1964/65 para 43,6% em 1984/85, enquanto os do interior baixaram de 20,5% para 16,5% nos mesmos anos. E no ensino preparatório, os do litoral passaram de 39,4% em 1974/75 para 40,8% em 1984/85, enquanto os do interior baixaram de 14,4% para 13,1% nos mesmos anos.

Em contrapartida, no ensino infantil ou pré-escolar a tendência tem sido para uma nítida desconcentração, com a diminuição na Estremadura de 58,9% (1964/65) para 34,6% (1985/86), e o crescimento quer no litoral (de 25,6% para 36,4%) quer no interior (de 6,1% para 15,3%) nesses mesmos anos.

Também em relação ao secundário, mais do que falar em litoralização ou urbanização, deve registar-se uma tendência para a desconcentração, com igual diminuição da Estremadura de 38,3% para 35,3% entre 1974/75 e 1985/86, e idêntico crescimento tanto do litoral (de 38,7% para 40,3%) como do interior (de 10,4% para 11,7%), do centro e do norte nos mesmos anos.

ESTATIZAÇÃO DO ENSINO E DO ESTATUTO DOS PROFESSORES

14. Este crescimento do sistema de ensino e dos professores traduziu-se porém num acelerado processo de *estatização*. Lançada a reforma por um poder cujo apelo à «democratização» se enquadrava numa estrutura política centralizada e estadualista, tradicionalmente pouco aberta em matéria de educação ao fomento da iniciativa privada, acabou por vir a ser compreensivelmente uma reforma feita fundamentalmente pelo Estado. A iniciativa privada, desapojada como estava, e desafiada pela própria concorrência desigual do Estado¹, viu-se impedida de corresponder aos desafios da escolarização de

¹ No começo da década de 70 o Estado retirou colégios à iniciativa privada, comprando-os, ou colocou estabelecimentos nas proximidades dos privados já existentes, arruinando-os. E limitou a capacidade de recrutamento de professores dos estabelecimentos privados, ao facilitar o acesso às escolas públicas de muitos professores privados, designadamente padres.

massas dos primeiros anos 70. Por isso, o crescimento do ensino privado ficou, nos últimos vinte anos, muito aquém do do ensino público, que triplicou o número de lugares docentes, enquanto o particular apenas aumentou em cerca de metade. Tomando como base o índice 100 de 1964/65, o ensino oficial atingiu em 1984/85 o valor de 338, enquanto o ensino privado se quedava pelos 151,2. O ensino particular, que há vinte anos constituía ainda 17,9% do total do ensino (1964/65), via-se reduzido para apenas 8,9% em 1984/85. E de sector largamente maioritário no ensino liceal, ainda em meados da década de 60 (com 61% em 1964/65) passou logo a ser largamente minoritário (9,8%) dez anos depois em todo o secundário.

Lugares docentes do sistema de ensino por zonas regionais e graus de ensino

Quadro 12

		1964/65	1974/75	1979/80	1985/86
I	Litoral	25,6	32,5	34,5	36,4
N	Interior	6,1	9,4	12,2	15,3
F	Estremadura	58,9	49,6	43,3	34,6
A	Alentejo	3,0	3,2	4,6	5,3
N	Algarve	0,8	0,9	2,4	1,8
T	Regiões Autónomas	5,5	4,4	3,0	6,5
I					
L	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

P	Litoral	41,6	44,8	42,8	43,6
R	Interior	20,5	17,5	16,8	16,5
I	Estremadura	20,9	23,6	26,7	27,3
M	Alentejo	6,6	5,0	4,6	4,1
Á	Algarve	3,1	2,5	2,7	2,9
R	Regiões Autónomas	7,2	6,5	6,2	5,7
I					
O	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

P	Litoral	—	39,4	38,8	40,8
R	Interior	—	14,4	13,3	13,1
E	Estremadura	—	32,3	34,7	33,8
P	Alentejo	—	5,8	5,1	4,6
A	Algarve	—	2,7	2,9	3,1
R	Regiões Autónomas	—	5,3	5,1	4,6
A					
T.	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

S	Litoral	—	38,7	36,6	40,3
E	Interior	—	10,4	12,8	11,7
C	Estremadura	—	38,3	37,4	35,3
U	Alentejo	—	5,6	5,0	4,9
N	Algarve	—	3,4	3,7	3,8
D	Regiões Autónomas	—	3,5	4,3	4,0
Á					
R.	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

**Lugares docentes em Portugal segundo os sectores de ensino
(% em linha)**

Quadro 13

	1964/65	1974/75	1979/80	1984/85
Ensino Oficial	82,1	88,0	90,6	91,1
Ensino Particular	17,9	12,0	9,4	8,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estatísticas da Educação

O Estado, outrora sobretudo tutela, foi-se assim erigindo cada vez mais em principal patrão dos docentes portugueses, que se viram convertidos progressivamente em funcionários públicos, ao «estatizar-se» cada vez mais o seu estatuto profissional, que permaneceu contudo híbrido e problemático.

CRESCENTE PROFISSIONALIZAÇÃO

15. Apesar da crescente desqualificação atrás referida os professores têm contudo vindo a conhecer um processo de progressiva profissionalização, entendida na dupla acepção de especialização pedagógica e de exclusividade profissional.

A partir de começos da década de 70, com a tomada de importantes decisões, das quais é de salientar a de começar a pagar o estágio aos professores e os meses de Verão aos professores provisórios, o Ministério da Educação começou a apostar em promover a formação pedagógica dos professores com habilitação própria, mas sem habilitação profissional. Por esse facto o número de professores profissionalizados tem vindo a crescer gradualmente, passando de 47,6% em 1981/82 para 54,2% em 1986/87. Este número atingiu já em 1989 valor próximo dos 70%, de acordo com o inquérito realizado aos professores.

Profissionalização por graus de ensino

Quadro 14

	Total	Pré-escolar	Primário	Preparatório	Unificado	Secundário
Profissionalizado	69,3	89,9	95,8	57,9	33,6	50,5
Efectivo	57,3	69,5	70,9	53,1	31,9	16,8
Não efectivo	12,0	20,4	24,9	4,8	1,7	3,7
Efectivo Provisório	13,9	2,2	1,4	18,1	31,7	23,8
Em formação	4,1	1,8	0,3	3,7	7,1	8,2
Não em formação	9,8	0,4	1,1	14,4	24,6	15,6
Provisório vinculado	9,2	2,2	1,4	12,7	18,9	14,8
C/ habilitação própria	5,5	2,2	0,9	6,6	13,5	9,2
C/ habilitação suficiente	2,5	—	0,5	4,0	1,7	3,9
S/ habilitação suficiente	1,2	—	—	2,1	3,7	1,7
Não vinculado	7,6	5,7	1,2	11,4	15,8	10,8

Fonte: Inquérito aos professores, Euroexpansão, 1989

A taxa de profissionalização varia em todo o caso, e muito, com o nível de ensino. Assim, enquanto no primário chega a ser da ordem dos 95,8%, e no pré-escolar de 89,9%, no unificado, porém não ultrapassa os 33,6%, e no secundário fica-se mesmo pelos 50,5%. São aliás estes dois níveis de ensino que conhecem maiores percentagens de efectivos provisórios que, sendo 13,9% apenas na totalidade, chegam a atingir neles os 31,7% e 23,8%, respectivamente. É também a esses dois níveis que pertencem sobretudo os professores provisórios vinculados: 18,9% e 14,8%, respectivamente. Os não vinculados de todo, que são 7,6% na globalidade, são sobretudo jovens professores do ensino pós-primário.

A profissionalização decresce também significativamente de Norte para Sul, passando de 76% na região Norte para 72,3% no Centro, e decrescendo para 63,3% no Sul, 62,8% em Lisboa e 62,9% nas Ilhas.

A via de profissionalização mais intensamente utilizada, excepção feita para as escolas de magistério, que foram frequentadas por 52,5%, ainda foi o estágio clássico (16,4%), a profissionalização em exercício (12,7%) e a frequência de licenciaturas em ensino (5,6%) e em ramos educacionais (6,5%). A recentemente instituída profissionalização ou formação em serviço ainda só atingiu 5% dos professores, que são compreensivelmente dos mais novos e de média idade.

O grande problema está pois no ritmo de profissionalização. Em 1986/87, dos 34% portadores de habilitação própria, só 4,8% se encontravam em situação de profissionalização em serviço ou nos ramos educacionais. A evolução positiva da profissionalização crescente parecia assim estar a ser contrariada pelas dificuldades de intensificar o seu ritmo, de que é indicador o decréscimo sistemático, tanto em termos absolutos como até relativos, dos professores em profissionalização, que de 5300 (9,8%) em 1981/82 passaram a 3100 (4,8%) em 1986/87.

Estamos pois perante um processo de crescente qualificação não só profissional, mas também académica, com o acréscimo do nível de habilitações próprias para a docência. Em 1986/87 apenas 11,5% dos professores se encontravam sem essa habilitação própria para a docência.

**Professores dos ensinos preparatório e secundário
segundo a categoria de habilitação profissional (v. absolutos e %)**

Quadro 15

	1981/82		1983/84		1986/87	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Habilitação profissional	25 945	47,6	29 853	51,2	36 436	54,2
Efectivos	23 868	43,8	26 314	45,2	34 954	52,0
Não efectivos	2 077	3,8	3 539	6,0	1 482	2,2
Habilitação própria	20 438	37,5	21 700	37,3	23 039	34,3
Em formação	5 351	9,8	3 953	6,8	3 189	4,8
Outros	15 087	27,7	17 747	30,5	19 850	29,5
Sem habilitação própria	8 149	14,9	6 688	11,5	7 715	11,5
Habilitação suficiente	5 961	10,9	4 823	8,3	6 164	9,2
Sem habilitação	2 188	4,0	1 865	3,2	1 551	2,3
Total	54 532	100,0	58 241	100,0	67 190	100,0

16. Mas além da especialização, a profissionalização costuma ver-se também como processo de dedicação exclusiva. Ora de acordo com as declarações dos professores entrevistados no Inquérito a percentagem de professores que o são exclusivamente é de 90%, e 5,9% ainda, embora acumulando, dizem que continuam a sê-lo principalmente. Dos 10% que acumulam, cerca de metade diz fazê-lo na área da educação, tanto como professores como na qualidade de explicadores. Estes professores que dizem acumular na educação são sobretudo do sexo masculino (31,9%) e maioritariamente entre os 26 e os 45 anos (55,3%), e ensinam sobretudo no secundário (61%) e no preparatório (25,1%). Tudo indica que o fazem por necessidade, já que pertencem aos estratos mais baixos de rendimentos familiares.

Mas até os reformados, curiosamente, que mantêm alguma actividade profissional, têm-na sobretudo no ensino secundário.

Tudo isto demonstra que, a par de uma elevada especialização, os professores revelam confessar também uma larguíssima exclusividade, podendo por esse lado concluir-se igualmente que estamos perante um corpo vastamente profissionalizado.

UMA PROFISSÃO DE ASCENSÃO SOCIAL

17. A profissão docente tem constituído um importante factor da mobilidade social ascendente a julgar pela análise da origem social dos professores. De facto, a origem social maioritária dos professores é mais baixa do que o nível médio em que se enquadra a actual actividade profissional.

A origem social mais referida é a das classes trabalhadoras: 21,5% dos professores são com efeito filhos de operários (18,2% de operários qualificados ou semi-qualificados e 3,3% de não qualificados), 14,8% de trabalhadores por conta própria, 13,9% de trabalhadores agrícolas (10,1% por conta própria e 3,8% assalariados), tudo isto totalizando mais de 50%.

Em contrapartida é diminuta a referência às classes médias, onde avulta apenas a percentagem dos filhos de empregados do comércio e serviços: 18,8%. Só 3,9% se dizem filhos de professores, e apenas 4,2% filhos de empregados de profissões liberais.

Entre as profissões mais elevadas, destacam-se os 9,8% de patrões e os 2,9% de directores.

Estes dados revelam efectivamente que a maioria dos professores tem hoje uma posição social superior à que tinham os seus pais, tendo por conseguinte conhecido uma ascensão social. Este facto determinou uma crescente percepção da profissão docente como instrumento de mobilidade social ascendente, influenciando desse modo as estratégias de opção pela profissão.

Quando encaradas do ponto de vista etário, as profissões paternas mais referidas pelos mais jovens professores são precisamente as de operário qualificado (25% e 23,4% para menos de 25 anos e entre 26 e 35 anos) e de pessoal de enquadramento de trabalhadores de comércio e afins (16,1% para os de menos de 25 anos). Em contrapartida as mais indicadas pelos mais velhos professores são as de trabalhador por conta própria (20% e 19,2% para 46-55 anos e mais de 56 anos) e de agricultor por conta própria também (13,7% e 11,9% para as mesmas idades) e ainda professor primário (6,3% para os mais de 55 anos) e pessoal das Forças Armadas (9,8% para os mais de 55 anos).

Origem social dos professores
Profissões do pai

Quadro 16

Operários qualificados e semi-qualificados	18,2	21,5
Operários não-qualificados	3,3	
Pessoal de enquadramento dos trabalhadores do comércio, serviços e administração pública	11,0	18,8
Outro pessoal do comércio, administrativo, dos serviços e da administração pública	7,8	
Trabalhadores por conta própria da indústria, construção civil, comércio, transportes e serviços		14,8
Agricultores por conta própria	10,1	13,9
Outros trabalhadores agrícolas	3,8	
Patrões agrícolas	2,0	9,8
Patrões e trabalhadores, por conta própria das profissões liberais e relacionadas	2,7	
Patrões da indústria, construção civil, comércio, transportes e serviços	5,1	
Pessoal das Forças Armadas		5,5
Empregados das profissões liberais		4,2
Professores do Ensino Superior	0,2	3,9
Professores do Ensino Secundário	1,9	
Professores do Ensino Primário	1,8	
Directores		2,9

Do ponto de vista dos graus de ensino, no primário prevalecem os filhos de trabalhadores por conta própria (17,6%), de agricultores por conta própria (13,1%) e pessoal de comércio (9%). Já no secundário complementam sobre-saem os filhos de assalariados agrícolas (4,9%), de directores (3,1%), de empregados de profissões liberais (5,8%), de professores do secundário (2,9%), de pessoal de enquadramento de trabalhadores do comércio e afins (12,5%) e filhos de operários qualificados (19,7%). No preparatório evidenciavam-se os filhos de patrões (de profissões liberais 3,4%, de indústria 6,2%), de professores do superior (0,5%), de empregados das profissões liberais (5,8%) e de pessoal de enquadramento de trabalhadores do comércio (14,9%) e de pessoal das Forças Armadas (7%). No unificado, as profissões proporcionalmente mais indicadas são por seu lado os agricultores por conta própria (7,9%), os patrões da indústria (16,2%), os directores (8,4%) e os professores do secundário (3,3%).

Quanto à profissão da mãe, a grande maioria dos professores (75,8%) é filho de mãe não activa, não sendo por isso muito significativa a utilização deste indicador, para aferição de origem social.

Se porém passarmos às habilitações do pai, confirmaremos a impressão da mobilidade social ascendente, já que os filhos de analfabetos são ainda 3,2% e os filhos de pai apenas com instrução primária são 48,1%. Só 9,5% são filhos de pai com instrução superior.

Habilitações dos professores e do pai

Quadro 17

Dos professores	%	Do pai	%
Licenciatura	38,7	Superior	9,5
Bacharelato	11,2	Médio	6,0
Ensino Médio	2,5	7.º ano	4,3
Ensino Superior incompleto	4,3	5.º ano	13,9
Magistério	37,5	Básico	9,2
Secundário completo	3,8	Primário elementar	48,1
Secundário geral	1,1	Sabe ler e escrever	5,3
		Analfabeto	3,2

AUTO-ATRIBUIÇÃO DE PRESTÍGIO SOCIAL INTERMÉDIO

18. Apesar da inequívoca função de ascensão social da profissão, nem todos os professores a encaram identicamente em termos de prestígio social.

Se 23,9% se autocolocam, enquanto professores, numa escala de prestígio social de 1 a 10, entre as posições 8 a 10, cerca de 1/3 (33%) prefere a posição 6 e 7 e cerca de outro terço (31%) as posições 4 e 5, sendo ainda de 7% a percentagem dos professores que se vê muito abaixo em termos de prestígio social (nas posições 1 a 3).

Prestígio social da profissão

BAIXO											ALTO
	59,6%										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
	7%			31%		33%		23,9%			
	64%										

Como quer que seja, é maioritária a auto-apreciação positiva, mas mais maioritária ainda a percentagem dos que se atribuem uma posição intermédia em termos de prestígio social, o que faz crer que, para além de importante instrumento de ascensão social, a profissão docente também parece constituir um factor de confirmação de *status* para as classes médias. Os que melhor se autocolocam são sobretudo reformados e idosos e professores do ensino primário. Os que pior se colocam pertencem aos estratos etários intermédios, leccionam mais no ensino oficial que no particular, e nos graus do ensino pós-primário.

CONDIÇÕES DE VIDA DE CLASSE MÉDIA

19. Esta auto-colocação intermédia em termos de prestígio social encontra correspondência nas condições de vida dos professores, típicas dos estratos sociais intermédios.

Com efeito, em termos habitacionais, segundo o Inquérito aos Professores, a grande maioria dos professores vive na sua residência habitual (90,5%), em

casa própria (53,4%) ou alugada (25,9%), ou ainda em casa de família (24,5%), sobretudo os mais jovens.

Os que vivem em morada transitória são apenas 9,5%, 39,1% dos quais demoram mais de 3 horas a ir a casa ao fim-de-semana. Os que estão nestas condições são sobretudo jovens professores (82,6%), isto é, na sua quase totalidade com menos de 35 anos, são do ensino secundário (43,4%), das regiões Norte (37%) e Centro (23,7%).

São também muito minoritários os professores que vivem em casa alugada com colegas (2,3%) ou em quartos alugados (3,6%). E quanto à distância da escola, são também poucos os que vivem longe. A maioria (80,9%) demora menos de meia hora a ir de casa à escola, e 55,7% até menos de 15 minutos. Só 7,2% demora mais de uma hora, chegando 1,3% até a demorar mais de 2 horas. Trata-se de professores do primário e do preparatório.

Também em termos de conjugalidade, os professores revelam comportamentos «médios». A maioria deles é de professores casados (65,2%) e com filhos (63,2%). Entre os solteiros (24,7%) e os que não têm filhos (36,8%) predominam compreensivelmente os jovens. Os que vivem sozinhos são apenas 8,1% e são de idades avançadas, do ensino secundário e da região de Lisboa.

Curiosa é no entanto a percentagem de endogamia: 33,9% dos professores estão casados com professores, sobretudo no ensino preparatório (41,4%) no unificado (39,5%) e no secundário (40%) e na região Centro (40%).

RESUMO

20. O enorme crescimento, sobretudo quantitativo, dos professores, a partir dos anos 70, acompanhado de uma desqualificação profissional e académica, que hoje tende porém a ser corrigida, bem como de uma juvenilização do corpo docente, também hoje a ser contrariada, contribuíram para uma degradação do estatuto socioprofissional dos docentes, de que a progressiva feminização parece ser um reflexo.

Foi um crescimento que se traduziu numa certa litoralização e urbanização da concentração de professores, e que acarretou, com a crescente estatização do ensino, também uma maior estatização do seu estatuto profissional, já que o Ministério passou a ver cada vez mais sobreposta a sua função de tutela com a de entidade patronal da grande maioria dos professores.

A crescente profissionalização dos professores que se tem vindo a registar, tanto em termos de especialização como de exclusividade profissional, parece possibilitar, pelo menos em parte, uma rectificação dessa degradação do estatuto social de uma profissão que, objectivamente, tem constituído um importante factor de mobilidade social, e que, subjectivamente, se posiciona e se assume como pertencente às classes médias, o que parece aliás confirmado por algumas das suas próprias condições de vida.

II

INGRESSO E PERMANÊNCIA NA PROFISSÃO DOCENTE

INGRESSO POR VOCAÇÃO E POR RECURSO

21. O que leva um professor a escolher a sua profissão? E o que é que faz que continue nela?

A maioria dos professores (63%) quando inquirida sobre as razões da sua escolha profissional refere a vocação ou uma escolha inicial como principal razão para o seu ingresso na profissão docente, enquanto 15,4% apontam, sob diversas formas, a ausência de outras alternativas profissionais. E para muitos destes, ser professor, foi mesmo, segundo dizem, um último recurso (5,9%), ou a alternativa possível quando não se conseguiu encontrar outro emprego (5,1%).

Este expressivo valor de 63% é ainda relativamente baixo quando comparado com a situação francesa, onde são cerca de 89% os professores que respondem de imediato da mesma forma ¹. Como explicar esta diferença? Estaremos perante uma «maior consciência» de outros factores, que não a vocação, por parte dos professores portugueses, ou perante uma maior visibilidade de outros processos de determinação da opção pela profissão docente?

Entre as variáveis que influenciam a opção pela profissão e nos ajudam a compreendê-la estão o grau de ensino onde se lecciona, o sexo e a idade do professor.

De facto, a referência à vocação diminui à medida que se sobe no nível de ensino — e também, por isso, no nível etário dos educandos e no grau de habilitações necessárias para o ingresso na profissão — e diminui ainda à medida que se entra no universo de cursos e de áreas de estudo da formação académica dos professores que não apontam explicitamente para a profissão.

O ingresso na profissão por ausência de outras alternativas profissionais, varia em sentido inverso, isto é, é mais referido pelos professores dos ensinos preparatório e secundário, e quase nulo no pré-escolar.

¹ Cf. Hervé Harmon e Patrik Rotman, *Tant qu'il y aura des profs.*, Paris, Seuil, 1984. 1207

1208

Principal razão que o/a levou a ser professor/a, segundo a situação activa, o sector e o grau de ensino

Quadro 18

Principal razão	Total	Sexo		Grau de ensino				Idade (1)				
		Masculino	Feminino	Pre-Escol.	Primário	Preparatório	Unif./Secund.	Até 25 anos	26-35 anos	36-45 anos	46-55 anos	56 + anos
Total (%)	100,0	32,0	68,0	5,4	34,4	22,7	36,4	9,1	30,7	17,2	13,0	11,5
Vocação/Escolha inicial	63,0	54,3	67,8	88,2	65,7	60,1	58,7	60,5	60,8	72,1	63,2	58,6
Ausência de outras alternativas profissionais	15,4	23,5	11,7	0,8	10,4	20,8	18,8	18,2	19,9	7,8	12,5	14,7
Relacionamento humano	4,7	6,4	3,9	1,0	0,3	6,1	8,5	7,2	5,5	2,6	3,4	2,6
Influência da família	3,3	2,0	3,9	1,4	5,3	2,5	2,1	—	1,6	3,2	5,5	8,9
Melhor oportunidade profissional	2,9	4,5	2,1	2,5	2,4	1,6	4,1	6,9	2,2	4,0	1,8	0,9
Segunda escolha	2,7	1,0	3,4	1,4	6,0	0,6	1,0	3,1	1,2	1,3	6,6	4,6
Outras razões	6,1	5,8	6,2	3,0	8,9	5,4	4,5	1,8	6,9	7,4	5,5	8,7
N/S; N/R	1,9	2,5	1,6	1,7	1,0	2,9	2,2	2,3	1,9	1,6	1,5	1,0

(1) Exclui-se a coluna «Não indicou» a idade, com 18,5% dos entrevistados

Fonte: Inquérito aos professores

Principal razão porque foi para o respectivo nível de ensino (%)

Quadro 19

	Pré-escolar		Primário		Preparatório/Secundário	
Gostava de crianças	80,2		Gostava de crianças		45,6	35,2
Conteúdos disciplinares	8,0		Acesso menos caro/mais rápido		18,2	34,2
Outras respostas	(11,1)		Conteúdos disciplinares		14,4	(23,0)
Menos exigente intelect.	3,7		Outras respostas		(16,9)	5,1
Formação básica inicial	2,8		Não conseguiu acesso à univers.		6,8	2,4
Mais compatível vida doméstica	0,8		Ficar mais perto de casa		6,8	1,5
Outras respostas	3,8		Processo emancipação da família		1,4	14,0
N/S; N/R	0,7		Outras respostas		4,2	7,6
			N/S; N/R		4,9	

Fonte: Inquérito aos professores

Por outro lado, o sexo feminino refere mais a vocação do que o sexo masculino, enquanto são os homens que, em maior percentagem, afirma ter ingressado na profissão por ausência de outras alternativas.

Apenas os professores do ensino primário e os mais velhos reconhecem a influência da família na opção profissional ou explicitam que esta foi, de facto, uma segunda escolha, embora em percentagens relativamente baixas.

22. A opção do nível de ensino em que se lecciona ajuda a precisar um pouco melhor os sentidos da opção pela profissão. Uma opção pelo grau de ensino é indissociável de uma visualização do nível etário dos respectivos educandos e dos aspectos essenciais que especificam o trabalho profissional em cada um desses níveis de escolaridade.

Assim, a preferência pelo nível etário dos alunos, que no ensino primário e pré-escolar se exprime pelo gostar de crianças, baixa muito mais rapidamente à medida que se sobe no nível de ensino. Por exemplo, no ensino primário, onde a vocação/escolha inicial determinava 65,7% de opções pela profissão, agora são apenas 45,6% os professores que dizem ter optado por este nível de ensino porque gostavam de crianças. E são já mais de 18% os que optaram pelo magistério primário porque se tratava de acesso menos caro e/ou mais rápido a uma profissão ou a um nível de habilitações académicas superior ao secundário, pelo menos em termos profissionais e de *status*. E a este há ainda a juntar os 6,8% que referem a opção pelo magistério primário ou por escolas superiores de educação porque não conseguiram o acesso à universidade. Se é essa a razão porque são professores do ensino primário, não será essa também nalguns casos a razão porque são professores?

O mesmo se verifica entre os professores do preparatório e secundário, onde mais de 34% dos entrevistados refere, como razão principal da sua opção pelo nível de ensino em que se encontra, o facto de corresponder às suas qualificações. No entanto, essas qualificações são, de forma generalizada, as mesmas para um e outro desses níveis de ensino. Não estaremos também aqui perante uma segunda (e não a principal) razão porque optaram pela profissão?

De facto, no preparatório e secundário, e de modo ligeiramente diverso do que sucede no primário, o que leva à profissão é a posse de adequadas habilitações académicas, confrontadas com as possíveis saídas profissionais no fim, quando não mesmo durante a frequência do curso. Na verdade, a posse de qualificações adequadas deveria colocar-se de forma mais intensa para os professores do primário e pré-escolar, que frequentaram cursos de formação específica, adquirindo assim uma qualificação profissional. Mas são precisamente estes que menos referem essa razão de opção pelo nível de ensino.

A influência da idade e do sexo na *principal razão* porque o professor se encontra a exercer a sua actividade profissional no seu nível de ensino, fornece-nos elementos adicionais para a compreensão das determinantes sociais que presidiram à opção de ingresso na profissão.

Verifica-se assim, que, para os professores do ensino primário, mais de 20% dos mais jovens — até aos 25 anos — o fez por *não ter tido acesso à universidade*, enquanto que, para os mais velhos, o magistério primário foi, em percentagens crescentes com o aumento da idade, o acesso *menos caro e/ou mais rápido* a uma formação de nível «superior».

Paralelamente, são as *professoras* quem mais refere os educandos como razão de ser da sua opção profissional e fazem-no tanto mais quanto *mais*

baixo for o nível de ensino. A maior taxa de feminização do ensino primário — e isto para já não falar do pré-escolar ² — associa-se uma maior percentagem de *professoras* que, em todos os níveis de ensino, referem que, por *gostarem de crianças ou por preferirem o nível etário dos alunos* do grau de ensino em que leccionam, o escolheram como contexto (e não necessariamente como pretexto) de exercício da actividade profissional.

**Principal razão porque foi para o respectivo nível de ensino,
segundo o sexo e a idade (%)**

Quadro 20

Primário

Principal razão	Total	Sexo		Idade				
		Masculino	Feminino	Até 25 anos	26-33 anos	36-45 anos	46-55 anos	56 + anos
		15,1	84,9	5,6	19,5	18,4	23,6	16,2
Gostava de crianças	45,6	28,0	48,7	48,7	49,4	52,4	38,6	34,1
Acesso menos caro/Mais rápido	18,2	15,6	18,7	14,9	11,0	15,0	19,9	27,5
Conteúdos disciplinares	14,4	23,7	12,7	6,0	21,6	12,9	13,4	19,6
Não conseguiu acesso ao Ens. Superior	6,8	14,1	5,5	20,5	8,0	5,0	6,3	6,7
Outras respostas	10,1	10,4	10,1	4,3	5,5	12,1	16,3	8,1
N/S: N/R	4,9	8,2	4,3	13,6	4,5	2,6	5,5	4,0

Base: Activos e reformados do respectivo grau de ensino

Fonte: Inquérito aos professores

**Principal razão porque foi para o respectivo nível de ensino,
segundo o sexo e a idade (%)**

Quadro 21

Preparatório/Secundário

Principal razão	Total	Sexo		Idade				
		Masculino	Feminino	Até 25 anos	26-33 anos	36-45 anos	46-55 anos	56 + anos
		44,5	55,5	10,1	36,1	16,8	7,9	9,8
Prep. p/ nível etário dos alunos	35,2	26,7	42,1	30,0	37,4	37,3	40,0	26,4
Corresponde às suas qualificações	34,2	39,3	30,1	38,9	32,1	34,3	23,9	42,2
Conteúdos curriculares	5,1	4,4	5,6	4,1	4,3	6,3	3,9	7,4
Outras respostas	17,9	20,6	15,8	17,5	16,9	19,5	22,0	15,7
N/S: N/R	7,6	9,0	6,4	9,5	9,3	2,6	10,2	8,3

Base: Activos e reformados do respectivo grau de ensino

Fonte: Inquérito aos professores

23. Vocação e sentido de missão e de dedicação aos outros são ideias geralmente associadas. Por isso não pode deixar de atribuir-se significado às bem mais baixas percentagens de professores que escolheram o seu nível de ensino, qualquer que ele seja, *em função dos seus educandos*. E estes apenas

² O pré-escolar apresenta como é natural as maiores percentagens de referência a vocação/escolha inicial da profissão e, ao mesmo tempo, ao gostar de crianças como razão principal para a escolha desse nível de ensino como contexto (e pretexto?) de exercício da profissão. Ao mesmo tempo, dado o maior peso do ensino primário e da educação pré-escolar no sector privado e cooperativo, verificam-se também aqui desvios neste campo e no mesmo sentido, relativamente aos professores do sector público.

estão presentes na *razão principal* de escolha da profissão sob duas formas: *gostar de crianças* ou *preferir um determinado nível etário*.

Por outro lado, é talvez a associação entre vocação e espírito de missão e dedicação aos outros, que nos permite compreender que os professores *católicos* referem mais frequentemente do que os *ateus*, *que escolheram ser professores por vocação ou escolha inicial*. Do mesmo modo verificamos que a referência a vocação aumenta de forma sistemática à medida que aumenta a importância que dizem atribuir a *Deus* na sua vida, diminuindo a percentagem de referências à *ausência de outras alternativas profissionais* como razão principal de escolha da profissão.

Principal razão para a escolha da profissão docente, segundo a posição religiosa e a importância atribuída a Deus (%)

Quadro 22

Principal razão	Total	Posição religiosa						Importância de Deus				
		Catól. prat.	Catól. N/prat.	Outra relig.	Indif. Agnos.	Ateu	N/R	1-3	4-5	6-7	8-10	N/R
Total	100,0	44,8	37,1	1,9	10,5	4,7	1,0	15,8	16,2	11,4	53,4	3,2
Vocação/Escolha inicial	63,0	66,5	62,2	75,6	54,9	50,1	59,8	53,4	65,4	55,5	67,0	59,3
Ausência outras altern. profis.	15,4	12,2	16,3	8,5	24,4	22,8	5,8	23,9	14,5	24,3	11,0	18,7
Relacion. humano	4,7	3,7	4,3	7,3	7,8	8,9	12,7	6,4	4,4	6,1	3,5	13,5
Influência família	3,3	3,9	3,0	5,6	2,7	—	—	1,8	4,1	1,9	3,9	—
Melhor oportun. profissional	2,9	2,2	2,9	—	4,1	5,2	10,8	4,4	3,3	4,1	2,1	1,9
Segunda escolha	2,7	3,9	2,1	—	1,6	—	—	2,5	0,6	0,9	3,9	—
Outras razões	6,1	6,4	6,7	3,0	3,5	7,3	—	5,2	5,2	6,1	7,1	—
N/S; N/R	1,9	1,2	2,5	—	1,0	5,7	10,9	2,4	2,5	1,1	1,5	6,6

	Escala esquerda-direita					Escala de prestígio				
	1-3	4-5	6-7	8-10	N/R	1-3	4-5	6-7	8-10	N/R
Total	15,7	48,6	17,6	10,8	7,3	7,0	31,0	33,0	23,9	5,1
Vocação/Escolha inicial	57,1	62,0	64,9	68,4	70,2	57,2	58,6	65,8	68,5	54,3
Ausência outras altern. profis.	14,3	17,3	15,0	12,3	9,4	23,3	16,4	14,1	11,3	25,4
Relacion. humano	5,6	5,3	3,9	1,6	6,0	7,1	6,4	3,8	3,3	4,1
Influência família	4,4	2,5	4,8	3,4	2,3	—	2,3	4,0	4,7	2,1
Melhor oportun. profissional	5,6	2,4	2,5	3,2	0,8	1,3	3,6	3,3	1,6	3,3
Segunda escolha	2,6	2,3	2,2	4,8	3,2	—	2,7	2,0	4,9	—
Outras razões	9,0	6,6	5,4	4,4	1,4	5,1	9,1	5,5	3,6	6,7
N/S; N/R	1,4	1,6	1,3	1,9	6,7	6,0	0,9	1,5	2,1	4,1

Fonte: Inquérito aos professores

Paralelamente, são os professores que se posicionam nos escalões mais altos da *escala de prestígio social* e os que se posicionam mais à *direita em termos políticos* aqueles que mais referem a vocação ou escolha inicial como

razão principal porque são professores. Em contrapartida, quanto mais à esquerda em termos políticos e quanto mais baixo o seu auto-posicionamento na escala de prestígio, mais referem que estão no ensino fundamentalmente por *ausência de outras alternativas profissionais*. Note-se, porém que a *vocação* ou *escolha inicial* se mantém sempre em primeiro lugar, e com percentagens sempre superiores a 50%, para todos estes grupos de professores, e que permanece na «sombra» o grau de associação entre as posições política, religiosa e de prestígio, pelo que se ignora até que ponto estamos (ou não) em presença de uma multiplicidade de efeitos específicos e distintos.

Em resumo, não queremos negar a existência de muitos professores apaixonados pela sua profissão. Nem mesmo que, qualquer que seja o nível de ensino, a maioria dos professores o escolheu ser por *vocação*. Apenas nos quisemos interrogar sobre as especificidades da profissão docente e os seus efeitos na atribuição de sentido que os professores se fazem das suas próprias opções vocacionais e que os leva a assumir a profissão como *ministério*. E, ao mesmo tempo, identificar os processos sociais que melhor contribuem para o reforço ou a desmistificação desta concepção da profissão docente.

FORMAÇÃO ACADÉMICA E ESCOLHA DA PROFISSÃO

24. A formação inicial dos professores — pelos cursos que se «escolheram» ou que foi possível, de facto, frequentar — foi o primeiro grande mecanismo que os conduziu à presente condição profissional³.

Por um lado, não poderia ser de outro modo já que alguns dos cursos que frequentaram eram explicitamente cursos de formação profissional. É esse o caso, nomeadamente, dos magistérios primário e infantil, das ESEs e dos ramos educacionais e das licenciaturas em ensino.

Por outro lado, a frequência de certos cursos propiciou-lhes, durante esta ou após a sua conclusão, um capital escolar que se tornava necessário rentabilizar no mercado de trabalho. Em muitos casos, pelas áreas de estudos que frequentavam e/ou pela conjuntura social e educacional que se vivia, a perspectiva de ser professor tornou-se uma realidade. «*Em que momento da sua vida decidiram ser professores?*» e «*Quando deram aulas pela primeira vez ...?*» eram duas questões que visavam fazer mais alguma luz neste campo, e em particular sobre o universo dos professores dos ensinos preparatório e secundário.

Os cursos de formação inicial encontram quase sempre a sua razão de ser, a sua legitimidade social, não pelas razões de entradas mas antes pelas saídas profissionais que proporcionam ou que (de)limitam.

Apesar de se reconhecer que os diferentes cursos apresentam diferentes oportunidades relativas de (não) ingresso na profissão docente não encontramos diferenças significativas na *principal razão* de escolha da profissão por parte dos professores dos ensinos preparatório e secundário que frequentaram diferentes áreas de estudo na sua formação inicial. De facto, em todas as áreas

³ As influências familiares e da condição sexual na escolha do curso por parte das professoras primárias de ontem, ou as estratégias individuais e familiares dos jovens de hoje para maximizar as suas oportunidades de acesso ao ensino superior e saltar sobre o *numerus clausus* são alguns dos exemplos dos limites de uma escolha e da racionalidade do possível.

encontramos altas percentagens de professores para quem, dizem, se tratou de uma *vocação/escolha inicial*. E o único grupo com valores ligeiramente mais baixos é o das belas artes, onde sobe a ausência de outras alternativas profissionais.

Principal razão de escolha da profissão pelos professores dos ensinos preparatório e secundário segundo a área de estudos da sua formação inicial (%)

Quadro 23

Principal razão	Total	Área de estudos da formação inicial							
		Ciênc. Exact.	Letras	Ciênc. Sociol.	Ciênc. Human.	Belas-Artes	Outros Univ.	Super. N/Univ.	Não Superior
Total	100,0	15,4	21,8	11,8	12,1	2,1	3,8	20,8	9,9
Vocação/Escolha inicial	59,3	58,5	62,6	64,4	54,9	50,1	62,5	57,4	59,7
Ausência de outras alternativas profissionais	19,6	22,3	17,4	18,9	13,8	26,5	17,2	22,7	19,6
Relacionamento humano	7,6	7,0	9,1	2,3	11,9	10,0	12,0	7,3	5,6
Influência da família	2,2	1,3	3,9	1,5	0,8	8,5	3,3	2,3	1,3
Melhor oportunidade profissional	3,2	2,4	1,7	3,3	5,2	—	2,7	3,8	3,3
Segunda escolha	0,9	1,1	—	0,8	0,8	—	0,0	1,2	2,7
Outras razões	4,7	7,4	2,8	4,6	8,9	4,9	2,3	2,3	7,8
N/S; N/R	2,5	—	2,5	4,2	3,7	—	—	3,0	—

Base: Activos e reformados dos ensinos preparatório e secundário, incluindo o unificado

Fonte: Inquérito aos professores

Principal razão de escolha da profissão segundo o grau de habilitação (%)

Quadro 24

Principal razão	Total	Grau de habilitação (1)						
		Secundário	Curso Magist.	Superior Incompl.	Médio Polit.	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado
Total	100,0	4,9	37,5	4,3	2,5	11,2	38,7	0,6
Vocação/Escolha inicial	63,0	55,0	67,8	57,1	67,9	64,5	60,1	41,6
Ausência de outras alternativas profissionais	15,4	26,4	8,5	23,5	15,7	17,1	18,4	51,2
Relacionamento humano	4,7	6,1	0,4	7,4	3,0	6,7	8,1	—
Influência da família	3,3	2,0	5,3	—	—	1,9	2,5	—
Melhor oportunidade profissional	2,9	0,4	2,8	5,2	1,2	3,4	2,9	—
Segunda escolha	2,7	1,1	6,0	0,7	—	1,1	0,5	—
Outras razões	6,1	8,5	8,1	3,6	7,3	3,0	5,2	7,2
N/S; N/R	1,9	0,5	1,1	2,5	4,9	2,3	2,3	—

(1) Excluiu-se a coluna de «Não respostas» com 0,3% dos entrevistados

Base: Activos e reformados

Fonte: Inquérito aos professores

Apenas os professores sem habilitação de grau superior — com o curso secundário, ou um curso superior incompleto — e essencialmente os que possuem já o mestrado, manifestam estar no ensino relativamente menos por *vocação/escolha inicial* e mais por *ausência de outras alternativas profissionais*.

A associação profissão docente — formação de nível adequado, de preferência superior, aparece assim claramente interiorizada e instrumentalizada pela maioria dos professores e é pedra fundamental dos seus discursos sobre os modos de ingresso na profissão. A inversão da relação profissão — formação torna-se portanto, visível: é-se professor porque se tem uma formação adequada. E se esta for desadequada, como mais notoriamente acontece com quem possui o mestrado — mesmo que o tenha obtido após o ingresso na profissão — a vocação «diminuiu» e outras situações profissionais possíveis ganham mais forte sentido alternativo. Trata-se, como é óbvio, de uma desadequação relativa que traduz uma situação de sobrequalificação para o contexto (e não necessariamente a função). Por outro lado, os mestrados em educação perspectivam ainda uma ligação à profissão que noutros casos, em mestrados de áreas «científicas», se torna difícil manter, acabando estes por se tornarem, por vezes, disfuncionais.

OCASIÃO HISTÓRICA DE INGRESSO NA PROFISSÃO

25. Apenas 43% dos professores dos ensinos preparatório e secundário dizem ter decidido ser professor *antes* de iniciar o curso e mais de 45% deram aulas pela *primeira vez* quando ainda estavam a estudar.

Momentos de opção pela profissão e de início de actividade profissional segundo a situação activa, o sexo, a idade e o sector de ensino (%)

Quadro 25

Momento de: Opção pela profissão Início da profissão		Total	Situação activa		Sexo	
			Activos	Refor- mados	Mascu- lino	Femi- nino
			90,3	9,7	44,5	55,5
DECIDIU SER PROFESSOR	Antes de iniciar o curso	43,4	43,6	41,7	34,1	50,9
	Durante a frequência do curso	29,5	30,2	22,7	32,9	26,8
	Após a conclusão do curso	27,1	26,2	35,6	33,0	22,3
DEU AULAS PELA 1.ª VEZ	Ainda estava a estudar	45,6	48,5	18,3	51,3	41,0
	Já tinha concluído o curso	54,4	51,5	81,7	48,7	59,0

Momento de: Opção pela profissão Início da profissão		Idade					Sector	
		Até 25 anos	26-35 anos	36-45 anos	46-55 anos	56 + anos	Oficial	Priv/ Coop.
		10,1	36,1	16,8	7,9	9,8	87,6	2,7
DECIDIU SER PROFESSOR	Antes de iniciar o curso	52,9	35,9	47,4	58,9	36,8	43,5	45,0
	Durante a frequência do curso	37,3	33,6	26,1	9,5	24,8	30,1	33,9
	Após a conclusão do curso	9,8	30,5	26,5	31,6	38,4	26,4	21,1
DEU AULAS PELA 1.ª VEZ	Ainda estava a estudar	55,8	48,2	45,5	36,2	16,8	48,6	46,8
	Já tinha concluído o curso	44,2	51,8	54,5	63,8	83,2	51,4	53,2

Base: Professores dos ensinos preparatório e secundário (incluindo unificado)
Fonte: Inquérito aos professores

Estamos, portanto, perante valores percentuais que apontam para a importância de uma *inserção profissional precoce* — cujos efeitos na (re)construção de uma vocação profissional não podem ter deixado de se fazer sentir. Note-se ainda que se trata de uma situação constante no tempo, já que apenas nos professores com mais de 55 anos o ingresso precoce na profissão apresenta valores percentuais relativamente baixos (16,8%). E, por outro lado, estamos perante uma situação que se tem progressivamente acentuado, atingindo valores próximos ou mesmo superiores a 50% nos grupos etários mais jovens.

Uma percentagem relativamente maior de indivíduos do sexo feminino é outra das características desta inserção precoce. «Descobrimo» mais cedo a sua *vocação* para o ensino mais de 50% decidiram ser *professoras* antes de iniciar o curso — são *elas* também quem mais cedo nele se integra, de acordo, provavelmente, com as perspectivas profissionais que mais se abrem aos cursos que mais frequentam e à sua condição sexual.

Uma situação de tipo idêntico, é expressa pelos professores mais novos — o grupo etário com menos de 26 anos — para quem mais cedo (isto é, antes de iniciar o curso) e mais precocemente, (isto é, quando ainda estavam a estudar) se perspectivou e concretizou de forma mais visível o seu ingresso na profissão.

Estes dados parecem prenunciar a importância do ingresso precoce na profissão como instrumento de emancipação familiar e obtenção de recursos financeiros mais do que cursos de formação inicial. Embora quase não tenham sido referidas como *principal razão de escolha* da profissão poderão ter sido de facto razões importantes para o seu *ingresso* nesta em determinado momento. A assunção da escolha profissional (como escolha definitiva e claramente assumida) poderá em muitos casos ter surgido depois.

Para uns, a natureza da área de estudos da formação académica, levou-os a *descobrirem-se professores* porque não havia outra saída que fosse tão claramente visível. Para outros (e por vezes simultaneamente para os primeiros) *descobriram-se professores* de facto, experimentaram e ficaram, porque até nem lhes agradava. O que foi circunstancial e acidental *transformou-se* em *vocação*, e foi, de certo modo, mas apenas de certo modo, *primeira escolha*.

Tudo se tornou possível graças a uma conjuntura *duradoura* de expansão do sistema educativo, onde a uma generalizada procura social da educação se associou uma política de alargamento da escolaridade obrigatória que lhe procurava dar resposta e explicitamente a fomentava. A explosão escolar a que se tem assistido desde finais da década de 60 tornou possível e frequente o acesso ao exercício da docência por parte de jovens sem *habilitação própria*, nomeadamente estudantes ou outros indivíduos possuindo (ou não) frequência universitária. A inserção precoce na profissão teve como um dos seus corolários a *subqualificação relativa* dos seus agentes.

Nesta conjuntura simultaneamente marcada por uma explosão escolar e por uma ausência de instituições de ensino vocacionadas para a formação de professores, o acesso à profissão docente tornou-se uma perspectiva real e socialmente valorizada para muitos jovens. Com ou sem *habilitação própria* para a docência, com ou sem *frequência universitária*, um emprego na educação era uma hipótese francamente possível e que conferia *status*. Depois, a partir de meados de 70, com o início de uma conjuntura de crise de emprego, mas permanecendo abertas as portas no ensino, foram muitos os jovens diplomados (ou não), nomeadamente nas áreas tecnológicas e económicas, que

encontraram no ensino a alternativa para uma (re)definição da sua vocação profissional.

Estes factos tiveram uma repercussão negativa ao nível de *status* profissional dos professores, ao pôem em causa as representações tradicionais do professor, e ao alterarem o perfil social dessas representações em três aspectos principais:

- uma competência científica comprovada e sancionada por um diploma;
- uma imagem de autoridade, associada à competência pedagógica, capaz de garantir o controlo da instituição escolar sobre a juventude;
- um espírito de missão, uma vocação profissional, que fazia que o professor vivesse mais *para* o ensino do que *do* ensino.

Foram estes pilares da representação tradicional do professor que, com os novos ingressos na profissão, foram abalados. E foram-no num momento em que novos grupos sociais, e eventualmente aqueles para quem este modelo era mais consistente, entram a frequentar o pós-primário com a expansão da escolarização.

Os aspectos dos novos professores dos ensinos preparatório e secundário que mais abalavam os pilares dessa representação tradicional do docente traduziram-se de facto:

- a) numa maior *juvenilização* do corpo docente e dos seus comportamentos, por efeito quer da precocidade do ingresso dos novos agentes educativos quer do número de novos ingressos;
- b) numa baixa relativa, embora temporária, dos níveis de *qualificação* académica dos professores já que grande número dos novos docentes se encontravam também inseridos num processo de formação — eram simultaneamente alunos ⁴;
- c) na *dupla condição de professores e alunos* de muitos deles que, *eventualmente*, permitiu em termos psicológicos o seu descentramento em situação de alunos mas não teve iguais efeitos em situação de professores, podendo, por isso, reduzir-lhes a capacidade de gerir o seu próprio papel quando professores;
- d) no ingresso da profissão por parte de alguns que sempre, ou pelo menos durante algum tempo, a assumiram como *transitória*, tanto mais que o ingresso na profissão não garantia desde logo, nem se traduzia a curto prazo, num ingresso na carreira. Eram, mesmo com habilitação própria, os professores *provisórios ou eventuais* ⁵;
- e) numa grande *mobilidade geográfica* dos professores, dada a sua condição de provisórios com o vínculo precário e as necessidades decorrentes de expansão e reorganização da rede escolar;

⁴ Embora sem possibilidade de o confirmar a partir dos elementos de que dispomos, este processo de subqualificação dos agentes educativos poderá ter contribuído para, a prazo, fazer subir os níveis de qualificação académica e profissional dos professores. Estamos a pensar concretamente nos seus efeitos sobre os níveis de habilitação própria de grau não superior, dominantes nalguns grupos de docência — nomeadamente nas áreas tecnológicas, secretariado, contabilidade, etc. — onde se começaram a inserir (futuros) diplomados com curso superior.

⁵ Tratados como provisórios ou assumindo-se como tal, muitos desenvolveram legítimas estratégias de retardamento do seu ingresso na carreira, adiando a entrada no estágio ou na profissionalização em serviço. A limitada capacidade do sistema na profissionalização dos provisórios contribui, assim, para o reforço dos diversos factores com efeitos negativos no *status* profissional dos professores.

- f) em situações diferenciais dos *sub-mercados de trabalho* (docente e não-docente) para indivíduos com o mesmo nível de habilitações que, indirectamente, favoreceu a desvalorização daquele a que era mais fácil o acesso.

O *ensino primário*, por seu lado, permaneceu muito à margem deste processo. Não era aí que expansão do sistema educativo se fazia sentir e, simultaneamente, o controlo sobre os modos de ingresso na profissão estava garantido através da existência de escolas próprias para a formação destes docentes.

Relativamente a este grau de ensino, tal como em relação ao pré-escolar, o essencial das mudanças passou por:

- transformações nos objectivos, nos planos curriculares e nas instituições incumbidas da sua formação com a criação das ESEs e CIFOPs;
- pelo desenvolvimento da rede de educação pré-escolar, mas onde o sector privado e cooperativo é dominante e se consolidou e reforçou com a aprovação da Lei das Finanças Locais;
- e pelas regras e estratégias de ingresso no ensino superior, nível a que, após o 25 de Abril, se passou a situar a formação destes docentes.

A DOCÊNCIA COMO PROFISSÃO POSTERIOR

26. Mais de 18% dos professores actualmente no activo tiveram outra actividade profissional antes do seu ingresso no ensino. Mais homens do que mulheres, essencialmente jovens no grupo etário dos 26-35 anos, situam-se na sua esmagadora maioria nos ensinos preparatório e secundário e no sector público. Distribuem-se sobretudo por escolas de média e grande dimensão, pelo turno nocturno e pela região de Lisboa e vale do Tejo.

Professores no activo que tiveram outra profissão ou actividade profissional antes do ingresso na profissão docente (%)

Quadro 26

	Total	Sexo		Idade					
		Masc.	Fem.	Até 25 anos	26-35 anos	36-45 anos	46-55 anos	56 +	N/R
Total (%)	100,0	30,4	69,6	10,1	34,2	19,2	13,8	3,8	19,0
Tiveram prof. anterior % horizontal	18,5 100,0	31,6 52,0	12,7 48,0	13,0 7,1	19,2 35,7	16,1 16,8	17,3 12,9	8,5 1,7	25,1 25,8

	Grau de ensino					Sector		Região				
	Pré-Esc.	Prim.	Prep.	Unif.	Secund.	Ofic.	Priv. Coop.	Norte	Centro	Lisboa Tejo	Alent. Algar.	Açores Mad.
Total (%)	6,0	33,4	23,9	2,9	33,8	90,5	9,5	35,5	18,1	34,2	7,7	4,4
Tiveram prof. anterior % horizontal	11,2 3,6	9,7 17,5	23,4 30,2	29,9 4,7	24,0 43,9	19,3 94,4	10,8 5,6	13,3 25,6	14,9 14,6	23,4 43,3	28,6 12,0	18,8 4,5

Quadro 26 (continuação)

	Dimensão da escola				Turno		
	Pequena	Média	Grande	N/R	Diurno	Vespertino	Nocturno
Total (%)	38,7	44,3	14,8	2,3	97,9	18,6	40,0
Tiveram prof. anterior	12,0	21,1	26,8	22,6	18,5	21,6	24,0
% horizontal	25,2	25,2	21,4	2,8	98,4	21,7	52,1

Nota: Estão aqui incluídos 1,5% de professores que anteriormente estavam noutra sector ou nível de ensino

Base: Activos

Fonte: Inquérito aos professores

A actividade profissional anterior aponta preferencialmente para o sector do comércio e serviços (61%), em funções de enquadramento de trabalhadores do comércio (38%) ou como empregados de profissionais liberais (12%). Essencialmente assalariados como seria de esperar, surgem também, no entanto, (ex-)trabalhadores por conta própria e (ex-)patrões da agricultura, dos serviços e da indústria, embora em percentagens relativamente baixas.

Profissão ou actividade profissional anterior ao ingresso na docência

Quadro 27

		%	Taxa Fem. (%)	Taxa Juv.
Empregados do comércio e serviços	61.1			
Pessoal de enquadramento trab. comércio		38.6	59.4	51.0
Empregados de profissões liberais		12.7	35.3	74.9
Outro pessoal do comércio		9.8		
Pessoal operário	9.5		13.3	45.0
Qualificados e semi-qualificados		7.6		
Não qualificados		1.0		
Encarregados e capatazes		0.9		
Patrões e trabalhadores por conta própria	6.7			
Patrões de profissões liberais		3.4	37.6	46.8
Agricultores conta própria		2.0		
Patrões da indústria		0.7	100.0	0.0
Outros trabalhadores conta própria		0.6		
Professores de outro nível ou sector	1.5			
Professores secundários		0.6		
Professores primários		0.9		
Outros activos	18.7			
Directores		4.8	69.4	93.0
Pessoal das Forças Armadas		2.6		
Outros activos		11.3		
N/S: N/R		2.5		

Base: Professores que tiveram profissão em actividade profissional anterior

Fonte: Inquérito aos professores

1218 Poderemos estar aqui perante uma multiplicidade de situações que recobrem:

- a aquisição de habilitações académicas concretizada a partir de uma situação de emprego, isto é, como trabalhador-estudante, tal como o fizeram alguns dos professores que ingressaram precocemente na profissão;
- a construção de situações de acumulação, em particular por parte de quem desenvolvia e pode continuar a desenvolver um trabalho por conta própria;
- a modificação da sua situação profissional, dedicando-se agora em dedicação exclusiva ao ensino porque:
 - a) procuravam maior margem de autonomia e controlo sobre o seu processo de trabalho, rejeitando, por isso, as hierarquias e quadros de trabalho empresarial;
 - b) se encontraram subitamente em situação de desemprego ou de precaridade/instabilidade de emprego.

Os professores no activo que tiveram anteriormente uma outra profissão ou actividade profissional, não são, portanto, tão raros quanto isso. A percentagem total de 18,5% significa quase um terço dos professores do sexo masculino e cerca de um quarto dos que leccionam nos ensinos preparatório e secundário. Por outro lado, a relativa juvenildade dos que ingressaram na profissão após uma outra experiência profissional, mostra-nos até que ponto a inserção precoce no mercado de trabalho por parte de alguns destes jovens dos anos 70, se associou a trajectórias escolares prolongadas o que parece indiciar uma origem social nas classes médias e, ao mesmo tempo, uma estratégia juvenil de emancipação social e familiar que é simultaneamente uma estratégia de ascensão social. Outros ainda poderão ser as «vítimas» mais frequentes do desemprego e do emprego instável, a prazo: os mais jovens e o sexo feminino.

GRANDE MOBILIDADE GEOGRÁFICA DOS PROFESSORES

27. Nos últimos 15 anos, a condição docente tem sido caracterizada por uma grande mobilidade geográfica dos professores. Para ela contribuíram essencialmente a explosão escolar e a necessidade de reorganização da rede de estabelecimentos de ensino, a par das condições de ingresso na profissão — desde as habilitações dos professores aos mecanismos do concurso documental — e de acesso à profissionalização e à efectivação.

Essa mobilidade geográfica e de local de trabalho é bastante significativa para todos os níveis de ensino à excepção do pré-escolar, pois nos últimos 10 anos mais de 20% dos docentes mudaram de escola 5 ou mais vezes, percentagem que ronda os 40 a 50% para 3 ou 4 mudanças de escola dos professores actualmente em serviço nos ensinos preparatório e secundário ⁶.

Os grupos etários mais «atingidos» por essa mobilidade geográfica e de local de trabalho são os de 26-35 anos e 36-45 anos, isto é, os que ingressaram na profissão devido à explosão escolar recente e que constituem a maioria dos

⁶ Mobilidade geográfica e mudança de escola são realidades diferentes, embora sobreponíveis. Para melhor poder avaliar a mobilidade geográfica e de escola é fundamental atender à categoria profissional e ao tempo de serviço. Por esta razão, estes dados poderão estar subavaliados.

professores. Para os professores com mais de 45 anos a situação é radicalmente diferente, apresentando uma taxa de mobilidade bastante baixa — poucas mudanças de escola para, em princípio, muitos anos de serviço docente.

Número de vezes que mudaram de escolas nos últimos 10 anos (desde 1979)
Quadro 28

	Total	Idade					Sector		Nível de ensino				
		Até 25 anos	26-35 anos	36-45 anos	46-55 anos	56 ou mais	Oficial	Priv. Coop.	Pré-Escol.	Primár.	Prepar.	Unific.	Secund.
Nenhuma	30,6	56,9	15,9	27,8	43,8	63,6	26,9	65,8	55,6	33,6	25,9	37,9	26,3
1 a 2 vezes	26,3	29,8	23,2	25,2	32,3	23,8	27,0	19,7	23,5	27,1	24,5	19,7	27,8
3 a 4 vezes	21,6	6,8	28,9	24,2	17,1	6,1	22,5	12,2	13,3	15,1	24,6	19,9	27,4
5 ou mais	21,3	6,5	31,7	22,6	6,8	6,4	23,3	2,3	6,6	24,1	24,6	22,5	18,3
N/R	0,2	—	0,3	0,3	—	—	0,3	—	1,0	—	0,5	—	0,1

Base: Professores no activo

O grupo etário 26-35 anos é o que mais tem sido objecto dessa mobilidade — mais de 60% dos seus elementos conheceram já, nos últimos 10 anos, pelo menos 4 escolas diferentes. Como muitos deles não têm sequer 10 anos de serviço docente, o ritmo de mobilidade deverá situar-se entre 1 e 2 escolas em cada dois anos.

A mobilidade de local de trabalho é pouco expressiva nos professores do sector privado ou cooperativo, onde cerca de 66% dos docentes nunca mudou de escola.

Apesar de mudar de escola não ser, necessariamente, o mesmo que mudar de localidade ou de região, o desejo actual parece ser a da estabilização.

É em princípio o que se pode concluir de 75% dos docentes no activo dizerem que gostariam de continuar na escola onde actualmente se encontram a leccionar.

Mas este desejo generalizado de estabilização apresenta menor expressão percentual em grupos sociais de maior juvenildade etária e profissional e de maior precaridade na carreira. São os professores com menos de 25 anos, os efectivos provisórios e os provisórios sem vínculo ao M.E.⁷ e ainda os docentes com menos de 5 anos de serviço, aqueles que mais pretendem mudar de escola no próximo ano lectivo. A par destes encontramos ainda os docentes com formação em Belas-Artes onde mais de 50% pretende mudar de escola.

É também em função das situações familiares e habitacionais que novos elementos nos permitem compreender melhor este desejo dos professores de continuar na mesma ou de mudar de escola. Não é, de estranhar que sejam os professores com residência transitória ou precária (quarto, pensão ou outras situações), não casados e sem filhos, e os que mais longe vivem do local de trabalho, aqueles que menos pretendem continuar na mesma escola. São estes, em princípio, os mais novos em idade e na profissão.

⁷ Os docentes nesta situação que gostariam de continuar na mesma escola são, como é óbvio, docentes que gostariam de se manter na profissão bem como na escola onde prestam serviço, a qual não lhes é de todo desfavorável dada a fase do concurso de colocações em que obtiveram o respectivo lugar (vagas sobranes).

Estes dados parecem denotar, a par de uma tendência para a estabilização do professorado nos respectivos locais de trabalho — a qual se vai processando em função da idade, do tempo de serviço e do ingresso na carreira, com a profissionalização — dois outros factos:

- a) a persistência do processo de mobilidade induzido pelo atraso estrutural na profissionalização e consequente ingresso na carreira docente;
- b) uma nova tendência para a mobilidade, ao nível de uma mudança de escola, permitida pela contínua expansão da rede escolar mesmo nos grandes centros urbanos, que poderá significar uma contínua procura por parte de muitos docentes de novas condições de trabalho e de novos contextos de sociabilidade (e de trabalho docente).

A razão fundamental do seu *desejo* quer de mudar quer de permanecer é manter e conseguir uma distância casa-escola *razoável*, com mais de 40% de referências num e noutro caso. E, em segundo lugar, é o ambiente de trabalho que mais mobiliza os professores para manter (32,5%) ou mudar de escola (12,7%). É provável, por outro lado, que as razões económicas — apontadas por 9,3% dos professores que pretendem mudar de escola — se relacionem com os custos de transportes e alimentação, isto é, portanto, com a distância ao local de trabalho. São, contudo, excepção a esta regra geral:

- a) os professores do sector privado ou cooperativo que pretendem mudar de escola, onde 42,5% apontam como principal razão as de natureza económica, enquanto no sector público essa percentagem é de apenas 5,9%.
- b) os professores do ensino primário e educação pré-escolar (níveis de ensino onde o sector privado e cooperativo têm alguma expressão) que seguem idêntico posicionamento embora com percentagens bastante mais baixas. Serão, no essencial os mesmos docentes?

ESTRATÉGIAS DE INGRESSO NA PROFISSIONALIZAÇÃO E NA CARREIRA

28. A mobilidade geográfica dos professores dos ensinos preparatório e secundário está, *em parte*, associada ao seu ingresso no estágio ou na profissionalização em serviço. Embora atingindo todos os professores, provisórios ou efectivos, foi em torno deste ingresso na formação pedagógica que, em parte, se abriu, há poucos anos, um espaço de decisão para cada professor.

Os que em dado momento detinham já os requisitos necessários⁸ podiam em cada ano lectivo candidatarem-se ao ingresso na profissionalização. Tem por isso interesse avaliar a percentagem de professores dos ensinos preparatório e secundário que desenvolveram estratégias de antecipação ou de retardamento do seu ingresso na profissionalização, bem como as razões porque as promoveram. Em princípio, procurar antecipar esse ingresso significa que esses professores se predispõem a concorrer para longe da sua residência habitual. Em contrapartida, procurar retardar esse ingresso significa a opção

⁸ Esses requisitos eram fundamentalmente uma habilitação própria para a docência e um determinado tempo de serviço docente que pontuava, a par da nota académica, na graduação do candidato.

temporária pela manutenção da situação profissional de professor provisório e por um salário mais baixo, garantindo porém uma colocação em escola mais próxima da residência habitual.

Quase 16% dos professores dos ensinos preparatório e secundário declararam ter procurado antecipar ou retardar o ingresso no estágio ou na formação em serviço ⁹. Esta atitude foi mais frequente no sexo feminino (18,2%) e nos professores que *hoje* têm maior rendimento médio familiar (35,5%) e mais de 36 anos de idade, do que nos de mais baixo rendimento e nos mais jovens. Isto é, parece ter sido uma atitude com expressão percentual mais significativa há alguns anos atrás — em finais da década de 70 e princípios da década de 80 — e que, dados os papéis familiares da mulher, seria mais frequente no sexo feminino.

As razões que os professores apresentam para a adopção dessas atitudes estratégicas correspondem às que prevíamos na nossa hipótese. Assim, os que procuram retardar o seu ingresso na formação pedagógica fizeram-no essencialmente para não se afastarem da sua residência habitual (69,9%). Estão nesta situação todos os professores do sector privado ou cooperativo — onde não foram adoptadas estratégias de antecipação ¹⁰ — e essencialmente os docentes com idades entre os 26 e 45 anos, e a totalidade dos que hoje tem mais de 55 anos de idade ¹¹. Em contrapartida, os que procuraram antecipar o momento da sua formação pedagógica fizeram-no em mais de 95% para garantir a segurança profissional, o que poderá significar não a segurança de emprego — que nunca esteve em causa — mas antes uma mais rápida progressão da carreira e mais rápida fixação definitiva em escola da zona de residência habitual.

A INTERRUPTÃO DA ACTIVIDADE DOCENTE

29. Apenas 19,1% dos docentes actualmente no activo interromperam temporariamente a actividade docente. Menos frequente nos professores do sexo feminino (17,7%) — embora estes sejam maioritários no sistema de ensino —, e no pré-escolar (11%), a probabilidade de alguma vez ter interrompido a sua actividade aumenta, como é natural, com a idade. É portanto máxima nos mais velhos, com 56 e mais anos de idade (34,1%), e mínima nos mais jovens, com menos de 25 anos (6,8%).

O tempo de interrupção é geralmente de 1 a 2 anos (58,3%) e só 14,4% dos docentes que interromperam a sua actividade o fizeram por 5 ou mais anos.

⁹ Estes valores, como aliás todos os que se apresentam neste ponto, estão subavaliados. São percentagens calculadas relativamente ao total de professores no activo e não relativamente apenas aos que hoje detêm (ou em cada momento detinham) as habilitações académicas necessárias ao ingresso na profissionalização.

¹⁰ Os programas do sector privado podem hoje nalguns casos realizar a sua profissionalização no próprio estabelecimento de ensino em que leccionam.

¹¹ Estes, ou fizeram a sua profissionalização já relativamente tarde (pós 25 de Abril) ou, se o fizeram antes, não era remunerada até 1969.

As razões mais frequentes são a «não obtenção da colocação desejada» (15,6%), o que implicava para estes docentes o abandono do lugar ¹², a requisição ou destacamento para outros serviços não docentes (13,2%) — serviços centrais do M.E. ou outros de âmbito regional ou de outros ministérios — e a necessidade de conclusão da licenciatura (11,5%). É ainda de referir pelo seu significado, embora tenha uma expressão percentual muito reduzida nas razões de interrupção, «querer descansar» (3,4%) e «tentar abandonar a profissão» (sem o ter, portanto, conseguido) (2%).

Refira-se ainda que a interrupção por não ter obtido a colocação desejada atinge mais os professores do sexo feminino (19,4%) do que os do sexo masculino (8,8%), situação que se inverte quando a razão é a requisição ou destacamento. Em princípio, estamos aqui perante uma dupla descriminação da mulher no ensino (e na sociedade). Ter obtido colocação longe da sua residência habitual significa para a mulher, mais do que para o homem, a propensão ao abandono do lugar e a interdição temporária de exercício da actividade profissional, isto é, um atraso na carreira e o reforço da sua dependência financeira no seio da família, conjugal ou de origem. O acesso à situação de requisitado ou destacado é, em contrapartida, maior para os professores do sexo masculino, embora estes sejam percentualmente minoritários no sistema de ensino ¹³.

Por último, é de notar que a interrupção da actividade profissional para conclusão da licenciatura é razão percentualmente mais significativa entre os professores mais jovens, com menos de 35 anos. Este terá sido um dos efeitos do ingresso precoce e sub-qualificado na profissão, que tanto caracterizou docentes destes escalões etários. Na sua maioria, porém, a conclusão da licenciatura terá ocorrido em situação de trabalhador-estudante.

CONTINUAR OU MUDAR DE NÍVEL DE ENSINO

30. As razões porque se é professor de um determinado nível de ensino e a vontade de mudar são duas questões em parte sobreponíveis. De facto, de entre as razões porque os professores continuam no nível de ensino em que leccionam sobressai a opção pessoal (56,1%), seguida por condicionantes diversas — desde o tipo de habitação que tem (25,7%) às que resultaram directamente do sistema de colocações (8,2%), ou indirectamente, e são hoje uma imposição administrativa (5,2%).

A opção pessoal como razão porque continuam no mesmo nível de ensino varia em função das variáveis de caracterização: é maior para o sexo feminino (60,9%), aumenta com o escalão etário do professor e diminui à medida que sobe o nível de ensino em que o mesmo presta serviço, sendo relativamente baixa no preparatório e unificado (cerca de 37% de referências). Isto é, a

¹² E, em princípio, de acordo com a legislação em vigor, uma penalização de dois anos de interdição de exercício da actividade profissional.

¹³ A requisição e o destacamento foram, por vezes, uma das estratégias utilizadas pelos professores para evitar ou protelar uma deslocação geográfica para longe da sua residência habitual. Independentemente disso, são sempre situações «especiais» que significam a assunção de funções diferentes, vistas como de distinção — de chefia, orientação ou enquadramento — entre os professores.

opção pessoal como razão porque continuam no mesmo nível de ensino, tem uma distribuição semelhante à «vocação» como razão porque declararam ser professor. Em contrapartida, as condicionantes directa ou indirectamente percebidas como de natureza administrativa (colocação ou imposição administrativa), têm expressão percentual mais significativa nos professores mais jovens — em idade e na profissão — e nos níveis de ensino em que com as mesmas habilitações académicas e por vezes profissionais ¹⁴ se pode ser professor de diferentes níveis de ensino — o preparatório, o unificado e o secundário.

A receptividade (e desejo) dos professores à existência de formas de mobilidade entre níveis de ensino parece de muito problemática concretização dado que, na sua esmagadora maioria — cerca de 90% dos docentes que gostariam de mudar de nível de ensino — desejam fazê-lo para «alunos mais adiantados». Esta mobilidade é vista como promoção, enquanto a outra, para «alunos menos adiantados» é entendida como regressão e, por isso mesmo, muito menos desejada.

O DESEJO DE ABANDONAR A PROFISSÃO: RAZÕES E OBSTÁCULOS

31. É generalizado e percentualmente expressivo o desejo de abandonar a profissão docente. De facto, mais de 35% dos professores entrevistados declararam que, se tivesse oportunidade, deixariam de ser professores. Pode ser que se trate mais de um protesto do que de um desejo assumido. Não deixa contudo de ser preocupante. E, ao mesmo tempo, este valor é não só relativamente elevado mas sistematicamente significativo para todos os grupos de docentes, independentemente da idade, do sexo, do nível de habilitação académica e profissional.

As diferentes variáveis consideradas na análise da posição dos professores neste campo apenas matizam de forma *ligeira* esta constante propensão ao abandono da profissão que, aliás, é considerado como pouco provável por aqueles que o desejariam fazer. Talvez por isso seja correcto considerar que estamos aqui perante um consistente indicador do grau de (in)satisfação com a profissão.

O desejo de abandono da profissão é maior nos professores do sexo masculino (46,8%) do que no feminino (30,8%) e diminui com a idade, sendo máximo entre os mais jovens, até aos 25 anos de idade (41,3%) e mínimo entre os mais velhos, com mais de 56 anos (16,3%) ¹⁵. É também, maior nos professores dos ensinos preparatório, unificado e secundário (42 a 45%) e menor nos do pré-escolar e primário (19 e 23%). E é menor nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira (28,8%) e maior no continente (33 e 41%).

¹⁴ Estão nesta situação os professores do unificado e secundário onde as habilitações profissionais — estágio ou profissionalização — são legalmente idênticas. Por outro lado, alguns dos professores do preparatório realizaram o seu estágio profissional em escolas C + S e com turmas de ambos os níveis de ensino, embora legalmente só tenham habilitação profissional para o ensino preparatório.

¹⁵ Estaremos aqui perante um desejo de reforma antecipada? Não parece credível como veremos mais adiante.

Por outro lado, o desejo de abandono da profissão parece aumentar quando pioram as condições de trabalho e de residência dos professores entrevistados: aumenta quando aumenta o número de alunos por turma e a dimensão da escola, a distância casa-escola ou ainda perante situações de maior precaridade habitacional (residência transitória, em quarto ou pensão) e, portanto, em princípio, em situações de co-habitação com não-familiares.

A situação familiar parece influenciar também esse desejo de abandono da profissão docente. São os professores não casados, vivendo ou não em casal, e os que não têm filhos ou que, sendo casados, têm cônjuge sem profissão, aqueles que mais manifestam o desejo de deixar de ser professores. Mas não estaremos, em todas estas situações, perante os professores mais jovens? É a idade ou a situação conjugal que provoca esta ligeira diferença de posição entre os professores?

É interessante notar ainda que entre os adultos casados cujo cônjuge tem profissão, o desejo de abandono é maior entre aqueles que são casados com professores (39,6%) do que entre aqueles cujo cônjuge não é professor (28,9%).

É de salientar, ainda, que o desejo de abandono da profissão docente está igualmente presente em percentagens significativas entre os efectivos (29,2%) — sendo maior, como é natural, entre os professores provisórios, com 48,5% e 57,2%, conforme têm ou não vínculo ao M.E. — e igualmente entre aqueles que têm mais de 10 anos de serviço docente (29,1%).

Arriscar-nos-íamos a levantar aqui a hipótese de ser fundamentalmente a idade, mais do que a segurança e estabilidade de emprego, na profissão docente, a principal condicionante da possibilidade de uma reorientação profissional futura, a qual está associada à propensão de abandono da profissão. Recorde-se o caso dos docentes dos ensinos preparatórios (ou pelo menos de uma habilitação académica que não os «amarra» definitivamente ao ensino) onde são sempre possíveis fortes aspirações a uma outra profissão igualmente compatível com a habilitação académica.

O posicionamento político ou religioso dos professores ou mesmo a situação de dedicação exclusiva ou de acumulação e o auto-posicionamento dos entrevistados na escala de prestígio também pouco influenciam o desejo de abandono da profissão. No entanto, é de referir, que:

- a) o desejo de abandono da profissão docente é menor nos católicos praticantes (27,4%) e entre aqueles que atribuem maior importância a Deus (27,8%) e maior entre os que professam outra religião que não a católica (59,9%) e entre os indiferentes e agnósticos (54,6%).
- b) os professores de esquerda manifestam maior desejo de abandonar a profissão (42,2%) do que os que se posicionam à direita (32,5%).
- c) as situações de acumulação fora da educação parecem favorecer o desejo de abandono da profissão (56,7%) enquanto que apenas 33,9% dos que têm no ensino a única ocupação profissional manifestam igual desejo;
- d) é entre os professores que se posicionaram na escala de prestígio em posições mais elevadas que esse desejo é menor, aumentando à medida que se desce nessa escala. Abandonar a profissão quer assim dizer procurar uma outra com maior prestígio.

Facê a um panorama tão generalizado e constante de insatisfação com a profissão, tem interesse conhecer quer as razões que os professores apresentam como justificativas do seu desejo de abandono da profissão, quer ainda os

obstáculos ou condicionantes à concretização desse desejo de deixar de ser professor.

Também aqui estamos perante razões que se podem quase considerar como sistematicamente comuns a todos os grupos de professores. As excepções são compreensíveis, como veremos, face às situações extremas das respectivas condições sociais.

São três as principais razões justificativas para o desejo de abandono: a remuneração (32,6%), a degradação da carreira (21,7%) e a «falta de estímulo» (19,8%). As restantes razões apresentadas têm baixo valor relativo de referências excepto, como o referimos já, para condições sociais ou profissionais particulares. Assim, o cansaço ou doença apresenta apenas importância significativa para os professores com 46-55 anos de idade (29,6%) e ainda para as educadoras de infância (24,6%) e os professores do ensino primário (20,2%), apresentando-se com valores bastante baixos nos outros grupos de professores ¹⁶.

Em contrapartida, as principais razões porque os que o desejam fazer não abandonaram a profissão são, por seu lado, compreensíveis e, ao mesmo tempo, reveladoras de uma consciência da fraca probabilidade de o concretizarem.

Assim, como principal razão surge-nos a «dificuldade em arranjar outro emprego» (39,4%) mais referida pelo sexo feminino (46,7%) e pelos professores do escalão etário mais jovem (56,9%).

A idade condiciona, como se sabe, a possibilidade de reorientação profissional e os professores não o ignoram. Por isso, à medida que sobe a idade dos entrevistados que desejam abandonar a profissão, aumenta o valor percentual da razão «é tarde para começar de novo noutra profissão», a qual se apresenta como a segunda condicionante ao abandono da profissão.

A segurança do salário (e do emprego) é a terceira condicionante (10,9%), eventualmente expressão de uma posição mais conformista, de demissão na procura de uma alternativa profissional à docência.

RESUMO

A maioria dos professores afirma que o é por vocação ou escolha inicial, sendo porém significativo o número dos que aceitaram entrar na profissão por ausência de alternativas ou por último recurso. A referência à vocação cresce nos primeiros graus de ensino, e sobretudo entre o sexo feminino e entre os professores católicos, enquanto no ensino preparatório e secundário prevalecem como razões de escolha da profissão as qualificações docentes. Mas há razões de carácter económico (custos e duração da formação) e social (sexo, idade, e *status*) que determinam grandemente a escolha profissional e o grau de ensino.

Muitos são os professores do ensino pós-primário que decidem ser professores antes de iniciar o curso, e muitos são também os que deram aulas pela primeira vez ainda quando estudantes.

¹⁶ Apresenta ainda percentagem elevada nos professores do sector privado ou cooperativo, os quais são maioritariamente do ensino primário e educação pré-escolar.

A expansão do sistema educativo tornou possível o acesso ao exercício da docência de muitos professores não habilitados nem com curso universitário nem com formação pedagógica específica, o que veio subqualificar os docentes e contribuir não só para a perda de autoridade científica e pedagógica mas também de espírito de missão e vocação profissional.

Mas há também professores que já tiveram outra actividade profissional antes de ingressarem no ensino, sobretudo no comércio e serviços.

A grande mobilidade geográfica dos professores atinge sobretudo os do preparatório e secundário. Entre as razões dessa mobilidade de colocação estão o atraso estrutural na profissionalização e ingresso na carreira e também a procura de novas condições de trabalho, nomeadamente mais próximas de casa. Nesse sentido se pode falar de estratégias de antecipação e de retardamento do ingresso na profissionalização, particularmente usadas em finais dos anos 70, para conseguir ou segurança profissional ou proximidade de residência ao local de trabalho.

Significativo é também que cerca de um quinto dos professores tenha temporariamente interrompido a actividade docente, na maioria dos casos ou por problemas de colocação e destacamento ou por necessidade de acabar cursos.

Maior é contudo a percentagem dos que dizem que abandonariam a profissão, se tivessem a oportunidade de o fazer, que se manifesta sobretudo entre os professores do pós-primário, e que se acentua quando pioram as condições de trabalho e de residência dos professores.

A permanência no nível de ensino embora determinada pelas condições de vida e por factores de ordem administrativa é devida acima de tudo a uma opção pessoal.

III

EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL

32. No exercício da actividade profissional, os professores desempenham múltiplas funções, das quais a função docente é por certo e compreensivelmente a predominante, mas não a única. Além de ensinarem, os professores são também encarregados de muitas outras actividades de administração, de gestão, de manutenção de instalações, de formação, de inspecção, etc.

A maior parte do trabalho dos professores é porém gasta no trabalho lectivo, muito embora sejam também de relevar as horas de reuniões de professores, bem como as horas de preparação das aulas, de correcção de trabalhos escolares, e de acompanhamento dos alunos nas várias actividades escolares.

UM HORÁRIO LECTIVO VARIÁVEL

33. O horário lectivo semanal estabelecido é de 35 horas para os professores do ensino pré-escolar e de 25 horas para os professores do ensino primário. Para estes últimos existem porém vários regimes: o regime normal, com aulas de manhã e de tarde, que ocupava 37,2% dos professores em 1985/86; e o regime duplo, com um horário de manhã e outro de tarde, que abrangia 68,1% dos professores, nesse mesmo ano.

Já o horário lectivo dos professores dos restantes graus de ensino pós-primário varia consoante vários factores. Assim, 34,5% destes professores têm mais de 20 horas de aulas por semana, 35,7% entre 16 a 20 horas, e 28,6% não ultrapassam já as 15 horas.

Os professores de maior carga lectiva por semana são sobretudo os professores mais jovens, em início de carreira (44,5% até 25 anos e 43,1% dos 26-35 anos). Mas são também os professores do ensino particular (54%), mais os homens do que as mulheres (38,6% v. 31,4%) sobretudo dos graus terminais do sistema de ensino (36,2% do unificado e 35,9% do secundário), e do estrato de rendimentos familiares mais baixo (44,7%). Estes professores mais sobrecarregados estão concentrados sobretudo nas regiões das Ilhas (43,5%) do Centro (40,1%) e de Lisboa (39,7%).

Os professores menos sobrecarregados (ou seja com menos de 15 horas semanais) são compreensivelmente os mais idosos (51,3% com 46-55 anos e 37,3% com mais de 56 anos). Mas são igualmente e sobretudo professores do ensino preparatório (31,8%), mais mulheres do que homens (30,8% v. 25,7%), e do estrato de rendimentos mais elevado (38,4%). E regionalmente situam-se mais nas zonas Norte (32,8%) e Sul (32,1%).

A maioria dos professores do ensino pós-primário (47,5%) dá aulas a 4-6 turmas. Mas há ainda 28% que lecciona até 3 turmas apenas e 23,9% que o faz já a mais de 6 turmas. Também deste ponto de vista, os mais sobrecarregados são sobretudo do sexo masculino (28,7%), dos estratos etários mais jovens (37,7% até 25 anos e 28,1% dos 26-35 anos), do ensino particular (36,6%) e dos níveis unificado (27,8%) e secundário (28,5%). O seu número cresce à medida que baixa o estrato de rendimentos. Em contrapartida, os professores menos sobrecarregados são mais do sexo feminino (28,9%) estão mais entre os mais idosos (47% dos 46-55 anos e 31,8% com mais de 56 anos), do ensino oficial (28,2%), do preparatório (35,7%) da região Norte (31,9%). Crescem à medida que sobe o rendimento médio familiar.

Quanto aos programas leccionados, a grande maioria dos professores só lecciona até 2 programas. Há contudo ainda cerca de um terço (32,6%) com mais de dois programas. São, da mesma maneira, sobretudo, professores mais jovens, proporcionalmente mais do ensino particular do que do oficial, e mais do secundário, sediados sobretudo nas Ilhas (38%), no Sul (38,3%) e no Centro (38,6%).

Quanto aos turnos, para além do diurno e vespertino, funciona também um turno nocturno, em que leccionam apenas 8,8% dos professores, sobretudo no unificado (15,1%) e no secundário (18,5%). Estes professores são sobretudo homens (13,3%), dos mais jovens estratos etários (11,4% entre 26 e 35 anos), do ensino oficial e da região Sul (15,1%).

Do exposto se pode pois concluir que em virtude da progressiva redução de carga lectiva, à medida que cresce a antiguidade no serviço, é aos menos experientes que são entregues as tarefas mais intensas e que, por conseguinte quanto mais experiente é um professor menos utilizado é pela Escola.

PRESENÇA ASSÍDUA E PARTICIPATIVA EM REUNIÕES

31. Além do trabalho lectivo, os professores são também obrigados a participar em várias reuniões de professores e em reuniões de trabalho com outros colegas.

Os educadores de infância são obrigados a uma reunião mensal do Conselho Pedagógico, com a duração regulamentar de 2 horas, para além de outras reuniões com docentes. Também os professores do ensino primário estão obrigados a uma reunião mensal do Conselho Escolar, com igual duração de 2 horas, para além de outras de frequência variável com outros professores.

No que toca aos professores do pós-primário, segundo dizem os professores entrevistados, as reuniões de professores vão até duas por mês para 83,3%, e são mais frequentes para 10,8%. As reuniões de trabalho com outros colegas têm a periodicidade de duas por mês para 66,9% dos professores, e intensificam-se mais para 19,1%.

O número de reuniões, ao contrário do que sucede com a carga horária lectiva, aumenta com a idade, quer se trate de um ou outro tipo de reuniões, e é mais intenso no preparatório (16% e 22,1%) do que nos outros dois graus de ensino pós-primário.

O absentismo às reuniões é praticamente inexistente: 72,1% dizem assistir sempre a elas e mais 25,5% confessam que é raro faltarem. Só 1% assiste raramente e 0,9% nunca o fazem: são sobretudo professores muito jovens, sobretudo do preparatório, dos estratos mais baixos de rendimento e da região de Lisboa.

A frequência dessas reuniões é, além disso, acrescida de uma ampla participação activa: segundo dizem os professores 10,6% costumam coordenar e moderar, 29,2% fazem propostas e apresentam iniciativas e 39,1% participam activamente nos debates. Só 20% reconhecem quedar-se por uma assistência passiva: são sobretudo os mais jovens professores, recém-chegados ao sistema de ensino, sobretudo da região de Lisboa e do ensino secundário.

DIVERSIDADE DE FUNÇÕES DIRECTIVAS E GESTIONÁRIAS

34. Para além das funções lectivas e da frequência das reuniões, os professores, apesar de não terem qualquer preparação específica para esse efeito, exercem ainda funções directivas e gestionárias, tanto administrativas como pedagógicas. Para muitos, o exercício de tais funções representa ainda uma obrigação profissional.

O desempenho de funções directivas e gestionárias no ensino pré-escolar e primário já foi feito por mais de metade dos professores: 56%. E no ensino pós-primário só 22,5% não tiveram nos últimos 3 anos responsabilidades administrativas e pedagógico-profissionais de direcção. Os professores que desempenharam, nos últimos três anos, funções de membro do Conselho Directivo atingem os 16,4%. Os responsáveis por grupos ou disciplinas, quer como delegados quer como representantes, sobem a 34,5%, 64,4% foram directores de turma e 5,7% coordenadores dos directores de turma. 5,3% foram orientadores de estágio ou delegados com formação em serviço e 10,6% directores de instalações.

As responsabilidades directivas e gestionárias encontram-se assim muito difundidas.

Apesar da estrondosa maioria feminina de professores do pré-escolar e do primário, o exercício de funções directivas nesses graus de ensino é porém feito mais por homens do que por mulheres (66,4% v. 54,8%).

No ensino pós-primário, o desempenho de funções no Conselho Directivo é feito, indiferentemente, tanto por professores de um como de outro sexo, sobretudo de meia-idade (45-55 anos). Se os directores de turma são mais jovens (72,5% entre os 26-35 anos), já os seus coordenadores, os orientadores de estágio e os delegados de grupo e disciplina pertencem aos estratos etários mais idosos.

Entre as razões confessadas pelos professores que mais motivam a assumpção dessas responsabilidades e o desempenho dessas funções está em primeiro lugar a solicitação ou imposição administrativa (61,6%) e só em segundo lugar, e a grande distância, o prazer ou gosto pessoal (12,6%) ou o convite de colegas (12%). Um número ainda significativo de professores reconhece que o

fez para garantir a permanência na escola (9,2%). Outras motivações embora menos percentuadas, parecem também pesar na aceitação de responsabilidades directivas, entre as quais interesses corporativos de áreas disciplinares, de militâncias sindicais, políticas e ideológicas. A imposição administrativa é mais reconhecida como motivação no Norte (70%) e Sul (74,6%). E cresce com a diminuição da idade. O convite de colegas, sobe com a idade e, juntamente com o gosto pessoal, é em contrapartida mais indicado na região de Lisboa, e também no secundário e no preparatório. O garantir a permanência na escola é mais vulgar no unificado.

Pelo contrário, as razões mais invocadas para explicar o nunca se ter desempenhado funções de direcção, são, em primeiro lugar, o nunca ter sido solicitado (36,7%), que decresce com a idade e, a seguir, a falta de preparação (15,5%), sobretudo invocada no secundário, e a instabilidade de colocação (11,8%), que parece desmobilizar sobretudo os professores do Sul (22,2%) e do preparatório (17%).

A maior parte dos professores faz um balanço em geral positivo das funções que desempenhou (72,1%), sem que isso queira contudo indicar uma opinião sobre o modelo de gestão e direcção escolar.

PARTICIPAÇÃO NOUTRAS ACTIVIDADES ESCOLARES

35. Além das funções lectivas e directivas, e das reuniões de trabalho, muitas outras actividades escolares ou para-escolares, segundo os professores, mobilizam ainda o seu tempo. Entre elas, as de mais vasta cobertura são, na opinião dos professores, as visitas de estudo (85,4%), as actividades desportivas (59,6%) (mais difusas no ensino oficial), a animação cultural (42,4%), a actualização pedagógica dos professores (33,8%) e iniciativas artísticas (33,8%) (mais praticadas pelo ensino particular).

Coincidindo com a convicção difusa da opinião pública, não chega porém a dois terços dos professores o número dos que dizem ter dinamizado já algumas dessas actividades. As mais participadas pela iniciativa dos professores nos dois últimos anos foram, por ordem decrescente, e na opinião deles, as visitas de estudo (47,7%), levadas a efeito sobretudo pelos mais velhos e de Lisboa; a animação cultural (22,4%), preferida sobretudo pelos mais novos e do Sul; as actividades desportivas (16,5%); a participação na vida local (12,9%), privilegiada pelos professores do pré-escolar e de Lisboa; e as iniciativas artísticas (12,3%), sobretudo da autoria dos professores do primário, pré-escolar e de Lisboa.

Se estes índices de empenhamento na organização de actividades circum-escolares se referem a uma participação porventura episódica em actividades já de si fugazes, por outro lado, deparamos ainda com 37,8% de professores que confessam nunca ter dinamizado alguma dessas iniciativas. São sobretudo os professores mais jovens (48,9%) e também os mais idosos (40,4%), do unificado (49,8%) e do secundário (33,6%), do Centro (40,4%) e das Ilhas (42,9%).

Tais iniciativas mereceram na sua grande generalidade e na opinião dos entrevistados um bom acolhimento nas escolas: 13,8% teriam sido muito participadas e 78,1% incentivadas e apoiadas. Só 2,5% delas teriam sido mal vistas e até contrariadas, e 4% aquelas a quem ninguém ligou, segundo os

professores, o que contrasta com a percepção difusa que circula nos meios educativos e na opinião pública, que é bem mais pessimista.

COLOCAÇÕES ESPECIAIS

36. São bastantes ainda os professores que se encontram fora do serviço docente, em regime de colocação especial. No ano lectivo de 1987/88 eram 5148 os professores do ensino primário (mais de 10%) e 4517 os do preparatório e secundário (cerca de 5%) que se encontravam em situação de colocação em regime especial, aproximadamente assim distribuídos:

Quadro 29

	Ensino Primário	Preparatório/ Secundário
Destacados	3777	2010
Requisitados	609	1856
Comissão de Serviço	754	651
Total	5140	4517

Fonte: Conceição Castro Ramos e outros, *Colocações em regime especial. Relatório/Despacho n.º 5-I/ME/87, de 14 de Dez., Março 1988*

Do ponto de vista evolutivo é particularmente relevante o crescimento de colocações especiais dos professores do preparatório e secundário que, de menos de 2600 em 1984/85 quase duplicaram em 1987/88, passando para 4517, o que se explica sobretudo pelo processo de colocações como efectivos, que levou muitos professores a concorrer a todo o país e, por isso, a mudar de residência. Para evitar uma colocação longínqua, sem prejuízo do provimento definitivo e do acesso à progressão na carreira, os professores começaram a enveredar de forma volumosa pelas colocações especiais.

A maioria dessas colocações especiais era feita nos serviços da administração central, regional e local:

Quadro 30

	Primário				Secundário			
	Destacamento	Requisição	Comissão Serviço	Total	Destacamento	Requisição	Comissão Serviço	Total
Serviços Centrais	2812	288	45	3145	1558	680	75	2313
Direcções Regionais	241	—	—	241	273	—	4	277
Ensino Superior	—	61	18	79	—	880	337	1217
Direcções Escolares	212	—	84	296	—	—	—	—
Delegações Escolares ou da DGAP	257	—	537	794	18	—	36	54
Autarquias	3	17	20	40	18	48	32	98
Outros Ministérios	242	89	12	343	92	177	82	351
Cooperação	4	23	35	62	19	32	68	119
Comunidades Europeias	6	131	3	140	32	39	17	88

Fonte: Conceição Castro Ramos e outros, *op. cit.*

Entre os destacamentos sobressai a que é feita em postos de apoio à educação especial de deficientes.

A existência de professores excedentários no ensino primário não torna preocupante a aplicação do regime de colocação especial, o mesmo já não se podendo dizer do ensino preparatório e secundário onde essas colocações especiais incidem em grupos e disciplinas para os quais é difícil encontrar substitutos com preparação adequada, sobretudo fora dos grandes centros urbanos.

UM ABSENTISMO «NORMAL»

37. O absentismo docente é uma realidade que abrange apenas uma parte, embora ainda significativa, de professores. Com efeito, 60,3% dos professores dizem que não costumam faltar, contra 38,9% que admitem dar uma a duas faltas diárias por mês (precisamente as faltas permitidas por lei) e 0,8% apenas que confessam fazê-lo 3 a 5 dias por mês.

Estes dados, porventura excessivamente otimistas, não andam contudo longe dos resultados do estudo sobre o absentismo realizado em 1985-86¹, embora menos negativos. Esse estudo apontava para uma média geral de 2 faltas/mês por docente. A diversa metodologia de recolha de dados impede que se estabeleçam comparações evolutivas. Contudo, há indicações que confirmam a configuração da situação, designadamente em termos regionais.

De facto, o absentismo que poderemos considerar «normal», porque dentro das duas faltas/mês permitidas até há pouco por lei, é um absentismo que se manifesta sobretudo na região de Lisboa, onde a percentagem sobe para 46,6%. Já no estudo de 1985/86 se concluía que o absentismo era um fenómeno mais urbano que rural, atingindo o meio urbano o valor de 22,3 faltas/ano por docente, quando o valor global para o Continente era de 19,7, e simultaneamente um fenómeno mais das regiões Sul e Litoral, onde se registavam os índices mais elevados de 22,9 e 20,9, enquanto o mais baixo índice se observava no Centro com 18,2.

O absentismo a que chamamos «normal» é um fenómeno muito mais do ensino pós-primário (53,2% no preparatório, 55,1% no unificado e 52,6% no secundário) do que do ensino primário (17,1%) ou pré-primário (17,6%), e atinge sobretudo os professores de idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos (49,5%), muito mais os homens do que as mulheres (51,9% v. 33,2%) e muito mais os professores do ensino oficial do que os do privado (41,2% v. 16,3%).

Para além disso, o absentismo «normal» é sobretudo praticado por solteiros (44,3%) e separados (48,7%), pelos que não têm filhos (44%), por professores que vivem sozinhos (43,9%) ou só com pessoas que não são de família (46,9%), pelos professores com menor antiguidade no serviço. O seu número aumenta com a elevação da origem social do professor, com a precaridade da habitação e a distância da escola, com a precaridade da situação profissional, com a existência de acumulação, e sobe também à medida que sobem as habilitações literárias e com a diminuição da atribuição própria de prestígio social.

Professores absentistas por sexo, idade, sector e grau de ensino e religião
 Quadro 31

Faltas	Sexo		Idade					Sector	
	M	F	Até 25 anos	26-35 anos	36-45 anos	46-55 anos	+ 56 anos	Ofi- cial	Part. Coop.
0	46,5	66,3	61,3	48,8	69,4	8,14	76,1	58,0	82,4
1-2	51,9	33,2	37,6	49,5	29,8	18,6	23,9	41,2	16,3
3-5	1,6	0,5	1,1	1,7	0,7	—	—	0,8	1,3

Faltas	Grau					Região				
	Pré- escolar	Primá- rio	Prepa- ratório	Unifi- cado	Secun- dário	Norte	Centro	Lisboa	Sul	Ilhas
0	81,6	82,5	45,6	44,9	46,3	64,5	65,0	52,0	62,4	68,2
1-2	17,6	17,1	53,2	55,1	52,6	34,8	34,7	46,6	37,6	30,5
3-5	0,8 1,3	1,3	0,8	0,4	1,2	—	1,1	0,7	0,3	1,5

Os absentistas «normais» são sobretudo professores de artes visuais. O seu número aumenta também proporcionalmente entre os professores indiferentes ou agnósticos (53,5%) e ateus (52,9%) ou à medida que diminui a importância de Deus na vida pessoal e que se passa da direita para a esquerda.

O absentismo «excepcional», para além de reduzido, é um fenómeno de expressão mais lisboeta (1,5%), praticado sobretudo por professores do sexo masculino (1,6%) do ensino preparatório (1,2%) e secundário (1,1%), dos mais jovens escalões etários e do estrato de rendimentos mais elevado (1,6%).

Entre as razões desconhecidas para o absentismo «normal» estão a necessidade de tratar de assuntos pessoais (33,6%) os motivos de doença (29,7%) e as razões familiares (11,1%). o primeiro motivo é uma alegação sobretudo masculina (41,4%), de jovens (52,7% até 25 anos), de professores sobretudo do secundário (36,9%) e do unificado (37,6%) e do Centro (48,8%), ao contrário das restantes que são invocadas sobretudo por mulheres (38,7% e 14,2%) do ensino primário (53,3% e 12,4%) e do Sul (34,3% e 15,6%). As razões de saúde crescem compreensivelmente com a idade e no ensino pré-escolar e primário (47,9% e 53,3%).

UM CORPO PROFISSIONAL DE ELEVADA COESÃO INTERNA

38. Se passarmos da análise das funções que os professores exercem à observação das condições de exercício das actividades profissionais, a primeira constatação é a de que os professores são um corpo profissional de elevada coesão interna.

Para isso contribui em primeiro lugar o recíproco relacionamento entre colegas, que 14,2% dos professores reconhecem ser muito intenso e 53,5% bastante intenso. Quer isto dizer que a grande maioria (67,7%) vivem intensamente em relação com os demais colegas, intensidade que aumenta progressivamente com a idade e é mais acentuada no ensino preparatório e nas regiões

do Norte e Sul. Só 29% acha que as relações com os colegas são pouco intensas, e 2% apenas que o não são de todo.

Além disso, muito mais professores ainda (83,5%) contam com alguns amigos entre os colegas de profissão, chegando até 2% a ter só como amigos colegas de profissão, número que aumenta aliás com a idade. Só 13,9% diz não ter amigos entre os colegas: são sobretudo os mais novos (22,8%), recém-ingressados na profissão, e da região de Lisboa.

E isto apesar de ser amplamente negativa a opinião acerca do convite à permanência e convivência na escola por parte da sua configuração arquitectónica (45,4% são de opinião expressamente negativa, e 26% hesitam e classificam-na como «mais ou menos» convidativa).

CONDIÇÕES DE TRABALHO INSATISFATÓRIAS

39. A maioria dos professores tem uma opinião negativa sobre o carácter satisfatório das condições materiais do seu trabalho. Os aspectos mais criticados são a insuficiência dos espaços (54,1%), a desadequação dos equipamentos (47,2%), a inadequação do número de alunos à dimensão da escola (46,6%), e a insuficiência do pessoal auxiliar (42,5%). Já quanto às instalações as opiniões repartem-se equilibradamente pela positiva e pela negativa (31,9% v. 32%). E no que respeita aos manuais escolares a opinião favorável ultrapassa, e muito, a opinião desfavorável (36,6% v. 14,8%).

Enquanto os mais velhos tendem a sublinhar proporcionalmente mais a insuficiência dos espaços e a inadequação dos equipamentos, os mais novos revelam-se mais sensíveis à desadequação do número de alunos para a dimensão da escola. Esta última é uma insuficiência mais apontada para os diversos graus do ensino pós-primário, tal como aliás também a insuficiência de espaços, enquanto a maior deficiência indicada ao primário é a dos equipamentos adequados. Regionalmente, o Norte parece ser o mais carenciado, na opinião dos professores, sobretudo em espaços, equipamentos e adequação do número de alunos à dimensão da escola, partilhando este último problema com o Sul.

DEFICIÊNCIAS DE EQUIPAMENTOS

40. Se o que existe é tido como insatisfatório pela maioria, o que falta, em matéria de equipamentos, é apontado também por muitos. Maioritariamente reconhecida é a deficiência de aparelhos audio-visuais (64%), particularmente apontada pelos professores do ensino primário (74,8%); a de recreios cobertos (58,1%), mais sentida no Centro (66,9%) e nos ensinos preparatório (66,5%) e unificado (67,5%); a de ginásios (43,1%), indicada sobretudo pelos professores mais idosos (56,6%) e do ensino primário (66,5%) e a do aquecimento (43,1%), invocada sobretudo pelos professores mais jovens (47,2%).

A um nível inferior, são também bastante referidas as deficiências de instrumentos musicais (35,9%), mais apontados pelos professores do ensino primário (58,3%); de salas de aulas (35%), particularmente sentidas nos ensinos unificado e secundário (47,9% e 52,5%); e de bibliotecas (32,2%), mais

AValiação DO INSuCESSO PROFISSIONAL E ESCOLAR

41. A grande maioria dos professores consideram-se profissionais com sucesso (81,3%). Só 4,3% se confessam considerar sem ele. São sobretudo professores do sexo masculino, do ensino secundário e da região de Lisboa.

Este baixo reconhecimento de insucesso próprio não invalida a curiosidade de saber a que factores atribuem os professores o insucesso profissional dos demais. Curiosamente, surgem como mais apontados, num vasto elenco de factores propostos, os de natureza pessoal, e logo em primeiro lugar a «falta de motivação», referida por 47,3% dos professores, e sobretudo pelos mais novos (54%). Mas é à falta de preparação pedagógica que é atribuída em segundo lugar a responsabilidade do insucesso profissional (42,1%), sublinhada em particular tanto pelos mais novos (47,6%) como pelos mais velhos (57,7%), e que aumenta com a categoria profissional. Em terceiro lugar é apontada a «falta de vocação» por 38,1%, sobretudo indicada pelos mais velhos (57,7%), e pelos católicos praticantes (43,6%) e pelos professores de direita (49,2%).

Só depois surgem factores de ordem material, designadamente a falta de incentivos materiais (37,8%) e a ausência de condições materiais de trabalho (33,8%), sendo particularmente referida a primeira pelos professores do ensino secundário (45,9%) e a segunda pelos professores de Lisboa (39%).

Esta avaliação eminentemente «pessoal» do insucesso profissional contrasta frequentemente com a avaliação «social» do insucesso escolar dos alunos. Na atribuição de factores ao insucesso escolar prevalecem os de natureza social sobre os demais. Num vasto elenco de factores propostos, os professores entrevistados privilegiam a deficiente alimentação (93,5%), as más condições habitacionais (89,1%) e o desinteresse da família (88,5%), como principais responsáveis pelo insucesso dos alunos, a que juntam ainda as turmas demasiado grandes (88,5%).

RESUMO

Para além de ensinarem os professores são também encarregados de outras actividades pedagógicas, administrativas, formativas, inspectivas, etc.

O horário de trabalho dos professores varia consoante certos factores, particularmente o grau de ensino e o tempo de serviço. Os professores de maior carga lectiva são, sobretudo nos graus mais adiantados do sistema, os professores mais jovens. Sucede assim que é aos menos experientes que são entregues as tarefas mais intensas.

Os professores são também obrigados a participar em várias reuniões de trabalho, cujo número, ao contrário da carga lectiva, aumenta com a idade e a antiguidade no serviço. Os professores dizem ter uma participação bastante activa nessas reuniões.

Apesar de não terem qualquer preparação específica para o efeito, os professores são ainda encarregados de diversas funções de direcção e gestão, que estão bastante difundidas sobretudo por via da imposição administrativa de as exercer, embora proporcionalmente mais executadas por homens do que por mulheres.

Já a diminuição de outras actividades circum-escolares, tais como visitas de estudo, animação cultural, actividades desportivas, participação na vida local, iniciativas artísticas, etc., parece não atingir mais de dois terços dos professores.

São ainda muitos os professores que se encontram fora da actividade docente, em regime de colocação especial, sobretudo na administração escolar central, regional e local: mais de 10% dos professores do ensino primário e cerca de 5% dos do preparatório e secundário. O que constitui um problema sobretudo para os ensinos preparatório e secundário pelo facto de as colocações incidirem em grupos e disciplinas para os quais é mais difícil encontrar substitutos com preparação adequada.

O absentismo dos professores, designadamente o que excede as faltas permitidas por lei, parece também ser reduzido e pouco expressivo. Parece tratar-se de um fenómeno mais urbano do que rural, mais do Sul e do litoral, e com mais expressão nos graus de ensino mais adiantados, atingindo sobretudo os professores mais novos.

Os professores são ainda um corpo profissional de elevada coesão interna, como o comprovam intensas relações com os colegas. A maioria julga contudo insatisfatórias as condições materiais de trabalho e aponta numerosas deficiências de equipamentos. Ao ajuizar porém o insucesso profissional, os professores responsabilizam mais os factores pessoais, ao contrário do que fazem para o insucesso escolar dos alunos que atribuem preponderantemente a factores sociais.

IV

SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

42. A formação dos professores foi durante muito tempo uma formação predominantemente científica. Só mais recentemente se tem vindo a complementar a formação académica científica com uma formação mais profissional de tipo pedagógico, formação esta que se desdobra por dois momentos complementares: um teórico-académico de estudo da pedagogia e outro prático-profissional de experiência ou de estágio.

Esta componente pedagógica da formação dos professores tem vindo a impor-se à medida que cresce a sua profissionalização, existindo hoje professores com vários modelos de formação pedagógica, desde o estágio clássico até à recente formação em serviço e à profissionalização em exercício, passando pela frequência de Escolas de Magistério quer infantil quer primário, e pelas licenciaturas em ensino (CIFOP) ou em ramos educacionais.

ATRIBUIÇÃO CRESCENTE DE IMPORTÂNCIA À FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

43. Esta progressiva afirmação da pedagogia — tanto na sua aceção teórico-científica como na sua aceção prático-profissional — na formação dos professores, não podia deixar de ter os seus efeitos na concepção dos professores sobre a própria formação. Assim, a formação pedagógica é equiparada à formação científica pela grande maioria dos professores (59,5%). E um número significativo deles, ainda (30,9%), vai mesmo ao ponto de a considerar mais importante que a científica.

Da mesma maneira, a progressiva articulação da formação prática à formação teórica, levou também à consideração crescente por parte dos professores da sua importância. E assim são também maioria (55,5%) os professores que reconhecem igualdade de importância a ambas as formações, e são ainda muitos (40,6%) os que chegam mesmo a valorizar mais a formação prática do que a teórica (só mais valorizada por 2,9%).

A sobrevalorização da preparação pedagógica, em relação à científica, bem como da preparação prática, em relação à teórica, é feita sobretudo pelos professores dos primeiros graus de ensino: o pré-escolar e o primário. Os 1239

professores dos últimos graus de ensino (sobretudo do unificado e secundário) tendem muito mais a equiparar em termos de importância ambos esses aspectos da preparação, e até a privilegiar a formação científica em percentagens significativas.

Atribuição de maior importância na formação dos professores
Quadro 32

	Total	Pré-Primário	Primário	Preparatório	Unificado	Secundário
Formação científica	8,1	2,4	1,1	5,2	21,7	16,6
Formação pedagógica	30,9	54,5	39,7	32,2	20,1	18,5
Mesma importância	59,5	43,0	57,6	61,4	57,6	63,0
Sem opinião	1,5	—	1,6	1,2	1,2	1,9
Formação teórica	2,9	—	1,5	3,6	3,3	4,3
Formação prática	40,6	41,4	49,8	40,8	28,9	32,3
Mesma importância	55,5	57,8	47,7	54,6	67,3	62,4
Sem opinião	1,0	0,8	1,0	1,1	0,6	1,0

Da mesma maneira, a idade avançada, o sexo feminino, o ser do ensino particular e de Lisboa e do Sul, parecem ser factores que favorecem tanto a sobrevalorização da preparação pedagógica como da preparação prática.

Este grande reconhecimento da importância da preparação pedagógica compreende-se tanto melhor se atentarmos na opinião dos professores sobre o estado inicial e actual da preparação que possuem.

Com efeito, os professores achavam-se com uma melhor preparação científica que pedagógica: a opinião positiva sobre a formação científica inicial cobria 86,2% dos professores contra apenas 59% sobre a formação pedagógica inicial. Mas já quanto à preparação actual, a opinião positiva tende a equiparar-se: 96,3% para a científica e 94,7% para a pedagógica. O que quer dizer que a maioria entende que melhorou a sua preparação pedagógica, apesar de o entendimento global ser o de que a preparação científica dos professores em geral sobreleva a preparação pedagógica correspondente, havendo mesmo quem julgue esta última ainda bastante insuficiente (27,4% dos professores).

Os professores que mais tendem a estimar como boa a própria preparação científica são os dos últimos graus do sistema de ensino, precisamente os mesmos que mais consideram negativamente a preparação pedagógica quer inicial quer actual. Em contrapartida, os professores do pré-escolar e do primário são os que mais consideram negativa (insuficiente ou má) a formação científica e melhor avaliam a formação pedagógica tanto inicial como actual. O mesmo acontece quando, da opinião sobre formação própria, se passa à opinião sobre a formação dos professores em geral.

Regionalmente falando, os mais pessimistas quanto à formação inicial, em termos tanto científicos como pedagógicos, são os professores do Centro e de Lisboa, contrastando com o optimismo do Norte, que aliás se mantém quanto à formação actual, quer científica quer pedagógica. Em todo o caso, os professores de Lisboa melhoram nitidamente a sua opinião acerca da própria formação actual, quer científica quer pedagógica.

Opinião sobre a preparação dos professores

Quadro 33

	Preparação própria				Preparação dos prof.	
	Preparação científica inicial	Preparação científica actual	Preparação pedagógica inicial	Preparação pedagógica actual	Preparação científica em geral	Preparação pedagógica em geral
Boa	30,6	51,3	15,0	41,7	12,9	7,2
Razoável	55,6	45,0	44,0	53,0	66,6	56,2
Insuficiente	11,4	2,6	31,0	4,2	13,5	27,4
Má	1,7	0,2	8,1	0,2	0,9	2,9
Sem opinião	0,7	0,8	1,9	0,9	6,1	6,3

Do ponto de vista dos grupos disciplinares, os professores que mais estimam a própria preparação científica são os das artes visuais e das ciências sociais e humanas. Estes últimos, porém, são também os que menos boa consideração têm pela própria preparação pedagógica. Os que mais depreciam a formação científica são os professores de línguas e ciências exactas, os mesmos aliás a depreciam mais também a formação pedagógica.

Curiosamente, a consideração negativa pela preparação pedagógica varia na razão directa da precarização da profissionalização. Os que mais positivamente consideram a preparação pedagógica são os professores profissionalizados efectivos e os que mais negativamente a acham são os provisórios vinculados e os provisórios não vinculados.

Opinião dos professores sobre a sua preparação pedagógica, consoante a categoria profissional

Quadro 34

	Profissionalizado		Não profissionalizado		
	Efectivo	Não efectivo	Efectivo provisório	Provisório vinculado	Provisório não vinculado
Boa	51,2	41,3	22,7	24,2	26,5
Razoável	46,0	53,8	70,5	59,8	64,2
Positiva	97,2	95,1	93,2	94	90,7
Insuficiente	2,1	3,8	6,1	11,8	7,9
Má	0,1	—	0,5	1,0	—
Negativa	2,2	3,8	6,6	12,8	7,9
Sem opinião	0,6	1,1	0,2	3,3	1,4

Os que mais se queixam da insuficiente ou má preparação pedagógica actual são os mais jovens professores. Em contrapartida os professores mais idosos são os que consideram mais positivamente quer a preparação pedagógica inicial quer a actual. São também eles curiosamente os que mais avaliam como boa a preparação científica tanto inicial como actual. Os que mais as têm por insuficientes ou más são, neste caso, os de meia-idade.

Quando, da opinião sobre a própria formação, se passa para a opinião sobre a formação em geral dos professores, apesar de ela ser amplamente favorável (sobretudo a científica), os mais críticos da falta de preparação científica são os professores mais idosos, enquanto os mais novos se revelam os mais críticos da falta de preparação pedagógica.

INICIATIVAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICAS E CIENTÍFICAS

44. Esta tendência para a valorização da formação pedagógica por parte dos professores dos primeiros graus e da formação científica pelos professores dos últimos graus, é reforçada pelo que se passa com a frequência de cursos e seminários de especialização.

Diga-se antes de mais que são bastantes os professores que frequentam cursos de formação ou especialização: além dos 47,5% que frequentam cursos científico-pedagógicos, há ainda 13,7%, que frequentam os de especialização só científica e 18,2% os de especialização só pedagógica.

Enquanto os cursos de formação só científica são mais frequentados pelos professores do preparatório e secundário, os de preparação só pedagógica são mais frequentados pelos professores do pré-escolar e do primário sobretudo. Regionalmente falando, enquanto os mais científicos abrangem sobretudo os professores do Centro, os pedagógicos mobilizam mais os do Sul.

Já os cursos científico-pedagógicos são mais frequentados, em termos proporcionais, pelos professores mais idosos e de meia idade, sobretudo do sexo feminino, dos primeiros graus de ensino, e das regiões do Centro e Ilhas.

O principal organizador desses cursos foi o Ministério da Educação (53,3%), o Sindicato (31,4%) e a Escola (29,5%), embora mereçam ser assinalados como organizadores também a Faculdade (25,6%), as Direcções Regionais (18,5%), as Associações de Professores (18,5%) e as Sociedades Científicas ou Culturais (11,3%).

Os cursos organizados pelo Ministério são mais frequentados pelos professores mais idosos, bem como também pelos de meia idade. Os mais jovens são proporcionalmente mais abrangidos pelos cursos promovidos por associações de professores e Faculdades.

MAIOR RESPONSABILIZAÇÃO DO MINISTÉRIO COMO FORMADOR

45. A maioria dos professores atribui sobretudo ao Ministério a responsabilidade de assegurar a formação contínua dos professores (78,3%), a grande distância da atribuição da mesma responsabilidade à Escola (28,8%) e à Direcção Regional (23%). Só 19,1% entregam essa tarefa à Universidade, e 13,8% a uma associação de professores, e 8,6% ao Sindicato.

Verifica-se assim uma manifesta sobrecarga do Ministério com responsabilidades formativas, e uma desobrigação sobretudo do Sindicato, actual organizador de boa parte dessas acções.

Os professores mais jovens são porém os que proporcionalmente mais encarregam a Escola, as Universidades, as associações de professores e os sindicatos, e menos o Ministério, mais responsabilizado pelos mais idosos.

Curiosamente, são também os professores do pré-escolar e do primário, os que mais entregam a responsabilidade da formação contínua ao Ministério, à Administração Regional e ao Sindicato enquanto os professores do pós-primário a conferem sobretudo à Escola e à Universidade.

UMA CONCEPÇÃO CRÍTICA DA EDUCAÇÃO

46. Como impacto da formação pedagógica dos professores, interessa saber qual a concepção dominante da educação entre eles.

Entre as muitas categorizações da educação, optou-se pelo contraste entre as concepções de educação que poderíamos classificar como «transmissora», «crítica» e «administrativa».

Por concepção «transmissora» de educação entende-se a noção de que a função fundamental do acto educativo é a transmissão, de geração para geração, de realidades adquiridas, sejam elas conhecimentos, valores e afeições. Na concepção «crítica» de educação a função educativa é vista mais pelo seu ângulo crítico, estimulador de criatividade, de iniciativa e de autonomia pessoal. Na concepção «administrativa», a função educativa é encarada pelo seu lado burocrático, e reduzida, ou pelo menos entendida privilegiadamente, ao cumprimento de prescrições e programas estabelecidos por outrem, fora da relação pedagógica entre o professor e o aluno.

A concepção dominante entre os professores é sem margem para dúvida, a concepção crítica, por influência certamente até da formação pedagógica inculcadora desse princípio que se tem vindo a desenvolver ultimamente: 76,7% dos professores identificam prioritariamente a educação como o «estimular a autonomia e o sentido crítico» (15,5%) e com o «favorecer o espírito de iniciativa e desenvolver aptidões» (61,2%); e 68,7% fazem ainda dessa concepção a sua segunda escolha, invertendo porém agora as percentagens anteriores (40,7% e 28%, respectivamente).

A concepção transmissora recolhe ainda 22,3% de primeiras preferências (21,7% dão prioridade ao «transmitir conhecimentos» e 0,6% ao «fazer aceitar valores sociais») e 23,2% segundas preferências (com 19,8% e 3,4% a atribuir função primordial aos dois itens anteriores).

A concepção administrativa não vai além de 0,7% de primeiras preferências (para 0,4% «criar hábitos de disciplina» e para 0,3% «cumprir o programa», são as funções prioritárias do ensino) e de 7,6% de segundas preferências (5,5% e 2,1% respectivamente para cada item).

Apesar de em todos os graus de ensino prevalecer a concepção crítica, ela é ainda ampliada no ensino secundário e no preparatório, enquanto a concepção transmissora encontra maior receptividade nos ensinos pré-escolar e primário, e também, e sobretudo, no unificado.

Regionalmente falando, a região de Lisboa é também excepção, ao ser aquela onde a concepção transmissora encontra maior expressão.

UMA CONCEPÇÃO EVOLUTIVA DA ESCOLA

47. Complementar da concepção de educação é a concepção de escola. Das três hipóteses testadas de concepções sobre a escola — a conservadora-

-defensiva, a radical-revolucionária e a evolutiva-progressiva — foi esta última que recolheu a grande maioria de adesões dos professores: 73,8%, seguida da posição radical (16,6%) e da conservadora (5%).

Se os conservadores estão sobretudo entre os professores mais idosos, e os radicais entre os mais novos, os evolutivos estão predominantemente entre os professores de meia idade.

As atitudes mais defensivas e conservadoras encontram ainda particular expressão entre os professores do Sul e Ilhas, e nos ensinos primários e unificado. É também no Sul, e no ensino secundário, que se encontram proporcionalmente mais difundidas as posições radicais e revolucionárias.

UMA CONCEPÇÃO TOLERANTE DA AUTORIDADE DO PROFESSOR

48. Extremando o entendimento da autoridade do professor entre posições de tolerância e de repressão, verifica-se que a grande maioria dos professores se inclina mais para o primeiro pólo desse binómio.

Perante uma situação de infracção crónica da disciplina por parte de um aluno, com perturbação do decurso da aula, a maioria dos professores (65,9%) inclina-se para medidas não repressivas, e ainda um número significativo para uma intervenção pouco repressiva, como a simples repreensão (18%). Só uma minoria adopta atitudes punitivas (1,7% castiga e 3% expulsa). Ninguém confessa recorrer à punição física.

Curiosamente a idade parece desencorajar a adopção de medidas repressivas, mais expressivas entre os mais jovens professores. No que respeita às medidas mais punitivas, a expulsão da aula é mais praticada nos graus de ensino pós-primário, enquanto o castigo é mais característico dos primeiros graus de ensino.

UMA PEDAGOGIA PARA TODOS

49. O professor é confrontado na aula com uma grande variedade de alunos: uns melhores outros piores. Interessa saber se os professores tendem a privilegiar uns em detrimento dos outros, ou se encaram todos por igual.

A grande maioria (70,4%) perfilha este último ponto de vista, confessando que nos últimos 15 dias, as aulas se dirigiram acima de tudo para todos em igual. E dos restantes, se alguma preferência é feita em termos expressivos é pelos mais fracos (20,7%) número este que cresce sobretudo no ensino primário (30,4%) e entre os professores mais idosos (37%) do Centro (25,9%) e de Lisboa (24,8%).

UMA PEDAGOGIA ABERTA À VIDA

50. Em que medida as aulas estão abertas à vida, em que medida nelas estão presentes assuntos da actualidade nacional e internacional, era outra questão importante para testar até que ponto a concepção da pedagogia dos professores é uma concepção aberta ao exterior ou fechada sobre si própria.

Mais de metade dos professores (52,8%) reconhece que nos últimos quinze dias se conversou nas suas aulas sobre assuntos da actualidade nacional e internacional. Tal acontece sobretudo com os professores do sexo masculino e das idades intermédias e com maior expressão no ensino secundário, no Centro e no Sul, e no escalão mais elevado dos rendimentos familiares.

A iniciativa dessas conversas foi sobretudo dos alunos, trazidas por eles, por acaso, em 40,1% dos casos. Mas também surgiram como ilustração ou exemplificação em 31,3% dos casos, por iniciativa do professor (18,6%) e por exigência do programa (10%).

UMA PEDAGOGIA EXTRA-CURRICULAR EMINENTEMENTE CULTURAL

51. O conversar com os alunos fora das aulas sobre temas extra-curriculares não é um hábito tão generalizado entre os professores como seria de esperar. Em todo o caso, chegam a mais de metade, nalguns casos, os professores que dizem que o fazem.

Os temas que mais são abordados nas conversas entre professores e alunos são os culturais. Seguem-se, a uma certa distância, o das relações entre os jovens, questões de moral e problemas familiares. O desporto e o emprego também ocupam uma boa parte, embora menor, dessas conversas. Muito pouco conversados são, por sua vez, a política, a sexualidade e a religião.

Temas de conversas de professores com alunos

Quadro 35

Vezes	Desporto	Sexualidade	Problemas religiosos	Questões morais	Cultura	Problemas familiares	Relações entre jovens	Emprego e profissão	Política
Muitas	11,7	2,3	3,6	16,4	22,5	15,3	17,8	12,5	1,7
Bastantes	21,4	6,7	9,7	31,5	42,2	30,4	33,6	25,7	3,9
Poucas	42,2	43,7	37,7	29,8	21,0	38,6	31,1	35,2	27,9
Nunca	23,8	46,2	48,0	21,3	13,1	14,8	16,6	25,8	65,2
Não sabe	0,9	1,1	0,9	1,0	1,2	0,9	1,0	0,8	1,2

Esta distribuição vem demonstrar que o professor se assume, acima de tudo, como um agente de pedagogia eminentemente cultural. E são os professores mais idosos que parecem revelá-lo mais do que os outros, já que a frequência da abordagem de temas culturais nas conversas de professores com alunos aumenta com a idade, e cresce também no ensino primário e no ensino secundário, bem como na região de Lisboa.

A idade parece ser também uma clivagem determinante na abordagem de problemas religiosos, que é de facto feita sobretudo não só pelos professores mais idosos (acima dos 46 anos) e pouco pelos mais novos, mas também pelos professores do ensino primário e pelos professores do Sul. Aliás a frequência da abordagem destas questões religiosas aumenta nos escalões superiores de rendimento familiar.

Por seu turno a abordagem de questões políticas é privilegiada pelos homens e pelos professores dos graus cimeiros do sistema de ensino, mas

quase maciçamente recusada tanto pelos mais jovens como pelos mais idosos. Tal como a religião, a abordagem da política sobe com o rendimento familiar e nas regiões do Sul e também de Lisboa.

RELAÇÕES DISTANTES COM OS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

52. O contacto com os pais ou encarregados de educação dos alunos só é procurado e realizado quando os alunos têm problemas, para a maioria dos professores (52,7%). Só um pequeno número os contacta mensalmente (14,3%) e uma minoria o faz semanalmente (11,6%). São ainda 21,4% os que nunca estabelecem semelhantes contactos.

Os professores que mais contactam com os pais e encarregados de educação são precisamente os de maior idade, do Centro, Sul e Ilhas, e os professores dos primeiros graus de ensino, enquanto os mais novos, de Lisboa e do Norte, e os dos últimos graus de ensino são, pelo contrário, dos que menos o fazem.

RESUMO

A formação dos professores, que foi durante muito tempo predominantemente científica, tem vindo a ser progressivamente complementada por uma formação mais profissional, de tipo pedagógico, tanto teórica como prática.

A confirmá-lo está a opinião da grande maioria dos professores que, enquanto no início de carreira achavam que era melhor a preparação científica que a pedagógica, entendem agora que elas se equivalem.

A maioria dos professores equiparam por isso hoje em termos de importância a formação pedagógica à científica, e a formação prática à teórica, havendo ainda muitos até que consideram mais importante a formação pedagógica e a formação prática.

Também por isso são muitos os professores que frequentam cursos de formação ou especialização tanto científicos como pedagógicos. Os pedagógicos são mais frequentados pelos professores dos graus iniciais do sistema de ensino, enquanto os científicos congregam mais a frequência dos professores dos últimos graus do mesmo sistema.

Os principais organizadores desses cursos foram o Ministério da Educação (53,3%), o Sindicato (31,4%) e a Escola (29,5%). Todavia é sobretudo ao Ministério que os professores atribuem a responsabilidade maior de assegurar a formação contínua dos professores.

A progressiva valorização da pedagogia na formação dos professores contribuiu por certo para uma expressiva difusão entre os professores de uma concepção «crítica» da educação (que valoriza sobretudo na função educativa a criatividade, a iniciativa e a autonomia pessoal), de uma concepção evolutiva de escola, de uma concepção tolerante de autoridade do professor, de uma pedagogia para todos, aberta à vida e eminentemente cultural na sua dimensão extra-curricular. Mas não conseguiu diminuir as relações ainda distantes dos professores com os encarregados de educação.

V

REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES

O que pensa dos professores a opinião pública e o que pensam os professores de si mesmos são dois determinantes decisivos do *status* social dos professores. A auto-representação e a hetero-representação são assim indispensáveis instrumentos da determinação do estatuto socioprofissional dos professores.

Por isso se procedeu simultaneamente à recolha de opiniões sobre os professores e a sua profissão, junto dos mesmos, por um lado, e junto da opinião pública, por outro.

UMA OPINIÃO PRÓPRIA MAIS FAVORÁVEL QUE A ALHEIA?

53. A opinião sobre a preparação dos professores difere não só consoante se trata da opinião própria ou alheia, mas também varia com os níveis de ensino, e com o tipo de variáveis consideradas.

Analisando a representação que o grande público tem acerca da formação profissional do professor verificou-se desde logo uma opinião muito pouco assertiva relativamente ao que seria de esperar, situando-se 48% do público na opinião assim-assim.

Opinião do público (OP) e dos professores (PP) sobre: Preparação dos professores
Quadro 36

	Muito bem	Bem	Assim-assim	Pouco	Nada	Sem opinião
PP Educadores de Infância	2,9	29,9	22,3	2,9	0,9	41,1
PP Professores Primários	2,7	36,2	33,0	4,8	0,5	22,8
OP Professores Primários	3,4	35,4	47,9	9,4	0,3	3,5
PP Professores Preparatórios	1,4	27,2	38,9	6,6	0,8	25,1
OP Professores Preparatórios	2,9	33,5	48,7	10,7	0,3	3,8
PP Professores Unificados	0,8	22,9	41,4	7,4	0,9	26,6
PP Professores Secundários	1,0	26,6	40,8	7,7	0,6	23,3
OP Professores Secundários	3,0	32,5	48,3	11,7	0,4	4,1

É de destacar, curiosamente, a elevada percentagem de respostas «sem opinião» apresentadas pelos próprios professores quando se têm de pronunciar sobre os professores dos graus de ensino diferentes do dele. Isto revela que, de um modo geral, não há uma identidade do professor em sentido lato, mas sim uma identificação com o seu grupo de pertença a nível de grau de ensino.

Quadro 37 **Desempenho na profissão**

	Muito bem	Bem	Assim-assim	Pouco	Nada	Sem opinião
Educadores de Infância	3,7	32,0	23,6	1,3	0,2	39,1
Professores Primários	3,5	37,1	34,1	2,8	0,4	22,2
Professores Preparatórios	1,3	27,7	42,0	3,8	0,4	24,8
Professores Unificados	0,9	23,8	45,3	3,1	0,4	26,4
Professores Secundários	1,1	27,2	44,2	3,9	0,6	23,0
Opinião Pública – Geral	3,2	32,1	49,7	6,6	0,2	8,2

Como se pode verificar aquela identificação é amplamente positiva, ou seja, quando chamados a opinar sobre o seu próprio grau de ensino, os professores apresentam percentagens de respostas favoráveis superiores à dos outros professores. Esta auto-imagem positiva foi, no entanto, contrariada pelos professores do unificado que, relativamente a eles próprios, são mais críticos do que os outros professores.

Apesar da opinião pública não ter sido inquirida a respeito dos educadores de infância e, por isso, não haver termos de comparação, realce-se que são eles os que apresentam maior auto e hetero-valorização.

O restante público apresenta uma imagem mais favorável (37%) do que desfavorável (11%). Tendencialmente, é ao professor primário que é atribuída a imagem mais positiva e, por sua vez, ao professor do secundário a imagem mais negativa.

A análise da opinião sobre a competência profissional leva-nos ao mesmo tipo de constatações, na medida em que os resultados são muito equivalentes. Em certas faixas da população (nível de instrução baixo, *status* socioeconómico mais baixo e assalariados agrícolas) há uma imagem significativamente mais negativa sendo, assim veiculada uma imagem de professor mais consentânea com as expectativas das camadas de estatuto socioeconómico e cultural médio e superior.

Este facto leva-nos a reflectir sobre a não adequação da escola e, por conseguinte, do papel do professor face às camadas mais desfavorecidas. Provavelmente, a camada da população que menos usufruiu de uma educação escolar, ou que nela foi mais penalizada, tende a atribuir este facto à falta de preparação e competência dos professores.

É interessante verificar que há diferenças consideráveis, ao nível das representações, entre quem tem e não tem filhos em idade escolar, no sentido em que os primeiros são mais favoráveis.

Analisando as regiões do país, encontramos diferenças de opinião sobre a preparação e competência dos professores. Assim, realçamos alguns aspectos mais significativos:

**Opinião do público e dos professores de diferentes graus de ensino
sobre a preparação dos professores por grau de ensino**

Quadro 38

Questões Inquiridos Prof. e OP	Opções	Graus de ensino				
		Pré- -Primário	Primário	Prepara- tório	Unifi- cado	Secun- dário
Prof. do • Pré-Primário	Muito bem/Bem	58,4 *	32,5	17,7	14,5	16,6
	Assim-assim	39,4 *	37,9	42,1	42,6	39,4
	Pouco/Nada	0,4 *	4,3	5,1	6,4	7,6
	S/Opinião	1,8 *	22,7	35,1	36,4	36,4
Prof. do Primário	Muito bem/Bem	38,1	48,0 *	14,0	12,1	13,7
	Assim-assim	25,0	42,5 *	35,7	35,2	36,4
	Pouco/Nada	3,5	4,3 *	1,3	11,5	10,2
	S/Opinião	33,4	5,3 *	38,7	41,3	39,7
Prof. do Preparatório	Muito bem/Bem	28,2	30,1	49,8 *	28,2	29,6
	Assim-assim	16,4	32,4	43,9 *	40,0	38,1
	Pouco/Nada	3,7	7,1	0 *	9,0	9,1
	S/Opinião	51,6	30,4	4,2 *	22,7	23,3
Prof. do Unificado	Muito bem/Bem	29,8	38,3	31,2	25,3 *	23,9
	Assim-assim	16,9	30,5	51,3	49,9 *	47,1
	Pouco/Nada	11,0	6,0	0	13,0 *	14,7
	S/Opinião	42,3	25,2	11,7	11,8 *	14,3
Prof. do Secundário	Muito bem/Bem	26,7	36,2	30,6	33,8	42,5 *
	Assim-assim	21,4	23,4	37,3	47,5	46,5 *
	Pouco/Nada	3,9	5,3	0,9	4,5	5,4 *
	S/Opinião	48,0	35,0	25,1	14,2	5,5 *
Opinião Pública	Muito bem/Bem		38,8	36,4		35,5
	Assim-assim		47,9	48,7		48,3
	Pouco/Nada		9,7	11,0		12,1
	S/Opinião		3,5	3,8		4,1

* Quando os professores se referem à sua própria classe, ou seja, ao seu próprio grau de ensino

Quadro 39

Formação profissional			Competência profissional	
Muito boa/ Boa	Açores	65	Açores	64,4
	Madeira	64,8	Interior/Centro	40,3
	Grande Lisboa	42,6	Grande Porto	40,2
	Grande Porto	42,5		
	Interior/Sul	23,6		

Comparando a opinião pública com a opinião dos professores sobre a sua preparação e competência profissional, verificamos que de um modo geral estes são menos optimistas, relativamente a qualquer grau de ensino.

Numa análise mais detalhada da auto-representação dos professores, constata-se que ao professor primário é atribuída uma imagem mais positiva relativamente aos restantes e que, por outro lado, o professor do unificado é mais desvalorizado, quer em termos de preparação quer de desempenho profissional.

Feita uma comparação entre as respostas acerca das questões da preparação e do desempenho profissional, verificou-se que as diferenças são desprezíveis, havendo uma organização das respostas muito semelhante.

Relativamente às variáveis situação activa e idade, verifica-se que os professores no activo são mais favoráveis ao nível da formação e desempenho profissional do que os reformados, da mesma forma que os mais novos relativamente aos mais velhos. Sobretudo a partir dos 56 anos há uma nítida mudança de opinião evidente a partir das baixas percentagens de resposta Bem/Muito Bem, em comparação com os professores mais novos.

Em contrapartida, a opinião dos professores, quando se comparam os de hoje com os de antigamente, reflecte uma visão mais optimista.

**Opinião pública e dos professores sobre a comparação
dos actuais com os antigos professores em várias questões**

Quadro 40

	Competência		Atenção problemas familiares alunos		Responsabilidade profissional		Participação vida local		Capacidade despertar interesse	
	Públ.	Prof.	Públ.	Prof.	Públ.	Prof.	Públ.	Prof.	Públ.	Prof.
Mais	27	35,5	39,6	80,9	27,2	35,5	43,9	80,7	38,2	79,0
Iguais	36	38,7	33,7	—	38,8	—	33,9	—	41,9	—
Menos	35,4	14,0	24,7	10,1	31,3	29,0	19,5	8,6	18,1	7,2
NS	1,7	11,8	2,0	9,1	2,6	35,4	2,6	10,6	1,9	13,9

Curiosa é a diversidade de opiniões relativamente aos diferentes graus de ensino sobre a existência de uma idade ou de um sexo ideal para se ser professor. Os professores, sustentam maioritariamente a igualdade de sexos, embora se inclinem para opinar mais favoravelmente sobre as mulheres como professores, principalmente a nível do ensino pré-escolar (41,4%) e primário (17,5%). Em termos etários, também os professores consideram mais do que o público a existência de uma idade ideal, que é, para eles, mais a dos 20-30 anos, enquanto para o público ela se situa entre os 31 e 40 anos.

**Opinião pública e dos professores acerca de uma idade
e de um sexo ideais para se ser professor**

Quadro 41

	Idade		Preferência	Sexo				
	Público	Professores		Público	Professores			
					Pré-escolar	Primário	Preparatório	Secundário
Não	58,2	48,8	F	9,4	41,4	17,5	3,7	1,1
Sim	41,7	51,2	M	5,9	0,3	1,8	2,2	3,6
20-30	34,5	53,1	F = M	83,6	52,0	76,8	89,0	90,2
31-40	58,5	44,7	NS	1,1	6,4	3,8	5,1	5,0
— 40	6,7	2,3						
NS	0,1							

Também a maioria dos professores é de opinião que é indiferente ser casado e ter filhos para se ser bom professor, embora se registe uma maior tendência para valorizar a existência de filhos.

Quadro 42

	Ser casado	Ter filhos
Melhor	17,9	38,3
Indiferente	59,4	44,3
Pior	16,6	11,2
NS	6,1	6,3

SOBRE O QUE FAZ UM BOM PROFESSOR

54. As opiniões sobre os factores mais ou menos importantes para se ser um bom professor, apesar de bastante próximas, têm contudo curiosas diferenças consoante se trate da opinião do público ou dos professores.

Ambas valorizam acima de tudo a vocação ou gosto para ensinar e a preparação profissional. Mas já divergem quanto ao terceiro factor: enquanto os professores valorizam a remuneração, que o público tende a minimizar, este último sublinha a importância da manutenção do respeito e disciplina e o não faltar às aulas, que os professores por seu lado valorizam muito menos. Da mesma maneira, enquanto as aulas interessantes são sobretudo defendidas pelos professores como factor positivo, o público acentua mais a importância da exigência e da experiência dos professores. É curioso salientar que quer a opinião pública quer os professores menosprezam em elevado grau factores como participação na vida local, ser natural da comunidade, conviver com os alunos fora da escola e participação activa na gestão da escola. Verifica-se pois que a condição de ser bom professor está estreitamente ligada a aspectos intrínsecos deste quer no sentido académico estrito quer no sentido de vocação, sendo pouco ou nada valorizados aspectos ligados ao envolvimento e participação na comunidade.

Factores importantes para se ser bom professor

	Professores		Público	
	Mais	Menos	Mais	Menos
Gostar de ensinar	76,0	0,4	58,4	1,0
Boa preparação profissional	65,5	0,3	59,9	1,1
Ser bem pago	45,2	8,7	10,9	24,6
Dar aulas interessantes	24,7	1,5	14,8	3,7
Ser justo e imparcial	16,6	1,9	14,5	3,4
Boas instalações escolares	16,6	6,9	15,6	7,4
Saber manter respeito e disciplina	15,6	3,1	35,8	2,2
Ser capaz de dialogar com pais	8,3	3,6	11,3	5,3
Não faltar às aulas	8,1	4,6	22,3	4,5
Ser exigente	5,0	11,8	19,2	11,5
Ser bom camarada	4,0	8,7	—	—
Dar liberdade aos alunos	2,8	10,7	3,4	23,9
Participar activamente na gestão da escola	3,0	24,5	1,7	17,7
Conviver com alunos fora da escola	2,1	20,0	4,8	25,2
Ter muitos anos de experiência	1,9	30,9	11,6	22,4
Ser culto e falar bem	1,8	19,2	7,2	10,0
Ser natural da comunidade	1,4	54,7	1,5	46,8
Participar na vida local	1,3	25,8	1,3	35,8
Ter sido bom aluno	0,3	54,7	3,1	30,6

As expectativas do grande público são de um modo geral consentâneas com a imagem que os professores veiculam sobre o que é ser bom professor.

Também acerca do ser ou não bom professor, os professores têm uma ótima imagem de si próprios. A grande maioria acha, de facto, que os factores classificados como mais importantes para se ser bom professor, se encontram «sempre» (10,1%) ou «na maioria dos casos» (57,1%) na generalidade dos professores. E 17,8% ainda considera que tais qualidades se encontram «em metade» deles.

Em contrapartida, a nível da opinião pública a imagem do professor é francamente mais pessimista. Assim, apenas 24% dos inquiridos considerou que os 3 factores classificados como mais importantes para se ser bom professor estão presentes «sempre» ou «na maioria dos professores»; 29,4% referem que estão ausentes na totalidade ou na maioria dos casos e 46,7% considera que só estão presentes em metade dos professores.

Este auto-elogio profissional é reforçado pela boa opinião que os professores têm da importância da profissão na sociedade portuguesa. A avaliação positiva desta importância é partilhada por 64,5% (42,2% nas posições cimeiras de 8 a 10 da escala decimal de prestígio, e 22,3% nas posições 6 a 7), e a negativa por 34,7% (24,6% nas posições 4 e 5 e 10,1% nas de 1 a 3). O ser reformado, do ensino particular, e dos primeiros graus de ensino, bem como a idade, parecem ser factores que favorecem essa avaliação positiva, que sobe aliás nas regiões do Centro e do Sul. A opinião negativa é, por seu lado, mais partilhada pelos mais jovens professores e pelos professores do preparatório e do unificado, e do Norte.

Equacionando agora aspectos mais ligados ao estatuto socioprofissional do professor, ressalta aqui que, face à opinião pública, os professores são nitidamente mais assertivos ao pronunciarem-se sobre a profissão de professor em si, verificando-se também uma discrepância acentuada entre as imagens transmitidas pelos dois grupos de inquiridos.

Os professores parecem não assumir a conotação social prestigiante que o público atribui ao seu estatuto socioprofissional, manifestando os primeiros um nítido «desencanto» face à sua profissão. Tal facto, é traduzido pelos professores quer ao concordarem que «ser professor não compensa» (53,5% vs 18,7% no público), «gostava que um filho meu fosse professor» (18,8% vs 43,9% no público) e «ser professor é socialmente prestigiante» (24,7% vs 40,5% no público), quer ao discordarem que «há muitas vantagens em se ser professor» (47,5% vs 22,6% no público).

No entanto, é curioso verificar que 59% dos professores referem que «não se importam de ser professores» vs 39,3% do público quando se lhe coloca a mesma questão, assim como o sentido «especial» que atribuem à sua profissão não a considerando «uma profissão como qualquer outra» (57,3% vs 33,5% do público).

Constata-se que nem sempre se encontram nos professores relações de coerência entre os diferentes níveis de representação de si próprios, designadamente entre dimensões de nível intrínseco (qualidades profissionais e pessoais) e de nível extrínseco (estatuto socioprofissional, prestígio social, etc.).

Será que a atitude geral que sustem a organização dimensional das opiniões sobre a profissão em si traduzirá efectivamente a auto-imagem aparentemente tão negativa que é manifestada pelos professores? Ou será mais o reflexo da imagem construída pelos professores acerca da imagem que a sociedade tem deles?

O estatuto socioprofissional do professor
Dados em (%)

Quadro 43

	Imagem favorável *		Não concorda nem discorda		Imagem desfavorável **	
	Profes-sores	Opinião pública	Profes-sores	Opinião pública	Profes-sores	Opinião pública
1 «Ser professor é das melhores profissões do mundo»	27,8	19,2	23,8	34,7	46,4	46,1
2 «Há muitas vantagens em se ser professor»	36,3	32,9	13,7	44,5	47,5	22,6
3 «Não me importo de ser professor» «Não me importava de ser professor»	59,0	39,3	10,9	31,9	25,5	28,7
4 «Ser professor não compensa»	34,2	39,6	9,8	41,1	53,5	18,7
5 «Ser professor é socialmente prestigiante»	24,7	40,5	15,9	44,0	57,4	15,3
6 «Gostava que um filho meu fosse professor»	18,8	43,9	33,5	41,5	26,3	14,4

* Imagem favorável: Agregam-se as categorias: «Concordo totalmente» e «Concordo em grande parte»

** Imagem desfavorável: Categorias: «Discordo totalmente» e «Discordo em grande parte»

Na frase 4 inverte-se a agregação dado que a conotação é de sentido inverso ao das restantes frases.

Teria sido interessante neste estudo a introdução de questões que permitissem uma análise mais fina sobre o que os professores pensam ser a imagem da sociedade face ao papel e estatuto dos próprios professores.

A representação que a opinião pública tem sobre as motivações subjacentes e suas consequências ao ser professor permite-nos confirmar alguns aspectos que já focámos anteriormente.

Relação entre a escolha da profissão de professor e características do seu desempenho segundo a opinião pública

Quadro 44

	Imagem favorável	Imagem «indefinida» (neutra)	Imagem desfavorável
São professores porque não conseguem arranjar outra profissão melhor	57,0	28,2	14,2
São professores porque gostam de ensinar	59,4	32,2	6,3
Professores são pessoas dedicadas aos seus alunos	47,0	41,1	11,2
Professores são pessoas sem imaginação ... forma rotineira com a sua profissão	61,0	28,5	9,7
Professores reflectem todos os vícios do mau funcionário público	69,1	22,6	4,9
Professores dedicam-se ao ensino porque têm vocação	49,8	36,5	11,2
O que mais interessa ao professor é receber o ordenado ao fim do mês	36,5	41,7	19,9
Professores escolheram ... porque lhes dá prazer e prestígio social	38,8	46,2	13,4
Professores dedicam-se bastante à sua missão de ensinar, para lá daquilo que o Estado lhes paga	35,6	45,1	17,3
Professores ensinam porque isso lhes permite realizarem-se como pessoas	12,8	40,0	44,5
O principal objectivo dos professores é o desenvolvimento pessoal e humano dos seus alunos	50,0	42,3	6,0

Pela análise estatística multivariada (componentes principais) encontramos dois grandes núcleos agregadores de estrutura subjacente das questões colocadas. Há um conjunto de factores extrínsecos à profissão de conotação socialmente negativa como, exercício da profissão de professor «por não arranjar outra melhor», «actuação rotineira e sem imaginação», «reflexo dos vícios dos maus funcionários públicos», factores esses que o público na sua maioria rejeita atribuir aos professores.

Por sua vez, segue-se a atribuição de factores intrínsecos ao conteúdo da profissão, estes de conotação positiva, especialmente ligados ao gosto de ensinar, à vocação e realização pessoal assim como ao interesse pelo desenvolvimento humano e pessoal dos alunos.

A discrepância entre a imagem da opinião pública e dos próprios professores poderá estar na base de dificuldades tantas vezes encontradas na experiência quotidiana quanto ao relacionamento pais/professores.

OPINIÃO COMPARADA SOBRE A PROFISSÃO

54. A opinião pouco favorável da profissão em si, apesar de os professores se acharem como bons profissionais, e apesar de terem a profissão como importante para a sociedade portuguesa, é confirmada pela opinião comparada de profissões. Ser professor, sobretudo do secundário, é das profissões menos consideradas não só pelos próprios como pelo público.

Profissões mais consideradas socialmente

Quadro 45

	Professores (as 3 mais consideradas)	Público (a mais considerada)
Médico	79,2	49,6
Deputado	38,8	13,9
Advogado	33,3	4,1
Empresário	27,8	3,1
<i>Prof. Universitário</i>	27,0	4,0
Jogador Futebol	14,8	1,1
Engenheiro	13,9	2,6
Cientista	12,9	5,1
Oficial FA	10,0	1,6
Economista	8,5	0,1
<i>Prof. Primário</i>	7,2	2,6
Locutor da TV	5,4	1,3
Arquitecto	4,4	2,9
Psicólogo	3,4	0,6
<i>Prof. Secundário</i>	3,1	1,0
Informático	2,5	0,7
Operário especializado	1,9	0,5
Jornalista	1,6	0,9
Enfermeiro	1,2	1,5
Empregado escritório		0,1
		100,0

Embora os valores anteriormente apresentados quanto às profissões mais consideradas socialmente pelos professores e pelo público não possam ser directamente comparadas, podemos verificar que a posição relativa que cada profissão ocupa numa escala de ordem de prestígio é muito equivalente nos dois casos. Mais uma vez, se evidencia o maior prestígio atribuído ao professor do ensino primário quando comparado com o do secundário, principalmente segundo a opinião dos professores.

A atribuição de maior prestígio ao Professor Primário a nível do público encontra-se entre os grupos etários mais idosos (46-55 anos), os níveis de habilitação literária mais altos (universitários e com o 7.º ano ou equivalente) e quem tem filhos em idade escolar. As regiões Açores, Madeira, Algarve e Grande Lisboa são também quem mais prestigia o Professor Primário.

RESUMO

Os professores têm em geral uma auto-imagem positiva, que se refere contudo não tanto aos professores em geral, mas aos professores do grau de ensino a que pertencem. Essa imagem que os professores têm de si mesmos é mais favorável que a imagem que deles tem a opinião pública, que atribui a imagem mais positiva aos professores primários. A imagem mais negativa prevalece em camadas de população mais desfavorecidas.

Quando comparados com os professores de ontem, os professores de hoje têm de si uma visão mais optimista, bem mais positiva aliás que a opinião comparada do público sobre eles.

Público e professores coincidem sobre os factores mais ou menos importantes para se ser um bom professor, já que ambos valorizam acima de tudo a vocação ou gosto de ensinar e a preparação profissional. Os professores contudo valorizam também mais a remuneração, enquanto em vez disso a opinião pública sublinha a exigência e a experiência dos professores.

Quanto à existência dessas condições para se ser bom professor, os próprios professores são mais optimistas que a opinião pública, ao julgá-las mais presentes do que ausentes na maioria dos professores. Este auto-elogio profissional é reforçado pela boa opinião que os professores têm da importância da profissão na sociedade.

Já quanto ao estatuto socioprofissional os professores parecem não assumir a conotação social prestigiante que o público lhe atribui. Nem sempre se encontram pois nos professores relações de coerência entre os diferentes níveis de representação de si próprios, designadamente entre dimensões de nível intrínseco (qualidades profissionais e pessoais) e de nível extrínseco (estatuto socioprofissional, prestígio social, etc.).

A discrepância entre a imagem da opinião pública e dos próprios professores poderá estar na base de dificuldades tantas vezes encontradas no relacionamento quotidiano entre pais e professores.

A opinião pouco favorável da profissão em si, apesar de os professores se acharem como bons profissionais e apesar de terem a profissão como importante para a sociedade portuguesa, é confirmada ainda pela opinião comparada de profissões. Ser professor, sobretudo do secundário, é das profissões menos consideradas, não só pelos professores como pelo público.

VI

O ESTATUTO SOCIOPROFISSIONAL E A CARREIRA DOS PROFESSORES

55. O estatuto socioprofissional de uma actividade depende sobretudo do prestígio de que goza socialmente ou do reconhecimento público que lhe é tributado. Da convicção por parte dos próprios professores do prestígio da sua profissão depende em boa parte a consistência desse prestígio junto do público.

UMA AVALIAÇÃO PESSIMISTA DA EVOLUÇÃO DO PRESTÍGIO DOS PROFESSORES

56. A opinião mais generalizada dos professores é a de que o prestígio da sua profissão piorou (69,7%), sendo apenas de 16,9% a percentagem dos que, contrariamente, julgam que ele melhorou, e de 9,1% a dos que entendem que permanece idêntico de há 15 anos a esta parte.

Este maioritário pessimismo é porém mais acentuado entre os professores no activo (70,7%) do que entre os reformados (60,9%), mais sentido pelos professores do sexo masculino (74,8%) do que pelos do sexo feminino (67,2%), e mais agudo entre os professores do ensino oficial (72,9%) do que entre os do ensino particular e cooperativo (50%). Os mais optimistas (16,9%) são curiosamente os de idade mais avançada — isto é de 46 a 55 anos (25,6%) e superior a 56 anos (21,6%).

Esta opinião distribui-se desigualmente pelos vários graus de ensino. O pessimismo encontra expressões elevadas nos professores do preparatório (75,4%) e sobretudo nos do unificado (79,3%) e do secundário (80,2%). O optimismo, embora nunca maioritário, aumenta consideravelmente nos professores do pré-escolar (36,5%) e nos professores primários (28,11%).

Do ponto de vista regional, a percepção de que o prestígio dos professores tem piorado nos últimos 15 anos agudiza-se no Norte (70,0%) e no Centro (75%) do país, e é menor em Lisboa (67,6%), no Sul (62,6%) e nas Ilhas (59,4%). Da mesma maneira, é nestas últimas regiões que sobe a percentagem dos que acham que o prestígio melhorou, e também a dos que entendem que ele ficou na mesma.

O pessimismo parece não ser influenciado uniformemente pelo nível de rendimento do agregado familiar. São os professores com rendimentos intermédios que mais acentuam a sua opinião negativa sobre a evolução do prestígio da própria profissão.

Outros factores que parecem favorecer o pessimismo sobre a evolução do prestígio dos professores são a conjugalidade endogâmica (78% dos professores casados com professoras são de opinião que o prestígio próprio piorou), o nível de habilitações dos professores (quanto mais elevado é, maior é a percentagem de pessimistas), a baixa religiosidade (à medida que esta desce sobre o pessimismo), posições políticas de esquerda (quanto mais à esquerda maior o número de pessimistas), e ainda o pertencer aos grupos disciplinares de línguas (86,1%) ciências sociais (84,3%) e humanas (80,2%).

Em contrapartida, factores que favorecem o optimismo parecem ser a maior antiguidade (mais de 11 anos) no serviço (20,9%), a baixa posição social do Pai (20,8%), o catolicismo e a religiosidade, posições políticas de direita, e a consciência de ser um professor de sucesso.

Também algumas condições precárias de exercício da profissão, tais como ter uma morada transitória, viver em quartos ou pensões, e a cada vez maior distância do local de trabalho, fazem crescer o pessimismo, que atinge elevadas percentagens sobretudo entre professores que acumulam, e entre os professores provisórios em geral.

Do ponto de vista das vias de profissionalização, os mais pessimistas são os que fizeram a formação em serviço (87,7%), os que fizeram o estágio clássico (78,5%), a profissionalização em exercício (76,4%) e os que tiraram licenciaturas em ensino (75,1%). Pelo contrário, os mais optimistas são precisamente os que fizeram a opção de ser professor ao começar os seus estudos superiores, isto é, os licenciados em ramo educacional (19,0%), e os diplomados pelas escolas de magistério infantil e primário (29,4% e 26,6%, respectivamente), apesar de ainda maioritariamente pessimistas.

OPINIÃO SOBRE OS FACTORES DA DEGRADAÇÃO DO PRESTÍGIO DOS PROFESSORES

57. Mas se interessa saber a opinião dos professores sobre a evolução do seu prestígio, e como essa opinião se distribui segundo algumas variáveis sociais, interessa também saber a opinião deles sobre os factores que mais têm determinado essa evolução.

Assim, entre os factores do optimismo, surgem como mais referidos, e por ordem decrescente, a «qualidade da formação dos professores» (referida por 46,6%), o «investimento dos professores na profissão» (30,3%), «a relação entre os professores» (25,5%), «a segurança de emprego» (23%) e «razões salariais» (20,5%). Estas duas últimas razões são sobretudo apresentadas por professores reformados, e são crescentemente invocadas à medida que sobe a idade. As «razões salariais» aumentam do Norte para o Sul e Ilhas. A «segurança de emprego» é também mais referida por homens que por mulheres, ao contrário das demais razões principais.

A «qualidade da formação dos professores» é particularmente sentida como principal factor do optimismo quanto à evolução do prestígio dos professores, pelos profissionais do ensino particular (61,6%), do pré-escolar (58,9%) e do

primário e muito menos pelos professores de Lisboa (41,4%), do ensino secundário (38,3%) e pelos reformados (35,4%).

58. Entre os factores do pessimismo avultam de longe, e em primeiro lugar, as «razões salariais» (60,4%) e a mobilidade geográfica (55,5%), logo seguidas pela diminuição da autoridade nas escolas (37,6%), pelas diversas condições de funcionamento das escolas (28,8%) e pela segurança de emprego (28,7%).

Enquanto os mais novos professores insistem mais fortemente nas «razões salariais» e na «mobilidade geográfica», como causas principais do que consideram perda de prestígio, os mais idosos, e especialmente os reformados, tendem a sublinhar, progressivamente com a idade, a «diminuição da autoridade nas escolas» como causa principal da perda de prestígio da profissão.

As «razões salariais» são grandemente referidas, além dos mais novos, também pelos professores do ensino oficial (64,8%) pelos professores do preparatório (66,3%), do unificado (67,6%) e sobretudo do secundário (74,2%). Em contrapartida, os professores do primário invocam mais a «diminuição da autoridade nas escolas» (44,9%), a par das «razões salariais» (44,4%) também.

Regionalmente, enquanto o Norte privilegia a invocação de «razões salariais» (63,2%), o Centro insiste mais na «mobilidade geográfica» (63,9%), enquanto o Sul e Ilhas sublinham mais fortemente do que os outros a «diminuição da autoridade nas escolas» como responsáveis pela diminuição do prestígio social dos professores.

UM SENTIDO DE PERTENÇA PROFISSIONAL EMINENTEMENTE ESCOLAR

59. Como vimos anteriormente, os professores assistiram, com a crescente actualização do ensino, à progressiva «funcionalização pública» do estatuto profissional. Esta progressiva concepção como «patrão», e não apenas como «tutela» administrativa, terá motivado porventura em parte a sobrecarga de responsabilidades do Ministério por parte dos professores em matéria de formação.

Interessava depois disto perceber o grau de pertença ou de identificação profissional dos professores, designadamente se esse sentimento de pertença se tinha ou não também burocratizado ou administrativizado, ou se, pelo contrário, prevalecia o sentimento comunitário de identificação institucional com a Escola. A maioria (58,4%) respondeu sentir-se pertencer antes de mais, e em primeiro lugar, à «escola onde trabalha», e só 27,2% se dizem do «Ministério da Educação». Houve ainda pequenas percentagens de professores que referiram a disciplina (4,9%) e o grau de ensino (3,9%) como pertença prioritária. Ninguém referiu, nesta perspectiva, a pertença partidária.

A desproporção entre a «Escola» e o «Ministério» desaparece curiosamente nos professores reformados, que passam a sentir-se equivalentemente tanto de uma (43,2%) como de outra (41,6%), e acentua-se entre as professoras, que reforçam mais a pertença à Escola (61,2%) do que ao Ministério (25,6%), ao contrário dos professores do sexo masculino.

A identificação dos professores como funcionários públicos aumenta porém gradualmente com a idade, é mais expressiva no ensino primário (34,8%) e na região Norte (31%) e entre os professores de direita (29,5%), católicos (32,5%), viúvos e separados (40,5%) e (36,2%), que vivem sozinhos (38,9%) ou sem pessoas de família (32,6%), em moradas transitórias (33%) e em condições habitacionais mais deficientes e a maior distância da escola, e entre os professores de mais baixo rendimento médio familiar (30,3%). Esta identificação «burocrática» tende a aumentar progressivamente com a diminuição da dimensão da escola e das turmas. O isolamento ou ausência de comunidade profissional local parece assim fornecer a identificação administrativa.

A identificação com a Escola sobe, no ensino particular (68,3%), no ensino pré-escolar (67%), entre os professores de esquerda (61,5%), de mais elevado rendimento familiar (70,7%) e mais elevadas habilitações, e nos professores do Centro e de Lisboa, pertencentes sobretudo aos grupos de Ciências Exactas (66,7%) e Ciências Humanas (67,1%).

As identificações com a disciplina que se ensina, com o grau de ensino em que se está ou com a escola onde se formou, conhecem maiores percentagens entre os professores mais jovens ou com pouca antiguidade no serviço.

EXPECTATIVAS POSITIVAS PERANTE O NOVO ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE

60. As opiniões positivas acerca dos efeitos do novo estatuto da carreira docente sobrepõem as opiniões negativas. São mais os professores que acham que ele irá aumentar o prestígio (46,9%), a competência (44,3%), que não irá aumentar a insegurança (31,3%), do que o contrário. Mas também são mais os que acham que ele vai gerar concorrência (39,3%) do que o contrário.

Os reformados revelam desconhecer maioritariamente os impactos do estatuto, quer no que se refere ao prestígio (50,2%), à competência (54,2%), à insegurança (60,5%) e à concorrência (60,2%). E enquanto os professores do sexo masculino privilegiam o aumento do prestígio (49,9%) e a promoção da competência (47,8%), as professoras sublinham mais do que os seus pares a insegurança (31,7%) e a concorrência (41,7%).

A idade parece determinar significativamente a evolução desta opinião. Quanto mais novo se é, menos se acredita que o estatuto promova o prestígio e a competência dos professores, mas também menos se crê que ele fomente a insegurança e a concorrência.

Os mais cépticos ou inseguros quanto à melhoria do prestígio ou da competência, ou quanto à diminuição da insegurança, promovidos pelo estatuto, são os professores do unificado e do secundário, por um lado, e os do pré-escolar, por outro. Os mais optimistas são os do ensino primário, que em todo o caso reconhecem os efeitos de maior concorrência.

Parecem ser os professores de Lisboa, e os de mais elevado rendimento médio familiar, os mais optimistas quanto ao acréscimo do prestígio e competência, e quanto à diminuição da insegurança e da concorrência, que o novo

DEFESA DE UM MODELO DE CARREIRA ABERTO, COM PROGRESSÃO POR AVALIAÇÃO

61. As concepções sobre o modelo de carreira a adoptar no futuro interessavam também particularmente para perceber as expectativas profissionais e a abertura a uma mudança de modelo, já que os professores constituem a única carreira pública não selectiva, onde apenas se progride por antiguidade.

Perguntou-se assim se os professores preferiam um modelo aberto e cilíndrico, em que todos pudessem chegar ao topo da carreira, ou um modelo fechado e piramidal, em que apenas alguns, mais qualificados, podiam atingir a posição mais elevada da carreira.

O inquérito revelou que a maioria dos professores (55,7%) é defensora do modelo actual, ou seja, da possibilidade de todos chegarem ao topo da carreira. Esta modalidade de carreira é particularmente mais defendida pelos professores do sexo feminino (59,4%) que pelos do sexo masculino (48%), mais pelos professores do ensino oficial (57,8%) que do particular (52,9%), e mais pelos professores primários (68,8%) que pelos demais. E essa defesa cresce ainda entre os professores à medida que a idade avança (até aos 55 anos), à medida que diminui a dimensão quer da escola quer da turma, e que da esquerda política se passa para a direita (51,4 para 58,4%). É uma posição especialmente defendida pelos professores de mais baixas habilitações (66% dos que só têm o secundário e 67,7% dos que têm cursos de Magistério), pelos que estão em dedicação exclusiva (59%), pelos professores de Artes Visuais (67,7%) e pelos que moram mais longe da escola (62,2% dos que demoram de 1 a 2 horas e 76,2% dos que levam mais de duas horas a chegar à escola).

Contrariamente, o modelo fechado e piramidal, defendido apenas por 36,9% dos professores, é maioritariamente apoiado pelos reformados (50,4%) e encontra maior acolhimento no sexo masculino (42,8%) que no feminino (34,2%), entre os de estrato social mais elevado (40,4 e 47,2% de estrato alto e médio alto, e médio superior) e de mais elevadas habilitações (48,9% dos licenciados), entre os de mais elevada colocação na escala do auto-prestígio e também pelos professores provisórios (45,2% dos que têm vínculo e 41,7% dos que não têm vínculo). É uma posição que tanto os mais idosos (48,5%) como os mais jovens (45,8%) professores maioritariamente acolhem. A sua aceitação aumenta até na medida em que decresce a idade (a partir dos 55 anos) e a antiguidade no serviço, e também à medida que sobe o rendimento médio das famílias dos professores. Em termos de grau de ensino, os professores do unificado (47,9%) e do secundário (47,6%) defendem-no até mais que o modelo cilíndrico (44,3% para os dois graus). É também uma preferência dos professores solteiros (40,4%) e separados (45%), dos que vivem sozinhos (41,6%), do que não têm filhos (40,9%), e simultaneamente também dos professores ateus (48,2%) e de esquerda (41,4%), bem como ainda em especial dos professores de Ciências Sociais (58,8%).

62. Esta defesa maioritária do actual modelo cilíndrico e aberto é porém corrigida pela defesa de um modelo onde à antiguidade se deve aliar a competência (68,4%) e por uma forte opinião de que a progressão na carreira se deve fazer dando maior peso à avaliação (37,5%) do que à antiguidade (30,9%). A defesa da modalidade actual, segundo a qual a progressão se faz por pura

antiguidade, só encontra 13,1% de concordantes, assim como a progressão por pura avaliação só recolheu 8,2% de apoios.

Os defensores da pura antiguidade como critério de progressão na carreira são sobretudo do sexo feminino (15%) e dos estratos etários mais idosos (dos 36 em diante), do ensino primário (22,2%) politicamente de direita (18,2%) e regionalmente de Lisboa (16,4%). É uma posição que cresce entre os professores em dedicação exclusiva (14,1%), já profissionalizados e efectivos (15,8%), mas também entre os professores com piores condições habitacionais: em morada transitória (15%), a viver em quarto alugado ou pensão (15,3%) e longe da escola (15,1% dos que estão de meia a uma hora da escola; 22,8% a 1-2 horas; 19,5% a mais de duas horas).

Os defensores da pura avaliação são sobretudo do ensino particular (16,3%), do escalão etário mais jovem (14,1% dos que têm até 25 anos), dos provisórios, do ensino unificado (14%) e pré-escolar (14,7%), dos de rendimento médio familiar mais baixo (10,3%), e das regiões do Sul (14,%) e das Ilhas (15,1%).

Os que defendem a intervenção de ambos os factores, embora dando mais peso à avaliação do que à antiguidade (37,5%), são sobretudo do sexo masculino (41,7%), do ensino particular (43,3%), da região Centro (42,3%), e dos mais jovens (54,1% até aos 25 anos) e dos menos antigos no serviço (44,2% até 2 anos e 46,8% de 3 a 5 anos de serviço). Esta opinião decresce aliás progressivamente à medida que a idade aumenta até aos 55 anos. E cresce em termos percentuais à medida que aumenta a dimensão da escola e dos alunos e também à medida que se sobe nos graus de ensino. Por isso os professores do unificado (42,5%) e do secundário (48,1%) sustentam maioritariamente esta posição tal como aliás também os professores de mais elevado nível de habilitações. Contrariamente, os professores primários e do preparatório são os que defendem maioritariamente (33% e 35,6%) que se dê maior peso à antiguidade, bem como os de família de maior rendimento médio (42,5%).

O maior peso à avaliação encontra ainda maior apoio entre os professores não profissionalizados, mas também entre professores mais à esquerda (43,3%), e entre os que acumulam com actividades fora da educação (62,5%) e que consideram a docência como menos importante actividade (58,5%). Deste grupo de apoiantes da avaliação constam ainda os professores solteiros (41%), separados (47,5%) e que não têm filhos (40,9%).

O maior peso à antiguidade recolhe opinião mais elevada de professores com mais anos de serviço (34,7%), dos que acumulam com outras actividades educativas (40,1%), e dos professores casados (33,8%) e que vivem em casal (36,3%), especialmente dos casados com outros professores (36,9%) e ainda dos que têm filhos em idade escolar (35,4%).

UMA AVALIAÇÃO MAIS PROFISSIONAL DO QUE ADMINISTRATIVA

63. Uma vez aceite maioritariamente o princípio da introdução de mecanismos de avaliação para a progressão na carreira, interessava saber a opinião sobre a forma, a matéria e os agentes dessa avaliação.

Quanto à forma, as opiniões dos professores repartem-se entre ela ser obrigatória para todos (43,1%) e apenas para quem a solicite (43,7%).

Os partidários desta avaliação facultativa são sobretudo professores do activo (46%) e do sexo feminino (46,8%), do ensino oficial (48,1%) e primário (53,7%), da região Norte (46,2%) e de idades intermédias, sobretudo entre os 36 e os 45 anos (52,2%).

Em contrapartida os defensores do maior peso à avaliação obrigatória são sobretudo professores reformados (66,6%), do sexo masculino (53,2%), tanto pertencentes ao estrato etário mais idoso (58% dos que têm mais de 56 anos) como ao mais jovem (50,4% dos que têm até 25 anos), do ensino particular (55,3%), do pré-escolar (58%), mas também do preparatório (45,2%), do unificado (53%) e do secundário (49,9%). Esta opinião cresce aliás com o aumento da dimensão da escola e da turma.

Quanto à matéria sobre a qual deve incidir a avaliação, os professores privilegiam primeiramente os méritos pedagógicos (27,3%), o empenho na reciclagem (24,4%) e secundariamente os resultados conseguidos pelos alunos (18%) e o *curriculum* pedagógico (14,6%). Curiosamente o *curriculum* científico e a assiduidade são apenas referidos por 3,9% e 2,9%.

Enquanto os professores reformados tendem a pôr maior ênfase nos resultados conseguidos pelos alunos (28,3%) os professores no activo valorizam muito mais do que eles o empenho na reciclagem (25,4%). Os resultados conseguidos pelos alunos são igualmente mais aceites como critério de avaliação pelos professores do ensino primário (24,4%) e pelos idosos (26,8% dos professores entre 46 e 55 anos, e 27,4% dos que têm mais de 56 anos), bem como ainda pelos professores do ensino particular (24,1%). O empenho na reciclagem é sublinhado acima de tudo pelos mais novos (33% dos que têm menos de 25 anos), e também mais pelos professores das Ilhas (36,7%), do ensino oficial (26,2%) e pelos do ensino preparatório (31,6%) e unificado (26,2%). Os méritos pedagógicos são preferidos pelos professores do pré-escolar (30,1%) e pelos do secundário (28%).

64. Quanto ao problema dos agentes da avaliação, entre uma variedade de hipóteses apresentadas, foi referido que ela deveria ser feita sobretudo por um «corpo de especialistas» (45,7%), pelos «colegas em geral» (41,3%) e pela « direcção da escola » (37,5%). Só 6,9% atribui essa incumbência a «inspectores administrativos» havendo ainda quem aceitasse uma avaliação feita pelos «alunos» (26,2%) e pelos «pais ou encarregados de educação» (12,7%).

A intervenção de especialistas no processo de avaliação dos professores é sobretudo advogada pelos professores mais jovens (60% dos quais têm menos de 25 anos e 49,4% dos que têm entre 26 e 35 anos) e de menor tempo de serviço (52% dos que têm até 2 anos, e 57,8% dos que têm de 3 a 5 anos), pelos professores do sexo masculino (48,1%) e pelos professores do unificado (57,1%) e do secundário (52,7%). É uma posição particularmente mais assumida pelos professores com licenciatura (48,4%) ou com o curso superior incompleto (72,9%), e ainda pelos professores que vivem sozinhos (56,6%) ou que estão casados com outros professores (48,7%).

A avaliação pelos colegas é igualmente mais aceite pelos professores do sexo masculino (46,5%), e pelas idades intermédias (45,8% dos que têm entre 26 e 35 anos e 46,3% dos que têm entre 36 e 45 anos), pelos professores no activo (43,1%) e do ensino oficial (44,1%), pelos professores do preparatório (52,7%) e pelos que têm as habilitações mais elevadas (48,4% dos que têm curso politécnico, 48,5% dos que são licenciados e 43,7% dos bacharéis).

A avaliação pela direcção da escola ou por inspectores administrativos é mais referida pelos professores reformados (15,3 e 39,6%), do ensino particular (8,3 e 56,4%), tende a ser mais preferida pelos professores mais idosos e pelos do sexo feminino (7,7% e 38,4%) e ainda pelos graus inferiores do sistema de ensino: o «pré-escolar» prefere a direcção da escola (48,9%) e o «primário» a inspecção administrativa (11%). São aliás estes mesmos graus os que mais aceitam a intervenção dos pais e encarregados de educação na avaliação: 36,7% do pré-escolar e 16,6% dos primários. Contrariamente, a admissão dos alunos na avaliação cresce à medida que se progride no grau de ensino, sendo de 30,2% no unificado e de 32,8% no secundário.

Do ponto de vista religioso e político, constata-se que a menor importância de Deus e um posicionamento mais à esquerda favorecem o apreço pela avaliação por especialistas e por colegas, enquanto a maior importância de Deus e posicionamentos mais à direita favorecem a preferência por inspectores administrativos.

A COLOCAÇÃO SUBSIDIADA DOS PROFESSORES NA PERIFERIA

65. Problema particularmente importante, do ponto de vista administrativo, é o da colocação de professores, designadamente o da distribuição dos professores pela periferia, tradicionalmente mais desprovida deles, em contraste com as zonas centrais e urbanas onde os professores excedem.

Entre as várias hipóteses, apresentadas aos professores entrevistados, para resolver a falta de professores e a sua colocação na periferia, a solução esmagadoramente escolhida foi a de favorecer a fixação de professores nessas zonas com subsídios de residência e outros incentivos pecuniários e regalias sociais (88,2%). Quer a hipótese de obrigar todos os professores a irem até à periferia por algum tempo, quer a de deixar a resolução do problema às regras da colocação por melhor classificação, recolheram apenas 3,9% e 4,7% das adesões.

A adopção de subsídios para fomentar a ocupação da periferia é ainda mais maioritariamente defendida pelos professores mais jovens. O número de professores defensores das outras alternativas cresce de facto com a idade, entre os professores reformados, e dos graus mais baixos do sistema de ensino (pré-escolar e primário).

Em todo o caso, esta opinião contrasta com a disposição própria a ir para a periferia, no caso de serem concedidos subsídios e incentivos. Só 46,7% estariam na disposição de aceitar a colocação na periferia nessa modalidade, e 37,8% dizem peremptoriamente que não aceitariam ir, mesmo nessas condições, que julgam as melhores para resolver o problema.

Curiosamente são os professores do sexo masculino (63%) mais jovens (66,6%), de rendimentos mais baixos (57,6%) e de Lisboa (51,9%) e Ilhas (60,5%), os que mais dispostos se revelam a aceitar a ida para a periferia. Os menos dispostos a isso parecem ser os professores do primário (47,7%), de rendimentos mais elevados (56,4%) e da região Norte (44,6%).

ANTECIPAÇÃO DO LIMITE DE IDADE COM APOSENTAÇÃO APENAS LECTIVA

66. Outro problema administrativo particularmente agudo é o da aposentação e do limite de idade.

Quanto à aposentação, interessava saber a opinião dos professores sobre se ela deve ser compulsiva e total, ou se deve ser antes facultativa e parcial, e ainda se deve abranger toda a actividade lectiva e docente, ou se deve respeitar apenas a leccionação, podendo continuar-se outras actividades não lectivas.

A hipótese que recolheu maior consenso (41,6%) foi esta última de o professor só ser obrigado a abandonar o serviço docente, podendo continuar na escola com outras actividades lectivas. São os professores no activo (43%) e não os reformados (29,5%), e sobretudo os mais jovens (56,4% até aos 25 anos e 48% dos 26 aos 35 anos) os que mais sustentam esta tese, que é também particularmente mais acolhida pelos professores do ensino particular (50,6%) e do secundário (47,5%). A possibilidade de continuar com todas as actividades embora com serviço reduzido até quando o professor quiser e estiver de todo incapacitado de trabalhar, pelo contrário, encontra o maior aplauso entre os reformados (41,7%) e à medida que a idade aumenta, sendo ainda a hipótese mais preferida pelos professores do unificado (45%).

No entanto, quando se pergunta pela existência de um limite de idade, só 9,7% o recusam. A grande maioria (62,5%) prefere fixá-lo antes dos 60 anos, e só 17% aos 60 anos, havendo ainda 5% que apontam os 65 anos.

Os defensores da ausência de limite de idade são compreensivelmente mais os reformados (12,1%) e mulheres (10,2%), crescem com a idade e estão mais no ensino particular (12,7%) e no pré-escolar (14,4%).

Já o limite abaixo dos 60 anos é muito menos preferido pelos reformados (36,4%) do que pelos professores no activo (65,5%) pelos mais idosos (34,4%) que pelos mais novos (53,9% até aos 25 anos) pelos professores dos graus mais elevados (56,4% do secundário e 57,4% do unificado) do que pelos dos graus mais baixos do sistema de ensino (67,9% do pré-escolar e 68,7% do primário).

RESUMO

A opinião mais generalizada dos professores é a de que o prestígio da profissão piorou, sobretudo entre os professores do ensino secundário, e tanto mais quanto mais baixa é a religiosidade e mais para a esquerda se colocam os professores.

Os factores que mais contribuem segundo os professores para esse decréscimo de prestígio, são, «razões salariais» e a «mobilidade geográfica», sobretudo invocados pelos professores mais novos e do ensino primário, enquanto os mais velhos e do ensino pré-primário acentuam mais, como razão dessa perda de prestígio, a «diminuição de autoridade nas escolas».

Os professores têm profissionalmente um sentimento de identificação prioritário com a escola em que trabalham. Só menos de um terço se identifica em primeiro lugar com o Ministério. Esta identificação dos professores como funcionários públicos aumenta gradualmente com a idade, e é mais expressiva entre os professores do ensino primário.

As opiniões positivas acerca dos efeitos do novo Estatuto da Carreira Docente sobrelevam as opiniões negativas. São mais os professores que acham que, com ele, irá aumentar o prestígio e a competência, e que não irá aumentar a insegurança, do que o contrário. Este optimismo decresce porém com a idade e quanto mais se avança no grau de ensino em que se lecciona.

A maioria dos professores prefere um modelo de carreira cilíndrico, em que todos possam chegar ao topo, do que um modelo piramidal ou selectivo, modelo este que encontra contudo maior acolhimento entre os professores mais novos e no início de carreira, do ensino unificado e secundário.

Em todo o caso a defesa maioritária do actual modelo cilíndrico e aberto é corrigida pela defesa simultânea de um modelo onde à antiguidade, como critério de progressão, se deve associar a competência, dando maior peso para esse efeito à avaliação.

Os mecanismos de avaliação a introduzir devem incidir primeiramente, segundo a maioria dos professores, sobre os méritos pedagógicos, e devem ser entregues de preferência a um «corpo de especialistas», embora se admita também em termos consideráveis a avaliação feita por colegas ou pela direcção da escola.

Quanto à colocação dos professores, designadamente pela periferia, a solução esmagadoramente mais escolhida pelos professores é a do estabelecimento de subsídios de residência e outros incentivos pecuniários e regalias sociais. Em todo o caso só menos de metade dos professores aceitaria ser colocado na periferia, mesmo nessas condições.

Quanto à aposentação prevalece a opinião entre os professores de que ela deve ser feita antes dos 60 anos, mas que deve simultaneamente ser parcial, podendo os aposentados continuar na escola com actividades não lectivas.

VII

COMPORTAMENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS

UMA RELIGIOSIDADE ELEVADA

67. A população docente não revela, no conjunto e de uma maneira geral, um comportamento religioso muito diverso do da população em geral.

Com efeito, a grande maioria dos professores (81,9%) diz-se católica — 44,8% praticantes e 37,1% não praticantes — prevalecendo os mais idosos entre os primeiros e os mais jovens entre os segundos. Por outro lado, entre os 10,5% de indiferentes e agnósticos e os 4,7% de ateus, predominam os professores de idades intermédias.

A percentagem de professores católicos é inferior à dos portugueses católicos (88,6%)¹. No entanto, se atendermos a algumas características fundamentais da população docente, designadamente o nível de instrução e a forte componente feminina, concluiremos que essa diferença se esbate, e os comportamentos se assemelham. É que enquanto o nível de instrução parece desfavorecer a prática religiosa, o ser do sexo feminino pelo contrário parece encorajá-la, entre a população global.

Assim, se compararmos a religiosidade dos professores com a da população mais instruída, verificaremos que a percentagem de católicos é idêntica, sendo apenas ligeiramente inferior a de agnósticos e indiferentes e ligeiramente superior a de ateus. A diferença mais assinalável está na proporção de católicos e não praticantes, que se inverte, sendo a supremacia entre os professores dos primeiros, e na população geral mais instruída dos segundos.

Mas já esta proporção não só não se inverte como se agudiza entre a população geral feminina, onde os católicos praticantes duplicam os não praticantes, perfazendo no total 91,5%. Comparada com a religiosidade das mulheres em geral, os professores, maioritariamente do sexo feminino, têm uma

¹ Os dados relativos ao comportamento religioso da população portuguesa são retirados da sondagem feita pelo ICS na Primavera de 1988 (com um ano de diferença portanto), integrada no estudo sobre «Nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa actual», da responsabilidade de Manuel Braga da Cruz.

ligeiramente menor identificação e prática religiosas, que se compreende se atendermos ao nível de instrução.

Em todo o caso, no ensino primário, mais feminizado, a percentagem de professores católicos eleva-se para 92,7%, e a de praticantes para 64,9%, enquanto a de indiferentes e agnósticos baixa para 4,3% e a de ateus para 0,6%.

Quanto à importância de Deus na própria vida, a grande maioria (61,8%) concede-lhe uma importância elevada, superior à média, e 53,4% atribui-lhe até uma alta importância (8 a 10 na escala decimal). Só 32% lhe conferem uma importância inferior à média, e destes só 15,8% do geral uma muito baixa importância (1 a 3 na escala decimal).

Esta religiosidade é também inferior à da população em geral, que atribui maior importância a Deus em maiores percentagens, mas que diminui igualmente entre os mais instruídos, e aumenta entre as mulheres.

UMA REALIZAÇÃO PESSOAL EMINENTEMENTE PROFISSIONAL

68. Contudo, a profissão ocupa de longe o lugar mais importante na estratégia de realização pessoal dos professores para a quase totalidade deles (89%), em todos os graus de ensino e escalões etários. No entanto, é um factor ainda mais valorizado, nessa perspectiva, quer pelos professores mais jovens, quer pelos professores dos primeiros graus de ensino.

Segue-se a família e a vida afectiva, indicados, entre as três primeiras preferências, por 64,6% e 63,6% dos professores, e os recursos económicos, considerados também por 50,6%. Ao contrário da família, cuja valorização cresce com a idade, a vida afectiva e os recursos económicos sobem de importância entre os jovens e vêm-na diminuída com a idade.

Com a idade crescem também outros factores menos valorizados pela globalidade dos professores tais como a religião (10,4%), a arte (6,8%) e a política (1,6%), enquanto diminuem, à medida que ela também baixa, a importância do lazer (7,9%) e do desporto (2,7%).

A importância atribuída a tais factores de realização varia também muito com os graus de ensino. Factores há que crescem de importância entre os professores do pré-escolar e do primário, tais como a profissão, a vida afectiva, a família e a religião (esta sobretudo para os professores primários). Outros há, porém, que assumem maior importância entre os professores do pós-primário, como é o caso dos recursos económicos, do lazer, desporto e da arte.

Curiosamente, a profissão é particularmente valorizada em Lisboa, a família no Norte e no Centro, a religião e a arte em Lisboa, no Sul e nas Ilhas, e os recursos económicos no Norte e Centro, mas também nas Ilhas.

Do ponto de vista do sexo, os homens valorizam proporcionalmente mais os recursos económicos, a política, o desporto, o lazer e a arte, enquanto a mulher privilegia a profissão, a vida afectiva, a família e a religião.

UM ASSOCIATIVISMO POUCO DIFUNDIDO

1268 69. A maioria dos professores não pertence a qualquer tipo de associação voluntária. Esta percentagem varia entre os 69,9% nas associações culturais,

precisamente as mais frequentadas, e os 87,9% nas associações artísticas, as menos frequentadas, passando pelas associações literárias (87,2%), religiosas (83,1%), pedagógicas (78,4%), recreativas (75,3%) e desportivas (74,4%).

A este baixo associativismo deve acrescentar-se ainda a participação passiva (dos simples associados) que se exprime com níveis consideráveis, para se perceber a baixa actividade associativa.

Em todo o caso, o associativismo que ainda consegue mobilizar mais activamente os professores é o associativismo desportivo (20,6%), cultural (17,1%) e pedagógico (13,5%). E compreensivelmente atinge mais, e em geral, os professores do ensino pós-primário, precisamente os que vivem em condições de melhor se poderem associar, porque menos isolados.

Níveis de participação por associações

Quadro 46

	Cultu- rais	Pedagó- gicas	Recrea- tivas	Artís- ticas	Reli- giosas	Literá- rias	Despor- tivas
Não é membro	69,9	78,4	75,3	87,9	83,1	87,2	74,4
Simplex associado	12,1	7,0	11,5	3,3	2,5	5,3	12,7
Participa actividades	11,7	11,6	8,1	5,4	10,5	5,4	8,2
Promotor iniciativas	2,3	0,6	1,7	0,9	0,4	0,2	0,9
Responsável/Dirigente	3,3	1,3	2,3	0,9	1,9	0,2	2,5
Não sabe	1,0	1,1	1,2	1,6	1,6	1,6	1,2

O associativismo religioso, que é em geral mais feminino, mas que se torna mais masculino a nível dirigente, cresce notoriamente com a idade e é mais intenso entre os professores primários.

UMA ELEVADA SINDICALIZAÇÃO

70. Os professores do ensino não-superior têm uma elevada taxa de sindicalização.

Convém desde já explicar o critério de sindicalização utilizado. Por sindicalização entende-se não só a inscrição como a quotização sindical, o que quer dizer que se considera sindicalizado não apenas o professor que está inscrito mas também o que paga regularmente as suas quotas.

A adopção deste critério baseado na *pertença* real e efectiva, contrasta com outro possível que seria o da simples *referência*. Poder-se-ia com efeito ter pedido aos professores a indicação do sindicato da sua preferência ou simpatia, mas julgou-se mais pertinente e adequado o primeiro critério por revelar para além da referência ou preferência uma perspectiva organizacional.

Obviamente o risco desta opção é privilegiar as referências que tendem a traduzir-se com maior ênfase organizativo, ou por outras palavras, o sindicalismo mais militante. É como no terreno político privilegiar a inscrição em partidos sobre a sondagem da indicação de voto.

Para minorar este risco, julga-se pois importante dobrar o critério da *pertença* sindical com o da simpatia política, no sentido de perceber também como se distribuem politicamente as tendências organizativas sindicais.

71. Os professores do ensino não-superior que estão sindicalizados, pagando para o efeito regularmente as respectivas quotas, atingem 46,3% da totalidade.

Esta taxa de sindicalização é maior entre os professores do sexo feminino (50% *versus* 38,5% do masculino) e do ensino oficial (50,7% contra 36,8% do particular) e a sua distribuição por idades constitui uma curva de Gauss: baixa entre os mais novos (17,8% até aos 25 anos), sobe nas idades intermédias, atingindo o pico entre os 36-45 anos (59,4%) para decrescer de novo, e atingir os 24,9% entre os mais velhos (com mais de 56 anos). Talvez por isso a taxa de sindicalização tenda a aumentar com a antiguidade no serviço, inflectindo porém ligeiramente a partir dos 11 anos de serviço.

Por graus de ensino, os professores mais sindicalizados são os do primário e do preparatório (50,5% e 50,7%, respectivamente), baixando a percentagem ao subir o nível de ensino (38,2% no unificado e 40,1% no secundário). O que vem de certa forma dar a ideia de que quanto mais subalterna a situação profissional maior a tendência para a sindicalização. O que parece ser também confirmado pelo facto de ser maior a taxa de sindicalização entre os estratos sociais de origem mais baixa (48,3% no médio inferior e 47% no mais baixo) e menos nos estratos mais elevados (45% no alto e médio alto e 43,5% no médio superior).

Esta ideia esbate-se porém quando se analisa a sindicalização por estratos de rendimentos familiares. É que, nesta perspectiva, os professores mais sindicalizados são precisamente os de mais elevado rendimento familiar médio (53,8%), não sendo uniforme a variação das taxas de sindicalização com a variação do rendimento, apesar de os professores de mais baixo rendimento serem concomitantemente os de mais baixa sindicalização (40,9%).

E quando se analisa a relação entre a situação profissional e o grau de sindicalização mais essa ideia é contrariada, já que quanto mais sólida é a situação profissional maior é a percentagem de sindicalizados.

Sindicalizados segundo a situação profissional

Quadro 47

	Efectivos	Não efectivos	Efectivos provisórios	Provisórios vinculados	Provisórios não vinculados
Sindicalizados	57,1	50,9	42,7	28,8	26,5
Não sindicalizados	42,9	49,1	57,3	71,2	73,5

Os profissionalizados por licenciatura em ensino ou por licenciatura em ramo educacional são os que menos se sindicalizam (48,7% e 47,8%, respectivamente), talvez também por serem os mais novos e com menos anos de serviço. Os que mais se sindicalizam, em contrapartida, são os profissionalizados por estágio clássico (61,5%) e por formação em serviço (62%), logo seguidos pelos que atingem a profissionalização em exercício (55,9%) e pelas Escolas do Magistério Primário (55,8%).

Visto este problema do ponto de vista das habilitações dos professores, também alguma reserva surge quanto à relação entre a precaridade profissional e a sindicalização, já que, se os formados nas Escolas do Magistério e os de

formação médio-politécnica são de facto os mais sindicalizados (50,6% e 50,4%, respectivamente), o número destes sobe também entre os licenciados, sendo baixa ou mais baixa a taxa de sindicalizados entre os de instrução apenas secundária (36,8%), superior incompleta (17,8%) ou com bacharelato tão-só (39,7%).

Quanto à sindicalização por grupos disciplinares os professores que mais se sindicalizam são os de Línguas (36%) e de Ciências Exactas (24,1%). Os de Ciências Sociais e Humanas são os que menos se sindicalizam (7% e 7,1%, respectivamente). E do ponto de vista da área de estudos que fizeram são também os de Letras (21,8%), do Ensino Superior não-universitários (20,8%) e das Ciências Exactas (15,4%) os mais representados entre os sindicalizados.

Regionalmente falando, a maior taxa de sindicalização pertence ao Centro (52,8%), sendo as mais baixas as do Norte (43,4%) e as do Sul (42,3%). Em Lisboa (47%) e nas Ilhas (46,9%) as percentagens são superiores à média nacional.

A taxa de sindicalização sobe ainda à medida que desce a dimensão da turma, e é mais elevada entre os professores de pequenas escolas (53,5%), o que talvez tenha a ver com o professorado primário, de maior propensão sindical, como vimos, do que os demais.

72. Curiosamente a posição religiosa e política parecem ser factores importantes de sindicalização. Quanto menor é a importância de Deus na vida dos professores e quanto mais à esquerda eles se colocam, mais cresce a tendência para a sindicalização. Os professores indiferentes e agnósticos (65,2%), bem como os ateus (61,1%) são os que proporcionalmente mais se sindicalizam, ao contrário dos católicos (40,3% os praticantes e 46,3% os não praticantes) e de outras religiões (44,4%).

Quadro 48

	Importância de Deus				Posição política			
	Nenhuma		Muita		Esquerda		Direita	
	1 - 3	4 - 5	6 - 7	8 - 10	1 - 3	4 - 5	6 - 7	8 - 10
Sindicalizados	59,6	52,2	40,9	41,5	65,5	48,4	37,1	29,5
Não sindicalizados	40,4	47,8	59,1	58,5	34,5	51,6	62,9	70,5

Da mesma maneira, os professores dos partidos de esquerda sindicalizam-se mais do que os dos partidos mais à direita. Assim, 94,5% dos professores do PCP estão sindicalizados, o mesmo acontecendo a 83,1% dos da UDP e ainda 52,7% dos do PS. Mas já só 32,8% dos professores do PSD e 25,6% dos do CDS estão inscritos em sindicatos.

Os partidos com mais professores sindicalizados são porém o PS (24,9%) e o PSD (15,3%). O PCP cobre apenas 6% do total dos professores sindicalizados, o CDS 2,5% e a UDP 0,6%. Os restantes partidos atingem os 3,5%.

UMA JÁ ANTIGA SINDICALIZAÇÃO

73. Dada a dificuldade de medir os ritmos de crescimento ou decréscimo de sindicalização, interessava pelo menos medir a antiguidade da sindicalização, bem como as percentagens das mais novas sindicalizações.

Mais de metade dos professores (51,5%) estão com efeito sindicalizados há mais de 7 anos, e 31,9% mesmo há mais de 11 anos, o que confirma uma vasta antiguidade de sindicalizados. Mas a existência de 18,9% dos professores sindicalizados nos últimos dois anos vem também demonstrar que o fluxo de sindicalização continua a ser elevado.

Os reformados são compreensivelmente mais do que os activos entre os sindicalizados há mais tempo, e as mulheres mais do que os homens, tanto nos sindicalizados há mais de 11 anos como nos recém-sindicalizados.

Particularmente assinalável é o fluxo de sindicalização recente (dos dois últimos anos) dos professores do ensino particular, cuja percentagem (42%) ultrapassa grandemente a dos professores do ensino oficial (17,9%).

Os recém-sindicalizados são compreensivelmente jovens professores (82,8% com menos de 25 anos e 21,9% entre os 26 e 35 anos), mas deve assinalar-se também uma considerável percentagem de professores de idade já avançada (14,8% entre 46 e 55 anos). Pertencem sobretudo aos graus mais baixos do sistema de ensino (37,1% ao pré-escolar, e 20,1% ao primário) mas também ao unificado, o grau precisamente de mais baixa sindicalização.

A sindicalização, ultimamente, parece vir a incidir sobretudo sobre os professores de mais baixo rendimento. A percentagem de sindicalizados dos estratos de rendimento mais elevados aumenta à medida que se avança nos anos de sindicalização, enquanto desce nessa mesma medida a percentagem dos pertencentes ao estrato mais baixo.

Do ponto de vista regional, a mais recente sindicalização parece atingir sobretudo as zonas do Centro (24,8%), Sul (18,6%) e Ilhas (25,8%). A zona Centro tem vindo aliás a ver subir com o decorrer dos anos a sua percentagem entre os novos sindicalizados: 15% há mais de 11 anos; 17,5% de há 7 para 10 anos; 22,2% de há 3 para 6 anos e 26,4% há menos de 2 anos.

RAZÕES DE SINDICALIZAÇÃO:

UMA VISÃO DOMINANTEMENTE INSTRUMENTAL

74. Esta já antiga sindicalização, mas continuada no presente, pode ter, e tem com certeza, motivações diversas. Daí que interesse perguntar pelas razões que levam os professores a sindicalizarem-se.

A grande maioria dos professores (82%) aponta como razão principal a «defesa dos interesses profissionais». É de longe a razão mais reconhecida, já que só 32,2% apontam também a defesa de ideais próprios, 27,8% a convicção de que só com os sindicatos se conseguirá a reforma do ensino, e 20,8% porque esperam beneficiar das iniciativas de formação dos sindicatos. Há ainda 10,4% que indicam como motivo da sindicalização a oportunidade de encontrar colegas, 8,4% o beneficiar das regalias sociais oferecidas pelos sindicatos e, por último, apenas 5,7% que consideram a sindicalização como um complemento, no terreno social, da intervenção que têm no terreno

Do exposto se pode concluir que prevalecem «razões instrumentais» sobre as «razões finais», isto é, que prevalece entre professores a perspectiva que tende a encarar os sindicatos como um instrumento, um meio, para atingir ora a defesa de interesses profissionais, ora o beneficiar das acções de formação ou das regalias sociais, sobre aquela outra perspectiva que faria do sindicato algo desejável por si mesmo, como espaço de convívio, realização de ideais ou de convicções políticas.

DIRIGIDOS, MILITANTES E DIRIGENTES: NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO SINDICAL

75. Uma larga maioria dos professores sindicalizados são porém, participantes passivos, isto é 44,6% estão apenas inscritos no sindicato, pagando as respectivas quotas, mas sem participar em qualquer actividade sindical. Outras 44,6% limitam-se tão-só à participação nas reuniões sindicais.

A militância activa sindical abrange apenas 10,6% dos professores sindicalizados (2,5% como dirigentes, 6,5% como delegados sindicais e 1,6% como simples militantes), que são sobretudo do sexo masculino (21,9%) e do ensino oficial (11,4%). Do ponto de vista etário, os dirigentes pertencem sobretudo a um estrato etário elevado (55% com mais de 46 anos), enquanto os delegados sindicais estão colocados sobretudo nos estratos intermédios (8,6% e 8,7% entre os 26-35 e 36-45 anos, respectivamente) e os simples militantes no escalão etário mais jovem (9,1% até 25 anos).

Quanto aos graus de ensino, os dirigentes são em maiores proporções do ensino primário (3,7%) do preparatório (3,1%) e do unificado (3,6%). Já os delegados atingem mais expressão entre os professores do secundário (7,3%), do preparatório (7,0%) e do primário (6,6%).

A origem social dos dirigentes reparte-se em maior proporção pelo estrato mais elevado (3,3%) e pelo estrato mais baixo (5,8%). E a dos delegados e militantes concentra-se sobretudo no estrato médio inferior (11,6%). Do ponto de vista do rendimento familiar, os dirigentes, tal como os militantes, são proporcionalmente mais do estrato mais elevado (5% e 3,7%, respectivamente), enquanto os delegados ocupam mais os estratos mais baixo e médio superior (7,6% para ambos).

76. No que diz respeito à participação nas várias acções sindicais ou promovidas pelos sindicatos, verifica-se que as que mais mobilizam os professores sindicalizados são as reuniões de escola, ao abrigo da lei sindical, as greves e os abaixo-assinados. Em contrapartida, as que menor participação conhecem são os passeios turísticos e viagens de estudo, mas também as manifestações e acções de solidariedade. Os cursos de formação e os plenários ou assembleias de zona conseguem uma mobilização mediana.

As reuniões de escola mobilizam mais frequentemente os homens (44,2%), do ensino oficial (43,2%), do ensino preparatório (55,1%) e do unificado (48%), de mais elevados rendimentos familiares (46% do estrato mais alto e 48,3% do médio alto), das regiões do Centro (46,3%), Lisboa (45%) e Sul (44,8%).

As greves são participadas mais frequentemente pelos homens (32,5%), mais jovens (32,3% com menos de 25 anos e 36,2% entre os 26 e 35 anos), do

ensino oficial (31,5%), dos graus mais elevados do sistema (preparatório 38,8%; unificado 38,9%; e secundário 34,3%), de rendimentos menos elevados (29,3% do médio inferior e 30,8% do inferior), de Lisboa (32,9%), Sul (37,4%) e Ilhas (33,9%).

Quadro 49

	Plenários e assembleias de zona	Reuniões de escola ao abrigo da lei	Greves	Manifestações	Abaixo- assinados
Frequentemente	15,3	40,5	29,0	5,3	21,1
De vez em quando	20,0	25,0	23,2	9,8	23,7
Raramente	17,4	9,4	13,0	14,2	13,3
Nunca	43,8	23,1	32,2	67,2	38,4
Não responde	3,6	2,1	2,6	3,4	3,4

	Viagens de estudo	Passeios de turismo	Cursos de formação	Acções de solidariedade
Frequentemente	3,8	0,9	18,6	6,2
De vez em quando	7,3	3,3	27,1	14,9
Raramente	7,5	5,7	11,0	11,9
Nunca	77,0	85,4	39,6	63,5
Não responde	4,4	4,7	3,6	3,6

Os abaixo-assinados abrangem também mais frequentemente os homens (27,9%), mais jovens (26,4% e 28,4% até 25 e dos 26-35 anos), do ensino oficial (23%), dos graus de ensino mais elevados (preparatório 28,2%; unificado 29,5%; e secundário 24,3%) e do Centro (23,4%) e Lisboa (25,2%).

As manifestações mobilizam também mais frequentemente os homens (9%) mais novos (9% e 6,2%), do preparatório (7,9%) e unificado (9,6%), de Lisboa (7,8%).

As viagens de estudo e passeios turísticos atingem mais frequentemente homens mais novos, sobretudo do pré-escolar.

As acções de formação já mobilizam mais frequentemente mulheres (19,6%) de meia idade (27% de 46-55 anos), do privado dos graus mais baixos do sistema (31,6% do pré-escolar e 24,9% do primário) e do Centro (24,6%).

UMA OPINIÃO FAVORÁVEL DOS PRÓPRIOS SINDICATOS

77. A opinião que os sindicalizados têm do próprio sindicato é uma opinião mais favorável do que desfavorável.

Se é maior a percentagem dos que se manifestam indiferentes quanto à bondade da acção dos sindicatos (43,8%), são contudo mais os que acham que o sindicato representa bem os interesses dos professores do que o que acham o contrário (37,1% contra apenas 10,9%).

Os que mais aplaudem proporcionalmente a acção dos sindicatos são professores do ensino primário (45%) e unificado (50,8%), e estão, regionalmente falando, mais nas Ilhas (43,8%) e em Lisboa (39,8%). O seu número cresce com a redução da dimensão da escola, e à medida que se passa dos turnos nocturnos e vespertinos para o diurno.

Os críticos dos sindicatos estão mais representados entre os reformados (15,8%) e os professores do sexo masculino (15,7%), e sobretudo entre os professores do preparatório (11,8%) unificado (29,9%) e secundário (16,7%). O descontentamento com os sindicatos cresce com a dimensão da turma e da escola e no ensino nocturno (16,8%), e é também maior nas regiões de Lisboa (15,1%) e Centro (12%).

78. Da mesma maneira, cerca de metade dos professores (49,5%) considera que os sindicatos actuam autonomamente em relação aos partidos (10,3% acham-nos mesmo totalmente autónomos e 39,2% bastante autónomos). Só 28,4% os acham dependentes (apenas 2,4% totalmente dependentes e 26,2% bastante dependentes).

A defesa da autonomia de comportamento dos sindicatos encontra maior aplauso entre os reformados (58,6%) e os homens (63,3%), entre as idades mais avançadas (52,2% dos que têm 46-55 anos e 62,9% dos que têm mais de 56 anos), entre os professores do preparatório (57,2%) e do unificado (58,9%), entre os professores de mais elevados rendimentos (61,7% do estrato alto e 50,4% do estrato médio alto), e das regiões de Lisboa (53,1%) e Ilhas (53,6%).

79. Passando à opinião sobre os professores sindicalistas foi apresentada aos entrevistados uma lista de objectivos, mais positivos uns, mais prejudiciais outros, de classificação dos mesmos sindicalistas. Também aqui a opinião favorável prevaleceu sobre a opinião desfavorável, a julgar pelas percentagens de apreciações positivas e negativas.

A qualificação mais indicada foi a de «reivindicativos» (30,8%), qualificação que é tanto mais atribuída quanto mais jovens são os professores, e que é indicada sobretudo pelos professores do preparatório (31,1%) e unificado (33,4%) e sobretudo também pelos professores de Lisboa (32,8%) e Ilhas (32,5%).

Logo após surge a designação de «empenhados», apontada por 25,6%, que é preferida sobretudo pelos professores de idade intermédia (29% entre os 26-35 anos e 29,3% entre os 36-45 anos), do preparatório (30,9%), do estrato de rendimento mais elevado (29,4%) e do Centro (26,4%), Lisboa (26,9%) e Sul (28,2%).

A «insatisfação» foi a terceira qualificação preferida por 14,3% dos inquiridos, sobretudo por reformados (20,2%), de maior idade (18,4% de 46-55 anos e 17,9% com mais de 56 anos) por professores do unificado (17,2%) e secundário (16%), da região Norte (17,4%), do Sul (16,1%) e das Ilhas (15%).

AS RECUSAS DE SINDICALIZAÇÃO

80. Embora seja alta a taxa de sindicalização, são contudo ainda majoritários os professores não sindicalizados (53,7%). Obviamente interessava saber quem recusava sindicalizar-se e quais as razões dessa recusa.

Os não sindicalizados são sobretudo professores do activo (84,4%), do sexo feminino (63,3%) e do ensino oficial (74,4%) e das idades menos avançadas (mais de metade tem menos de 45 anos). Pertencem sobretudo ao ensino primário (31,7%) e ao secundário (38,2%), aos estratos de rendimento mais baixos (48,4% do mais baixo e 34,8% do médio baixo) e às regiões do Norte e de Lisboa (38% e 32,7%).

Quanto às razões desta recusa de sindicalização, cerca de um quinto (20,4%) não explicitaram razões para essa atitude. Os restantes sublinham sobretudo a acusação de os sindicatos não defenderem eficazmente os professores (57,5%) e a da visão parcelar que têm dos problemas (45,3%). Um número ainda significativo (20,7%) considera que os sindicatos são demasiado conflituosos e 10,1% acham a actividade sindical uma perda de tempo.

Razões como a diferença da profissão docente ou do Ministério como patrão, ou ainda a respeitabilidade da profissão pouco condizente com reivindicações, não encontraram grande eco junto dos entrevistados (5,3%, 3,5% e 2,1%, respectivamente).

Os que acusam o sindicato de ineficácia como explicação da recusa de sindicalização são sobretudo professores do activo (60,9%), de idade intermédia (a sua distribuição por idades é uma curva de Gauss com 72,7% entre os 36-45 anos), do ensino oficial (62,7%), do Norte (64,7%) e do Centro (59,4%).

Os que no mesmo sentido acusam o sindicato de visão parcelar dos problemas são sobretudo do activo (47,6%), das idades intermédias (53,3% estão entre os 26-35 anos), do ensino oficial (48,7%), do secundário (48,6%), pertencendo ainda sobretudo ao estrato de rendimento familiar mais elevado (59,9%) e às regiões do Norte (47,3%) e Centro (49,6%).

A excessiva conflitualidade é sobretudo alegada por homens (24,1%), por jovens (24,8% até 25 anos) ou por professores entre os 46 e os 55 anos (25,6%), do ensino unificado (24,6%), do estrato médio alto (27,3%) e da Região Centro (27,1%) e do Norte (21,3%).

A CRESCENTE POLITIZAÇÃO DOS PROFESSORES

81. O primeiro indicador de politização é o interesse subjectivamente confessado pela vida política. Daí que a primeira questão posta aos professores entrevistados tenha sido a de saber se os acontecimentos da vida política lhes merecem muito, bastante, pouco ou nenhum interesse.

O inquérito revelou que 72,8% dos professores se interessam pela política (31,3% muito e 41,5% bastante), e que só 4% confessa não nutrir por ela «muito interesse».

Este interesse maioritário pela política tem vindo aliás a crescer para 46,4% dos professores (para 19,3% tem até crescido muito, e para 27,1% alguma coisa apenas), e tem permanecido idêntico para 37,5% do total. Só 14,2% confessou ver algo diminuído, e 2% de todo, o seu interesse pela política.

O interesse pela política é compreensivelmente maior na actualidade entre os homens (79%) do que entre as mulheres (69,8%) como é também maior 1276 entre os professores no activo (74%) e do ensino oficial (76,4%), do que

entre os reformados (62,4%) e professores do particular (50,7%). Este interesse varia com a idade, sendo menor entre os mais jovens e mais idosos, e maior nos estratos etários intermédios. E sobe com o nível de ensino (unificado — 73,6%; e secundário — 79,9%), com o aumento do rendimento familiar (82,3% dos do escalão mais elevado), e com a dimensão da turma e da escola.

Do ponto de vista regional, o interesse pela política é mais elevado no Centro (76%) que nas restantes regiões, sobretudo do que nas Ilhas, onde diminui relativamente (69,6%).

A evolução deste interesse pela política tem-se feito no sentido de aumentar sobretudo para os mais novos (dos que têm até 25 anos, aumentou «muito» para 21,7% e «algo» para 39,5%), para os professores do primário e do unificado, para os professores de rendimento intermédio e para os da Região Centro. Tem contudo permanecido idêntico sobretudo para os professores do secundário e preparatório, e para os professores de Lisboa. E tem diminuído por sua vez para os professores de meia idade e do pré-escolar.

82. Outro indicador da politização é o hábito de discutir política, designadamente a frequência com que se discute e com quem.

O inquérito revelou que 36,1% dos professores discutem política «frequentemente» e que mais de 49,1% o fazem também embora «raramente». Só 14,7% dizem nunca discutir política.

Os professores que, na esmagadora maioria (85,2%) discutem política, não o fazem porém indiscriminadamente com todo o tipo de pessoas: 17,4% reservam essa discussão para a família, 58,1% alargam-na já também aos amigos, 4,8% estendem-na aos colegas e alunos. Só 19,6% admitem discutir com toda a gente.

Os professores que mais discutem política são os do activo, do ensino oficial e do sexo masculino. Os reformados, as mulheres e os professores do ensino particular discutem menos política.

Do ponto de vista etário, os que mais falam de política são os que têm entre 26 e 35 anos, precisamente também os que mais admitem fazê-lo com toda a espécie de pessoas. Os mais idosos (a partir já dos 46 anos) são os que menos discutem e também os que mais limitam essa discussão à família.

A predisposição a discutir política sobe à medida que se sobe também no grau de ensino e que cresce o rendimento médio familiar. São os professores do secundário (43,6%) e do unificado (42,5%), com efeito, quem mais discute «frequentemente», os mesmos também que o fazem mais com toda a espécie de pessoas (29,2% do unificado e 23,6% do secundário). Os que mais reconhecem nunca discutir política ou fazê-lo «raramente» são pelo contrário os do pré-escolar (25%) e do primário (18,3%), os mesmos também que mais revelam só discutir em família (27,7% e 26,8%).

Do ponto de vista socioeconómico, são os de mais elevado rendimento familiar que mais discutem «frequentemente» (46,5%) e os de mais baixo rendimento os que mais confessam «nunca» fazê-lo (18,7%).

Regionalmente, os professores que mais «frequentemente» discutem política, e que também mais o fazem com toda a gente, são os de Lisboa (39,9%) e também os do Norte (38,3%), enquanto os que mais confessam «nunca» discutir são os do Sul (25,2%).

UMA AMPLA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

83. A participação eleitoral dos professores pode considerar-se muito elevada. Nas últimas eleições legislativas votaram 91,3%, tendo-se apenas absteído 7,7%, o que é muito pouco se tivermos em conta que o grau de abstenção global foi de cerca de 30%.

O abstencionismo é mais elevado entre os professores solteiros (12,1%), do activo (8,3% contra 2,7% apenas dos reformados), do sexo masculino (10% contra 6,6% de mulheres), do ensino oficial (8,5% contra 6,6% do particular), entre os que vivem em piores condições habitacionais (24,9% dos que vivem em quartos ou pensões) e a maior distância da escola (10% dos que vivem a mais de meia hora da escola), entre os que estão em dedicação exclusiva (8,5%) e em precária situação profissional, como os não profissionalizados (12,9% dos efectivos provisórios, 11,3% dos provisórios vinculados e 20,1% dos provisórios não vinculados), e cresce na razão inversa da idade: os mais abstencionistas são os mais jovens professores (12% entre 25 e 35 anos e 16,9% até aos 25 anos) e com menos anos de serviço (14,7% até 2 anos), os professores do pré-escolar (12,1%) mas também os do unificado (14,7%). Particularmente participativos eleitoralmente são os professores do primário (93,7%).

Do ponto de vista regional, os professores do Centro (93,6%), Norte (92,1%) e Lisboa (92,1%) são os que mais participam. A abstenção é maior no Sul (12,9%) e sobretudo nas Ilhas (14,3%). Do ponto de vista religioso, o abstencionismo baixa entre os católicos sobretudo praticantes (5,8%) e cresce entre os ateus (14,4%) e agnósticos e indiferentes (10,6%). E do ponto de vista político é maior na esquerda (8,5%) e centro-esquerda (8,9%) do que no centro direita (6,3%) e direita (3%).

A participação eleitoral varia ainda entre os professores com o rendimento familiar médio, crescendo com ele e diminuindo também com ele.

Rendimento família média (%)

Quadro 50

			+ de 120 contos	90-100 contos	60-90 contos	até 60 contos
P A R T I C I P A Ç Ã O	Eleitoral	Votou	94,7	94,3	93,6	88,1
		Absteve-se	5,3	5,7	5,9	10,2
	Partidária	Com opção partidária	83,6	83,7	77,6	73,2
		Sem opção partidária	16,4	16,3	21,9	25,5

84. Do ponto de vista da participação partidária, têm opção partidária 76,7% dos professores, número que tende a crescer entre os reformados (79,6%), entre os professores do sexo masculino (79,1%), e entre os mais

idosos (82,2% dos 46-55 anos e 83% a partir dos 56 anos), e, de forma pronunciada, à medida que sobe também o rendimento familiar.

Os professores que mais têm opção partidária são também os do ensino primário (78,9%), e os que menos a têm são os do pré-escolar (68,9%). Regionalmente, são de novo também os professores do Centro os que mais tendem a ter opção partidária (83,5%), ao contrário dos do Sul (72,9%) e também desta vez dos do Norte (74,8%), que a têm em menor percentagem.

Esta opção partidária é contudo para a grande maioria expressa apenas em termos de simpatia (91,5%). Só 5,7% dos professores são militantes partidários e só 1,9% têm responsabilidades de direcção (1,6% a nível local e 0,3% a nível nacional).

Os professores militantes partidários são sobretudo do sexo masculino e dos escalões etários mais baixos (12% dos que têm até 25 anos e 6,8% dos que têm entre 26 e 35 anos), ensinam sobretudo no preparatório (8,1%) e na região Centro (9%) e também no Norte (6,9%) e pertencem aos estratos de rendimento familiar médio mais elevado (9,3%). Do ponto de vista religioso e político, a militância é proporcionalmente maior entre os ateus (8,5%) e entre os professores de esquerda (10,8%).

85. A distribuição da opção partidária por partidos contempla sobretudo os dois maiores partidos do sistema português: 28,5% dos professores dizem-se próximos do PS e 28,1% do PSD, contra 5,9% do CDS e 3,9% do PCP. A percentagem dos que não respondem foi porém de 28,7%.

Os professores do PS são mais homens que mulheres (30,2% v. 27,7%), mais do ensino oficial que do particular (30,1% v. 19,3%) e são sobretudo de meia idade (32,6% entre 36 e 45 anos e 29,8% dos 26 a 35 anos). A sua percentagem é mais elevada no ensino secundário (32,7%) e menos no unificado (22,9%) e no preparatório (24,2%); é mais elevada na região Centro (33,2%) e Sul (31,1%) do que nas Ilhas (15,6%); mais elevada nos escalões de rendimento médio-superior e superior (31,4% e 29,5%) e menos elevada no mais baixo escalão de rendimentos (26,7%). Do ponto de vista da sua origem social, os professores socialistas são sobretudo do escalão médio-superior (31,5%) mas também do baixo (33,3%). Do ponto de vista religioso estão sobretudo entre os católicos não-praticantes (34,3%) e entre os ateus (35,1%). E do ponto de vista conjugal predominam entre separados e divorciados (33,5%) e entre os acasalados mas não casados (33%).

Os professores do PSD são mais mulheres do que homens (28,6% v. 27,2%), atingem maiores percentagens no privado que no público (30,1% v. 26,4%), mais entre os reformados que entre os activos (39,9% v. 26,7%) e também entre os mais jovens (42,8% dos com menos de 25 anos) e entre os mais idosos (38,2% dos com mais de 56 anos). São sobretudo do ensino primário (34,2%) e do unificado (41,7%) e pertencem mais ao escalão de rendimento familiar mais elevado (34,2%) e médio baixo (29,6%). Atingem também maiores percentagens no Sul (31,6%) e nas Ilhas (46,9%), e mais baixa em Lisboa (23,9%). A origem social que prevalece é a do estrato alto e médio alto (31,1%) mas também a do estrato baixo (35,3%). Religiosamente, estão mais representados entre os católicos praticantes (39,9%), e do ponto de vista conjugal entre os viúvos (35,8%) e solteiros (30,7%).

Os professores do CDS têm maior expressão entre os reformados (12,7%) e entre os mais idosos (8,1% dos 46-55 anos e 15,9% dos que têm mais de 56

anos), do ensino particular (6,7%) e no sexo masculino (8,8%), no pré-primário (7,3%) e no primário (6%), e a sua percentagem sobe com a elevação do rendimento médio familiar, e do Sul para o Norte (onde passa de 2,6% para 8,7%). Religiosamente estão sobretudo entre os católicos praticantes (9,2%), e a origem social dominante é o estrato médio-inferior (6,7%).

Os professores comunistas são sobretudo do activo (4,2%) de idades inter-médias (entre os 26 e os 55 anos), do preparatório (6%) e do pré-escolar (5,2%), de Lisboa (6,5%) e do rendimento familiar médio-baixo (5,7%). Religiosamente distribuem-se mais pelos indiferentes e agnósticos (11,5%) e ateus (10,9%). Conjugalmente atingem percentagem elevada entre os acasalados não casados (21,9%). E quanto à origem social prevalece curiosamente a do estrato alto e médio alto (6,7%).

Origem social dos professores por partidos
Quadro 51

	Estrato alto e médio-alto	Estrato médio superior	Estrato médio inferior	Estrato baixo
CDS	5,8	5,6	6,7	1,1
PSD	31,1	27,2	26,3	35,3
PS	25,2	31,5	28,4	33,3
PCP	6,7	4,3	2,9	1,3
	100	100	100	100

UMA EXPRESSIVA PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

86. Se da participação eleitoral e partidária passarmos à participação institucional, traduzida pelo desempenho de cargos políticos elegíveis, verificaremos que também a este nível é expressiva a intervenção dos professores.

Um número considerável de professores (7,1%) apresentou já a sua candidatura a cargos políticos elegíveis, prevalecendo nesse grupo mais os reformados (7,4%) do que os activos (7%), mais os homens (15,2%) do que as mulheres (3,2%). Esses professores candidatos pertencem sobretudo ao preparatório (10,6%) e unificado (7,3%), ao estrato de rendimento familiar mais elevado (11%) e aos estratos etários também mais idosos (7,3%) dos que têm mais de 56 anos e 10,2% dos que estão entre 46 e 55 anos), são prevalentemente do Centro (9,9%) e pouco de Lisboa (4,5%) e das Ilhas (5,5%).

Entre os cargos políticos já desempenhados predominam compreensivelmente os autárquicos (69,7%), embora também haja cargos parlamentares (6,6%) e governamentais (3%) a registar.

Os professores autarcas são sobretudo dos estratos mais idosos (78,5% dos entre 45 e 55 anos e 81,3% dos com mais de 56 anos) e com mais anos de serviço (78,4% dos que já têm mais de 11 anos), do secundário (72,8%) mas também do primário (78,8%), e encontram-se mais no Norte (77,2%) e Centro (73,4%) que nas restantes regiões do país. Religiosamente, predominam os católicos praticantes (77,6%), e politicamente, sobressaem na direita e centro-direita. São sobretudo de origem social elevada (72,3%) mas também do

estrato mais baixo (84,6%), gozando de segurança na sua situação profissional: 75,8% dos profissionalizados já efectivos e 79,6% dos profissionalizados embora não efectivos.

RESUMO

Os professores não revelam um comportamento religioso muito diverso da população em geral, sobretudo tendo em atenção o elevado nível de instrução e a forte componente feminina. A grande maioria é católica (81,9%) e praticante em percentagem superior (44,8%).

No entanto, a profissão ocupa de longe o lugar mais importante na estratégia de realização pessoal dos professores.

Quanto ao associativismo, a maioria dos professores não pertence a qualquer tipo de associação voluntária, o que mais valoriza a elevada taxa de sindicalização que é de 46,3%, taxa esta que aumenta na razão inversa do grau de ensino, sendo por isso mais elevada no primário e no preparatório, e que decresce da esquerda para a direita no espectro político: 94,5% no PCP, 52% no PS, 32,8% no PSD e 25,6% no CDS.

A implantação dos partidos entre os professores sindicalizados é contudo maior no PS (24,9%) e PSD (15,3%) e menor no PCP (6%) e no CDS (2,5%).

A sindicalização dos professores tem já alguma antiguidade, continuando a ser considerável também a sindicalização nos últimos anos, não fazendo por isso pronunciar um decréscimo de sindicalização docente. A maioria porém dos sindicalizados são participantes passivos. Só 10,6% são militantes activos. As actividades sindicais mais participadas são as reuniões de escola e, embora menos, também as greves, os abaixo-assinados, e os cursos de formação. Os professores sindicalizados têm dos sindicatos uma opinião mais favorável do que o contrário.

Politicamente, os professores interessam-se maioritariamente pela política, sobretudo os do sexo masculino, interesse este que sobe com o nível de ensino. Menos frequentemente discutem política, embora não indiscriminadamente com todo o tipo de pessoas. Também a discussão política sobe com o grau de ensino que se lecciona.

A participação eleitoral é muito elevada (91,3% para apenas 70% da população em geral). Em termos de partidos os que recolhem maiores simpatias declaradas dos professores são o PS (28,5%) e o PSD (28,5%). O CDS e o PCP não excedem 5,9% e 3,9% dos docentes, respectivamente.

São em número considerável (7,1%) os professores que já se apresentaram como candidatos a cargos políticos elegíveis sobretudo nas autarquias, prevalecendo entre eles os professores de direita e centro-direita.

VIII

EVOLUÇÃO COMPARADA DO SISTEMA REMUNERATÓRIO

87. Em Portugal, os professores do ensino público são funcionários públicos. Por conseguinte, para todos os níveis de ensino, as remunerações dos professores integram-se no regime geral de remunerações da função pública: o regime de «letras».

A remuneração compreende um ordenado de base, um subsídio de férias e um subsídio anual pago no fim do ano: o 13.º mês.

O ordenado anual corresponde assim ao ordenado mensal multiplicado por 14 meses. O ordenado mensal de base é determinado pela categoria e pela antiguidade na função pública. A categoria por sua vez depende:

- do nível de ensino
- das qualificações do professor, isto é, do nível de ensino que o professor foi sujeito
- da antiguidade no ensino oficial.

Ao contrário do que se passa na generalidade dos países da CEE, os professores não recebem qualquer tipo de subsídio de deslocação, ou de habitação. Têm no entanto direito a um subsídio de alimentação de montante fixo, isto é, independente do nível de remuneração. O valor deste subsídio em 1985 era de 190\$00 por dia de trabalho efectivo, e em 1988 de 275\$00. As prestações familiares que recebem são iguais às dos restantes funcionários públicos e correspondem a um montante fixo, 660\$00 por mês em 1985, por cada filho, e 1250\$00 em 1988.

A antiguidade na função pública determina aumentos salariais constantes, de cinco em cinco anos, até um máximo de cinco aumentos: as diuturnidades da função pública.

Em 1985, os vencimentos dos professores, tal como os dos restantes funcionários públicos, eram isentos de impostos sobre o rendimento. Este facto deve ser tido em consideração quando se procede à comparação dos seus vencimentos quer com os de outras profissões, quer com as remunerações auferidas pelos professores noutros países.

A análise que vai fazer-se diz apenas respeito aos professores efectivos e profissionalizados.

SISTEMA REMUNERATÓRIO DO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO E PRIMÁRIO

88. No ensino pré-primário e primário existem três escalões de vencimentos, correspondentes a três grupos de funções diferenciadas pelo nível de preparação exigido para o seu exercício: professores e educadores de infância, a que correspondia em 1985 o escalão 5, (em 1988 o nível 3,) ex-regentes escolares com curso especial, escalão 4 em 1985 (nível 4 em 1988) e regentes escolares, no escalão 10 em 1985 (e nível 6 em 1988). Em cada um destes escalões de vencimento, a progressão na carreira em 1985 processava-se em quatro fases, sendo o vencimento em cada uma definido por uma «letra» da escala geral de remunerações da função pública.

PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO E PRÉ-PRIMÁRIO

Vencimento mensal em contos

Quadro 1 A

	Categorias	Letras	Idade partida	Vencimento mínimo	Vencimento máximo	Vencimento 32 anos	Vencimento 46 anos	Máximo mínimo	Máximo ao X anos
1	Professores, educadores de infância escalão 5	J-F	21	34,7	53,9	47,4	53,9	1.55	46
9 8	Ex-regentes com curso especial escalão 6	M-J	21 (1)	29,0	42,2	36,2	42,2	1.45	46 (1)
5	Regentes escolares escalão 10	N	21 (1)	28,5	36	31,5	36	1.26	46 (1)

DL 513 M/79, de 27 de Dezembro

	Categorias	Letras	Idade partida	Vencimento mínimo	Vencimento máximo	Vencimento 32 anos	Vencimento 46 anos	Máximo mínimo	Máximo ao X anos
1	Professores, educadores de infância Nível 3	I-C	21	60,2	116,3	78,1	116,3	1.93	46
9 8	Ex-regentes com curso especial Nível 4	L-D	21 (1)	46,8	103,15	64,85	103,15	2,2	46 (1)
8	Regentes escolares Nível 6	M-J	21 (1)	42,7	65,35	58,25	65,35	1,53	46 (1)

1284 (1) Hipótese: começam a carreira aos 21 anos

DL 100/86, de 17 de Maio

Em cada função, o docente é inicialmente contratado na primeira fase. A passagem à segunda fase exige: *a)* que tenha passado para o quadro de uma instituição de ensino; *b)* que exerça funções docentes há cinco anos. Note-se que a entrada para o quadro de uma escola, condição necessária para a progressão na carreira, depende de factores que são exógenos ao docente: em particular, depende da «dimensão legal» do estabelecimento, e da sua relação com o número de professores ainda fora do quadro. Na hipótese mais optimista o docente entra para o quadro após cinco anos de prestação de serviços na primeira fase passando então para a segunda fase. A passagem da segunda para a terceira fase exige um total de onze anos no ensino, e a passagem para a quarta fase processa-se após 18 anos, no total, de serviço docente.

Na melhor das hipóteses (relativas à profissionalização e à entrada para o quadro), o máximo na carreira pode assim ser atingido aos 39 anos. O vencimento máximo, por sua vez, só pode ser atingido após 25 anos de função pública (no ensino ou não). De facto, ao esquema de remunerações que se descreveu, acresce o regime geral de aumentos de vencimentos da função pública, de acordo com o qual cada funcionário tem direito a um aumento (constante) de cinco em cinco anos. O vencimento máximo pode assim ser atingido aos 46 anos.

Em 1988, a carreira dos professores tinha sofrido algumas alterações: na realidade passou a estruturar-se em seis fases; as condições de progressão até à terceira fase não se alteraram, mas a passagem à quarta fase passou a exigir menos um ano de antiguidade. A progressão para as fases cinco e seis exige a prestação de serviço docente na fase anterior durante um período de quatro anos. Com estas alterações, o máximo da carreira só pode se atingir 17+8 anos após o seu início, exactamente na mesma altura em que se pode atingir o vencimento máximo. Note-se que esta reestruturação da carreira se traduz numa promoção relativa dos professores nas diferentes categorias, quando enquadrados no esquema geral de remunerações da função pública: por exemplo, os educadores de infância (ver quadro 1.A) auferiam remunerações que iam da letra J à letra F. Com a reestruturação das carreiras ocorrida em 1986 passaram a ter vencimentos que vão da letra I à letra C.

Estas alterações não se estenderam aos docentes que se encontravam, em 1986, em situação de reforma, o que determinou situações de disparidade de tratamento fortemente lesivas destes últimos.

SISTEMA REMUNERATÓRIO DO ENSINO PREPARATÓRIO E SECUNDÁRIO

89. Neste grau de ensino existem quatro escalões de vencimentos. Em 1985, estes eram determinados por duas variáveis:

- 1 — O facto de o docente ter ou não um curso superior;
- 2 — O facto de ser professor ou professor adjunto.

Esta distinção entre professor e professor adjunto deixou entretanto de se estabelecer. No entanto, em 1988, a carreira docente neste nível de ensino encontra-se ainda estruturada em quatro escalões, diferenciados entre si pela característica 1 e ainda pelo facto de o docente possuir ou não «habilitação própria». Esta característica depende da adequação entre a preparação específica do docente (determinada pelo curso que tirou) e as matérias que lecciona.

A equivalência entre áreas científicas de origem e matérias do ensino para as quais conferem habilitação própria é definida pelo ministério. O escalão mais elevado corresponde ao dos professores com habilitação própria de grau superior, escalão 1 em 1985 (nível 1 em 1988).

Em cada escalão de vencimento, a progressão na carreira processava-se, em 1985, tal como para o ensino pré-primário e primário, em quatro fases, sendo as condições de transição de umas fases para as outras idênticas às anteriormente descritas. Ressalva-se a passagem para a fase 1 nos escalões 1 e 2, que está ainda condicionada à posse de uma licenciatura completa. Em 1988, e tal como para o ensino primário e pré-primário, a progressão em cada escalão passara a estruturar-se em seis fases sendo as condições de passagem de umas para as outras definidas pelo Decreto-Lei n.º 100/86, de 17 de Maio. Estas condições encontram-se descritas no ponto 2.

PROFESSORES DO ENSINO PREPARATÓRIO E SECUNDÁRIO

Vencimento mensal em contos

Quadro 2.1 A

	Categorias	Letras	Idade partida	Vencimento mínimo	Vencimento máximo	Vencimento 32 anos	Vencimento 46 anos	Máximo mínimo	Máximo ao X anos
	Professores c/ habilitação própria de grau superior Escalão 1	F-C	25	46,4	70 (1)	47,9	68,5	1,5	50
1	Professores adjuntos c/ habilitação própria de grau superior Escalão 2	G-D	25	44,4	63,3 (1)	47,9	62,1	1,43	50
9									
8	Professores c/ habilitação própria sem grau superior Escalão 3	I-F	21	39,0	53,9	47,4	52,4	1,38	46
5									
	Professores adjuntos c/ habilitação própria sem grau superior Escalão 4	J-G	21	34,7	51,9	43,6	51,9	1,49	46

DL 513 M/79, de 27 de Dezembro

(1) Só atingem este vencimento máximo os professores com licenciatura completa

Tal como anteriormente, o máximo na carreira pode ser atingido 25 anos após a profissionalização, e o máximo vencimento 25 anos depois da entrada para a função pública.

	Categorias	Letras	Idade partida	Vencimento mínimo	Vencimento máximo	Vencimento 32 anos	Vencimento 46 anos	Máximo mínimo	Máximo ao X anos
	Pessoal docente com habilitação própria de grau superior Nível 1	F-A	25-23 (1)	71,5	137,45/125,7	81,8	123,1	1,92 1,75	50 48
1 9	Pessoal docente com habilitação própria sem grau superior Nível 2	I-D	23 (1)	60,2	103,15	65,1	89,1	1,71	48
8 8	Pessoal docente com habilitação própria sem grau superior Nível 5 (a)	I-G	25-23 (1)	60,2	82,3	65,1	79,8	1,37	50 48
	Pessoal docente sem habilitação própria sem grau superior Nível 5 (b)	J-H	23 (1)	52,3	74,45	62,6	72,1	1,42	48

DL 100/86, de 17 de Maio

(1) Hipótese: Os docentes profissionalizam-se nos dois primeiros anos de trabalho. Sem licenciatura podem assim começar aos 23 anos.

Com licenciatura a hipótese mais optimista é iniciarem a carreira aos 25 anos

COMPARAÇÃO COM OS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES NA EUROPA DOS DEZ, EM 1985

90. Comparados com os resultados do relatório «Estatuto e condições de emprego dos professores em 10 países da Comunidade Europeia»¹ os vencimentos dos professores do ensino pré-primário e primário em Portugal são inferiores aos dos restantes países da Comunidade.

A progressão máxima na carreira, medida pelo quociente entre o vencimento máximo e mínimo de cada categoria profissional, em 1985, em Portugal é de 1,55, enquanto a média na CEE é de 1,7. No entanto, em quatro países, Dinamarca, França, Alemanha e Itália, a progressão máxima possível é inferior à que se verifica em Portugal. A idade mínima em que se pode atingir o topo da carreira também não se afasta significativamente da dos outros países. Evidentemente que o interesse desta comparação depende das condições efectivas de progressão na carreira que se verifiquem nos diferentes países (relativamente às quais não se dispõe de informação).

¹ Eurydice, Portugal.

A remuneração mínima dos professores, em unidades de poder de compra, é 78% da remuneração mínima no país com menor remuneração mínima (Inglaterra). O nível máximo, por sua vez, corresponde a apenas 72% do máximo do país com menor remuneração máxima (Itália). Pode assim concluir-se inequivocamente que os professores deste nível de ensino são mais mal remunerados em Portugal do que nos restantes países com os quais nos comparamos. Este diferencial aumenta com a idade do professor, o que significa que, no nosso país, a progressão é mais rápida nas fases iniciais da carreira.

Vencimento em SPA (paridade do poder de compra)
Quadro 1 C

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
1	Professores e educadores de infância	8785	13 646	12 001	13 646
9					
8	Ex-regentes com curso especial	7342	10 684	9 165	10 684
5	Regentes escolares	7216	9 115	7 975	9 115

Nota: Valor de um escudo em SPA: 0.18 em 1985 e 0.014 em 1988

EUROSTAT

A posição dos professores no quadro da distribuição do rendimento, medida pelo quociente entre o seu vencimento mínimo (máximo) e a remuneração média do trabalho na economia é mais precária do que nos parceiros comunitários: o rácio em Portugal é apenas 89% (81%) da média nos oito países para os quais se dispõe de informação.

Rácio vencimento/remuneração média
Quadro 1 E

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
1	Professores e educadores de infância	0,80	1,25	1,09	1,25
9					
8	Ex-regentes com curso especial	0,67	0,98	0,84	0,98
5	Regentes escolares	0,66	0,83	0,73	0,83

Se se admitir que o Produto Nacional Bruto por trabalhador traduz a produtividade média do trabalho, então verifica-se que em termos relativos a remuneração dos professores em Portugal exige um esforço do país superior à

média da Comunidade; de facto, enquanto em Portugal o rácio vencimento mínimo (máximo) sobre PNB por trabalhador tem o valor 0,56 (0,87), a média na CEE para este rácio é de 0,48 (0,82).

Rácio vencimento/PNB por trabalhador

Quadro 1 H

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
1	Professores e educadores de infância	0,56	0,87	0,77	0,87
9					
8	Ex-regentes com curso especial	0,47	0,68	0,58	0,68
5	Regentes escolares	0,46	0,58	0,51	0,58

Para se pagar um professor em Portugal é necessário 56% do produto gerado, em média, por um trabalhador, enquanto na Europa é necessário apenas 48%. Note-se que, no caso português, este custo é elevado devido à baixa produtividade média do trabalho e não ao facto de as remunerações dos professores serem elevadas, conforme se referiu acima. O caso contrário é a Dinamarca, o único país da Comunidade em que este quociente apresenta um valor superior ao português. Dado que é nesse país que o rácio remunerações dos professores sobre remuneração média do trabalho na economia apresenta o valor mais elevado, pode concluir-se que o elevado custo dos professores se deve, ao contrário do que se passa em Portugal, ao facto de as suas remunerações serem elevadas.

Também no que respeita ao Ensino Preparatório e Secundário os vencimentos dos professores portugueses são em geral inferiores aos dos professores dos restantes países da Comunidade.

Neste nível de ensino, a progressão máxima na carreira, para a categoria mais elevada, escalão 1, é de 1,5, enquanto a média na CEE é de 1,81. Apenas a Itália apresenta um valor inferior ao nosso.

O topo da carreira, na melhor das hipóteses atinge-se aos 50 anos; na média da CEE, atinge-se aos 46 anos. Tal como para a progressão máxima apenas a Itália apresenta um valor mais desfavorável do que o nosso — 63 anos.

Em termos de poder de compra, só a Inglaterra apresenta um vencimento mínimo inferior ao mínimo em Portugal. No entanto, o vencimento máximo em Portugal é apenas 91% do mínimo dos salários máximos na Comunidade. Embora estes valores mostrem que a situação dos professores deste nível de ensino é claramente mais desfavorável em Portugal do que nos restantes países, pode também concluir-se que, em termos relativos, estão «menos mal» do que os professores primários.

O quociente entre o vencimento mínimo e a remuneração média do trabalho na economia, 1,07, é praticamente idêntico à média na Comunidade. No entanto, este rácio para o vencimento máximo apresenta um valor claramente inferior ao dos restantes países, 1,62 v. 1,87, confirmando o resultado obtido acima, de que a posição relativa dos professores deste nível se deteriora à medida que progridem na carreira.

Vencimentos em SPA

Quadro 2.1 C

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
	Professor com habilitação própria de grau superior	11 748	17 723	12 127	17 343
1 9	Professor adjunto com habilitação própria de grau superior	11 241	16 102	12 127	15 723
8 5	Professor sem habilitação própria sem grau superior	9 874	13 647	12 001	13 266
	Professor adjunto com habilitação própria sem grau superior	8 785	13 140	11 039	13 140

Rácio vencimento/remuneração média

Quadro 2.1 E

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
	Professor com habilitação própria de grau superior	1,07	1,62	1,11	1,58
1 9	Professor adjunto com habilitação própria de grau superior	1,02	1,47	1,11	1,47
8 5	Professor sem habilitação própria sem grau superior	0,90	1,25	1,10	1,21
	Professor adjunto com habilitação própria sem grau superior	0,80	1,20	1,01	1,20

O quociente entre o vencimento mínimo (máximo) e o PNB por trabalhador tem o valor 0,75 (1,13) enquanto estes rácios na Comunidade têm o valor 0,56 (0,99); mais uma vez, este resultado se deve à baixa produtividade média do trabalho em Portugal.

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DOS PROFESSORES EM PORTUGAL ENTRE 1985 E 1988

1290 91. Em primeiro lugar, há que referir que enquanto em 1985 os vencimentos dos professores eram, na sua generalidade, isentos de impostos sobre o rendimento, em 1988 estavam já sujeitos a imposto profissional. Este imposto, pago por retenção na fonte desde o início de 1988, tem de ser descontado dos

Rácio vencimento/PNB por trabalhador

Quadro 2.1 H

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
	Professor com habilitação própria de grau superior	0.75	1.13	0.78	1.11
1	Professor adjunto com habilitação própria de grau superior	0.72	1.03	0.78	1.01
9					
8	Professor sem habilitação própria sem grau superior	0.63	0.87	0.77	0.85
5					
	Professor adjunto com habilitação própria sem grau superior	0.56	0.84	0.70	0.84

salários brutos para permitir a avaliação da evolução das remunerações no período analisado. Nos quadros referentes ao vencimento anual de cada grupo considerado, apresentam-se os salários mensais brutos de imposto profissional, e os salários anuais líquidos de imposto. Apenas estes últimos valores interessam para efeitos de comparação intertemporal.

Todos os valores foram ainda expressos em escudos de 1985, em unidades de poder de compra e em ecus. No que se segue, utilizam-se como base de comparação, os vencimentos anuais líquidos expressos em escudos de 1985.

Vencimentos em contos de 1985

Quadro 1 I

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
1	Professores e educadores de infância	486	755	664	755
9					
8	Ex-regentes com curso especial	406	591	507	591
5					
	Regentes escolares	399	504	441	504

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
1	Professores e educadores de infância	587	1037	729	1038
9					
8	Ex-regentes com curso especial	456	942	619	942
8					
	Regentes escolares	425	623	556	624

No ensino pré-primário e primário verificou-se uma evolução real positiva para todas as categorias profissionais apesar de não uniforme: o máximo que os professores podem atingir aumentou 37%, e o mínimo 21%. O grupo que teve um menor aumento foi o dos regentes escolares com evoluções entre os 6 e os 24%. Esta evolução corresponde na sua maior parte a uma revalorização da carreira, traduzida por aumentos de «letra» para as diferentes categorias, introduzida em 1986.

A inexistência de dados estatísticos impede uma avaliação rigorosa da evolução da situação dos professores, uma vez que não se dispõe de dados sobre o número de professores em cada categoria profissional nos dois períodos analisados.

Para os professores do Ensino Preparatório e Secundário a comparação das situações entre 1985 e 1988 enfrenta um problema: as categorias consideradas na legislação nos dois períodos não são directamente comparáveis. A evolução será assim avaliada por comparação da situação dos professores com habilitação própria de grau superior — categoria mais elevada quer em 1985 quer em 1988.

Vencimentos em contos de 1985

Quadro 2.1 I

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
	Professor com habilitação própria de grau superior	650	980	671	959
1 9	Professor adjunto com habilitação própria de grau superior	622	890	671	869
8 5	Professor sem habilitação própria sem grau superior	546	755	664	734
	Professor adjunto com habilitação própria sem grau superior	486	727	610	727

	Categoria	Mínimo	Máximo	32 anos	46 anos
	Pessoal docente com habilitação própria de grau superior	682	1198	764	1098
1 9	Pessoal docente com habilitação própria sem grau superior	575	942	621	832
8 8	Pessoal docente sem habilitação própria com grau superior	559	768	621	745
	Pessoal docente sem habilitação própria sem grau superior	510	711	598	688

Embora o vencimento máximo desta categoria tenha aumentado de 22%, o vencimento no início da carreira aumentou apenas 5%. Isto deve-se ao facto de a situação inicial não ter sido revalorizada.

OBSERVAÇÕES E CONCLUSÕES

92. Antes de passar às conclusões finais, convém lembrar dois pontos: em primeiro lugar, os valores das remunerações em 1988 incluem o aumento extraordinário de 1,5% que apenas foi concedido no final do ano, e que, para algumas categorias profissionais, se traduziu pela atribuição de títulos do tesouro. Este facto pode inflacionar as conclusões retiradas quanto à evolução positiva dos vencimentos de algumas categorias profissionais entre 1985 e 1988. Evidentemente que o sentido da evolução não pode ser posto em causa, mas o montante exacto de aumento pode ser inferior em cerca de 1% ao apresentado.

O segundo ponto para o qual se gostaria de chamar a atenção refere-se à inexistência de valores para a remuneração média de cada categoria profissional, que permitiria comparações mais realistas. Este facto é particularmente relevante para o ensino secundário, em que, se consideraram sempre, ao longo do presente relatório, as hipóteses «mais favoráveis» no acesso à carreira docente.

As principais conclusões a tirar podem ser sumariadas da seguinte forma:

1. Em 1985, e em todos os níveis de ensino, os professores eram muito mais mal remunerados em Portugal que na média dos países da Europa dos Dez.

2. Entre 1985 e 1988, verificou-se uma evolução real positiva nas remunerações das categorias de professores comparáveis entre os dois períodos, que para alguns foi significativa. Note-se no entanto, que a maior parte dos professores do ensino secundário, porque não efectivos e profissionalizados, estão excluídos desta comparação.

3. A posição de partida dos professores do ensino secundário sofreu a evolução menos favorável no período considerado. No entanto refira-se que, relativamente ao ensino primário este grupo era, em termos europeus, «menos mal» remunerado em 1985.

4. No período em análise, houve uma revalorização das carreiras docentes, traduzida por aumentos dos leques salariais em praticamente todas as categorias dos vários níveis de ensino.